

Secretaria
de Educação



Organizador Curricular de
HISTÓRIA DE PERNAMBUCO
do Ensino Fundamental Anos Finais



Secretaria
de Educação



**Secretaria Executiva de Desenvolvimento da Educação-SEDE
Gerência de Políticas Educacionais dos Anos Finais do Ensino Fundamental -
GEPAF**

FICHA TÉCNICA

Governadora do Estado
Raquel Teixeira Lyra Lucena

Vice-Governadora
Priscila Krause Branco

Secretário de Educação SE-PE
Gilson José Monteiro Filho

Secretária Executiva de Desenvolvimento da Educação
Ana Lúcia Barbosa dos Santos Paes de Souza

Gerente Geral de Etapas e Modalidades
Eduardo de Santana Romão Andrade

Gestora de Anos Finais do Ensino Fundamental
Thais Maria Cecília da Paz

Chefe de Unidade de Formação e Currículo
José Wilson Pereira

Chefe de Unidade de Educação Integral
Patrícia Morgana Andrade de Santana

Chefe de Unidade de Gestão das Aprendizagens
Luiz Augusto de Almeida Mascarenhas Leite

FICHA TÉCNICA DO ORGANIZADOR CURRICULAR DE HISTÓRIA DE PERNAMBUCO

EQUIPE TÉCNICA PEDAGÓGICA

CORDENAÇÃO

Eduardo de Santana Romão Andrade
José Wilson Pereira
Thais Maria Cecilia da Paz

REDADORES DO TEXTO INTRODUTÓRIO

José Wilson Pereira
Thais Maria Cecilia da Paz

REDATORA

Maria Lucia Cavalcante

LEITORES CRÍTICOS

Alexsandra Flávia Bezerra de Oliveira
Constantino José Bezerra de Melo
Ednalva Lopes Siqueira
Eduardo de Santana Romão Andrade
Gabriel Ericsson Correia da Silva
Geyza Kelly Alves Vieira
Gustavo Henrique de Lima
José Neilton Pereira
Juscélio Alves Arcanjo

Laeiguela Bezerra de Souza
Luiz Augusto de Almeida Mascarenhas
Leite
Nivea Maria de Araújo Santana
Patrícia Morgana Andrade de Santana
Risomar Bianor Ramalho
Rodolfo Barreto de Lima
Rosicleide Pinto de Mendonça Dias
Sandra Maria Verissimo Soares
Zoraylda Maria Carneiro de Almeida
Souza

DIAGRAMAÇÃO E EDIÇÃO DE TEXTO

José Wilson Pereira
Thais Maria Cecilia da Paz

Direitos Autorais

© 2026 Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco.
Permitida a reprodução parcial ou total deste material, desde que citada a fonte.

Contato Institucional

Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco
Avenida Afonso Olindense, 1513, Várzea, Recife/PE
(81) 3183.8200 <https://www.educacao.pe.gov.br>

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| 1 INTRODUÇÃO | 8 |
| 1.1 A CONSTRUÇÃO DO CURRÍCULO DE PERNAMBUCO..... | 8 |
| 1.2 CONCEPÇÕES SOBRE O CURRÍCULO | 11 |
| 1.3 PRINCÍPIOS NORTEADORES | 13 |
| 1.4 EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO..... | 15 |
| 1.5 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES | 16 |
| 1.6 COMPETÊNCIAS GERAIS..... | 18 |
| 1.7 CONCEPÇÕES SOBRE O PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM | 19 |
| 1.8 FORMAÇÃO DE PROFESSORES | 21 |
| 1.9 AVALIAÇÃO DA, PARA E COMO APRENDIZAGEM | 24 |
| 1.10 TEMAS TRANSVERSAIS E INTEGRADORES DO CURRÍCULO | 27 |
| 1.11. O DOCUMENTO E SUA ORGANIZAÇÃO | 35 |
| REFERÊNCIAS | 37 |
| 2. ENSINO FUNDAMENTAL | 42 |
| 2.1 O ENSINO FUNDAMENTAL E SUAS FASES | 42 |
| 2.2 A TRANSIÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS..... | 43 |
| 2.3 A TRANSIÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS PARA OS ANOS FINAIS..... | 45 |
| REFERÊNCIAS | 49 |
| 3. ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS FINAIS - HISTÓRIA DE PERNAMBUCO | 50 |
| 3.1 A IMPORTÂNCIA DO COMPONENTE CURRICULAR HISTÓRIA DE PERNAMBUCO: MEMÓRIA, IDENTIDADE E CIDADANIA..... | 50 |
| 3.2 PERNAMBUCO COMO PROTAGONISTA: INFLUÊNCIAS LOCAL, REGIONAL E NACIONAL..... | 50 |
| 3.3 FUNDAMENTAÇÃO PEDAGÓGICA: PROGRESSÃO CURRICULAR E TEMPORALIDADES | 51 |
| 3.4 COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DE HISTÓRIA DE PERNAMBUCO PARA O ENSINO FUNDAMENTAL..... | 53 |

| | |
|---|------------|
| ORGANIZADOR TRIMESTRAL DE HISTÓRIA DE PERNAMBUCO DO ENSINO FUNDAMENTAL DOS ANOS FINAIS | 554 |
| 6º ANO..... | 57 |
| 7º ANO..... | 61 |
| 8º ANO..... | 65 |
| 9º ANO..... | 70 |
| REFERÊNCIAS | 81 |
| FICHA TÉCNICA DO CURRÍCULO DE PERNAMBUCO | 82 |

APRESENTAÇÃO DO CURRÍCULO DE PERNAMBUCO

Olá, Professor(a)!

O presente documento tem por objetivo dinamizar o acesso ao conteúdo do Currículo de Pernambuco – Ensino Fundamental (CPE-EF), no sentido de facilitar seu acesso diante das demandas cotidianas e inerentes à prática pedagógica da/ na Educação Básica. Sendo assim, sua elaboração leva em conta a função norteadora desempenhada pelo CPE-EF em sua relação com seu manuseio facilitado em termos de agilidade e de correlação com as realidades constituintes de cada contexto escolar e dos saberes a serem ensinados e aprendidos nas aulas de cada Componente Curricular devidamente situados em suas respectivas Áreas do Conhecimento Escolar.

A necessidade de compartimentalizar CPE-EF por componente curricular surge para facilitar a rotina pedagógica do professor no acesso ao CPE-EF de seu componente curricular em sua área específica do conhecimento. No entanto, essa divisão mantém as diretrizes e pressupostos norteadores da construção do CPE-EF em correlação às especificidades do Ensino Fundamental, bem como a caracterização e a delimitação específica e particularizada de cada Área do Conhecimento Escolar em razão dos Componentes Curriculares que as constituem, sem que se perca o caráter de unicidade inerente ao documento original.

Dessa forma, ficam mantidos todos os princípios norteadores do CPE-EF: equidade e excelência, formação integral, educação em direitos humanos e inclusão, garantindo um processo de ensino e aprendizagem democrático, voltado para a construção de uma educação de qualidade, comprometida com a justiça e a inclusão, mantendo o diálogo como importante ato na busca do conhecimento de todos que constroem o processo educativo no seu cotidiano (FREIRE, 1987). O respeito e uso desses princípios norteadores em sala de aula colaboram para a construção de uma educação que incentiva o protagonismo estudantil como mecanismo para a formação de cidadãos conscientes de seus direitos e deveres para a construção de uma sociedade mais justa e humanitária.

Sob o viés e a intencionalidade pedagógicos citados acima, no redimensionamento dos componentes curriculares dos quais trata cada volume integrante desta proposta, é possível verificar de forma mais prática e detida as características, potencialidades e possibilidades de apropriação e de materialização autônoma das propostas trazidas pelo CPE-EF para o cotidiano das aulas dos Componentes Curriculares que constituem cada Área do Conhecimento Escolar; facilitando, assim, tanto a dinâmica interna de cada um deles, quanto suas respectivas perspectivas de articulação interdisciplinar frente à dinâmica interna de cada Área a qual pertença.

O CPE-EF está organizado por componente curricular, conforme suas áreas de conhecimentos. Cada documento está constituído respeitando-se a originalidade do documento original, que traz em seu bojo concepções sobre o currículo, princípios norteadores, educação especial na perspectiva da inclusão, competências e habilidades, competências gerais, concepções sobre o processo de ensino e aprendizagem, formação de professores, avaliação da, para e como aprendizagem, temas transversais e integradores do currículo: Educação em Direitos Humanos – EDH, Direitos da Criança e Adolescente, Processo de Envelhecimento, Respeito e Valorização do Idoso, Educação Ambiental, Educação para o Consumo e Educação Financeira e Fiscal, Educação das Relações Étnico-raciais e Ensino da História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena, Diversidade Cultural, Relações de Gênero, Educação Alimentar e Nutricional, Educação para o Trânsito, Trabalho, Ciência e Tecnologia, Saúde, Vida Familiar e Social.

ÁREA DE LINGUAGENS, situada entre as páginas 67 e 350 do CPE-EF e constituída pelos Componentes Língua Portuguesa, Educação Física, Língua Inglesa e Arte, parte da compreensão da linguagem como produção cultural decorrente da capacidade humana de produzir e compartilhar sentidos, de atribuir significados e, assim, de construir subjetividades a partir e através do viés eminentemente dialógico e interativo que permeia a totalidade das relações envolvidas em cada um destes processos.

ÁREA DE MATEMÁTICA, que no CPE-EF encontra-se entre as páginas 351 e 426, tem por objetivo situar as práticas matemáticas historicamente constituídas, a partir do aporte de sua relevância para a humanidade em virtude de suas implicações nos

processos dialógicos e relacionais do ser humano em sociedade dos quais a sua crescente pertinência derivam.

ÁREA DE CIÊNCIAS DA NATUREZA, localizada entre as páginas 429 e 466 do CPE-EF e materializada no Componente Curricular Ciências, busca dimensionar as reformulações desencadeadas historicamente no ensino de Ciências, situando a produção do conhecimento científico nos processos históricos dos quais sua pertinência e funcionalidade frente às demandas sociais e culturais contemporâneas e a partir de suas contribuições frente à relação pedagógica existente entre os processos de produção e de transmissão do conhecimento sobreleva.

ÁREA DE CIÊNCIAS HUMANAS, constituída pelos Componentes Geografia e História é situada entre as páginas 467 e 560, ao atribuir cientificidade ao fenômeno humano considerado individual ou socialmente, abordam as possibilidades de compreensão e de explicação dos aspectos dele decorrentes com vistas à promoção do reconhecimento interindividual da importância da formação dos seres humanos em sua integralidade, mediante entendimento e respeito das relações mantidas entre si e com o meio ambiente.

ÁREA DE ENSINO RELIGIOSO, materializada no Componente Curricular homônimo e localizada entre as páginas 561 e 585 do CPE-EF, contempla evidência, mediante processo de transposição didática radicado nas Ciências da Religião, a relevância histórica e sociocultural dos saberes oriundos da religiosidade, do sistema de crenças e, vinculados a eles, dos valores morais-éticos que historicamente fazem parte das produções humanas, com vistas a contribuir para a leitura, interpretação, compreensão da realidade rumo a uma intervenção sensível, consciente e fundamentada sobre os aspectos que a compõem.

Este documento foi feito pensando em você. O desmembramento dos conteúdos constituintes de cada Área do Conhecimento Escolar e sua reorganização em documentos individualizados, visando facilitar o trabalho dos professores em seu fazer pedagógico diário.

1 INTRODUÇÃO

1.1 A CONSTRUÇÃO DO CURRÍCULO DE PERNAMBUCO

Este documento curricular é fruto de uma articulação entre a Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco e a União dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME/PE). Tem por base os Parâmetros Curriculares de Pernambuco - PCPE (2012), que atendem ao ensino fundamental, ao ensino médio e à educação de jovens e adultos; as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica - DCN (2013) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a educação infantil e ensino fundamental, homologada em dezembro/2017. Contudo, antes de seguir com a apresentação deste documento, vale salientar que Pernambuco há algum tempo já disponibiliza documentos orientadores que sinalizavam para a construção do currículo, tais como a Base Curricular Comum para as redes públicas de ensino de Pernambuco - BCC (2008) e as orientações Teórico- Metodológicas para o ensino fundamental - OTM (2008), e que foram o ponto de partida para a elaboração dos Parâmetros Curriculares de Pernambuco em 2012.

Também não é nova a parceria entre o Estado e a UNDIME/PE, a exemplo da construção dos Parâmetros Curriculares de Pernambuco que resultaram da soma de esforços das duas instituições, e da escuta de mais de 5.000 (cinco mil) professores¹ das universidades públicas, redes municipais e rede estadual de ensino. Nesse processo, foram também elaborados outros documentos curriculares: os Parâmetros Curriculares na Sala de Aula (2013), os Parâmetros de Formação Docente (2014) e os Padrões de Desempenho Estudantil (2014).

No que se refere à educação infantil, os documentos curriculares elaborados pelos municípios, geralmente propostas pedagógicas, também serviram de base para a construção do presente documento curricular, bem como as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (Resolução CNE/CEB nº 5/2009).

Deve-se destacar que historicamente esse momento de elaboração do

¹ Este documento considera a igualdade de gênero, entretanto, optou por adotar a norma padrão da Língua Portuguesa, a qual prescreve a indicação do masculino genérico para designar o gênero masculino e feminino.

PCPE foi ímpar na construção do primeiro documento curricular para a educação infantil articulado entre o estado de Pernambuco e seus municípios.

Por sua vez, a necessidade da elaboração de uma Base Nacional Comum Curricular também não é pauta recente para a Educação no Brasil. Essa necessidade vem sendo evidenciada na Constituição Federal de 1988 (1988, art. 210), na Lei 9.394/96 – Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996, art. 26), nas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (Resolução CNE/CEB nº 4/2010) e em outros documentos, frutos de discussões promovidas por todos os setores da sociedade de envolvimento significativo para a Educação. Além disso, a construção de uma BNCC está indicada nas propostas da Conferência Nacional de Educação - CONAE (2014) e no Plano Nacional de Educação – PNE (2014-2024) em diversas estratégias.

Desde a primeira versão, em 2015, e também no Seminário Estadual da BNCC, em 2016, a Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco e a UNDIME/PE atuaram colaborativamente na orientação e mobilização de professores.

Com a homologação da BNCC, em 2017, Estado e UNDIME/PE iniciaram uma nova fase voltada para construção deste documento curricular. Instituiu-se a Comissão Estadual de Construção Curricular por meio da portaria nº. 858, de 02 de fevereiro de 2018, publicada no Diário Oficial do Estado, constituída por representantes da Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco, UNDIME/PE, Conselho Estadual de Educação (CEEPE) e União dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME).

Com o apoio técnico e financeiro do Ministério da Educação (MEC), de acordo com a portaria nº.331, de 05 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial da União, foi constituída uma equipe composta por redatores, coordenadores das etapas da Educação Infantil, anos iniciais e anos finais do Ensino Fundamental, articulador municipal e coordenadores estaduais, os quais atuariam de forma mais efetiva no processo de construção do documento curricular em Pernambuco. Mantendo o perfil democrático de construção já característica do Estado, essa equipe recebeu contribuição de outros profissionais e especialistas (professores de universidades públicas e particulares e das redes estadual, municipal e escolas

privadas).

Estabelecidos os papéis de atuação e seus autores, Pernambuco definiu seu planejamento para construção curricular tendo como fundamento maior a necessidade de ampliar o debate com os profissionais da educação. Assim sendo, houve mobilização das escolas das redes municipais, estadual e privada para fazerem suas contribuições relativas às características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da comunidade escolar na perspectiva de garantir a contextualização, ampliação ou aprofundamento das habilidades já previstas na BNCC de forma a se construir um documento curricular que contemplasse a identidade cultural, política, econômica e social do Estado.

As contribuições das escolas foram consolidadas e incorporadas à versão preliminar do documento que foi discutida, em seis seminários regionais realizados em agosto e setembro de 2018, com a participação de professores das universidades públicas, particulares e de autarquias municipais, professores das redes municipais, da rede estadual, das escolas privadas, representantes do Conselho Estadual de Educação, da UNCME, do SINEPE/PE (Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino no Estado de Pernambuco) e de outras entidades da sociedade civil.

As colaborações advindas dos seminários regionais, que contaram com a participação de, aproximadamente, 2.100 professores, juntamente com sugestões recebidas via plataforma digital, foram incorporadas ao documento curricular, constituindo a segunda versão. Essa versão foi apresentada e validada em Seminário Estadual com participação de cerca de 500 profissionais da educação. Após esse evento, as alterações sugeridas foram consolidadas e incorporadas à versão final do currículo do estado de Pernambuco, o qual foi enviado para análise e parecer do Conselho Estadual de Educação.

Assim, mais uma vez, Pernambuco constrói um currículo que valoriza, em diálogo com a comunidade educativa e com a sociedade, a identidade social, cultural, política e econômica de seu povo, como também os princípios éticos e humanos, contribuindo, dessa maneira, para a formação de sujeitos autônomos, criativos e críticos que exerçam plenamente sua cidadania ativa.

Este documento curricular também será base para a construção do currículo

das diferentes modalidades de ensino. Nesse sentido, é preciso elaborar/revisar documentos curriculares próprios que atendam às suas especificidades culturais, econômicas, políticas e sociais, mas também garantam o pleno acesso aos conhecimentos definidos pela BNCC para todos os estudantes. A educação especial, transversal a todas as etapas e modalidades da educação básica, está contemplada na perspectiva inclusiva em que a educação de Pernambuco se fundamenta e será abordada neste documento em tópico mais adiante.

1.2 CONCEPÇÕES SOBRE O CURRÍCULO

A elaboração de um currículo está sujeita a uma multiplicidade de interpretações, visto que não há um consenso teórico sobre o que ele vem a ser, bem como sobre sua finalidade, pois não há uma definição que seja neutra. Sendo uma construção social (GOODSON,1997), ele reflete um momento político, histórico, econômico, cultural e de projetos da sociedade. O Currículo de Pernambuco não surgiu do vazio; ele é a consolidação das diferentes formas de pensar e fazer o processo educativo das diversas instâncias de construção curricular, assim como das indagações existentes nas escolas sobre a Educação, sobre a sociedade e sobre os conceitos que fundamentam o currículo enquanto definidor do que se deve ensinar e aprender, sempre tomando como ponto de partida a problematização das necessidades inerentes às práticas educativas.

Pensando dessa forma, o currículo não é meramente uma prescrição, mas, acima de tudo, um campo de lutas e tensões que traduz a escola e a sociedade que se pretende construir (SILVA, 2002). Compreendido como fruto de uma construção coletiva e democrática, ele não visa aqui apenas definir os conhecimentos a serem aprendidos e ensinados, mas permitir práticas educativas críticas, reflexivas e contextualizadas, que estejam pautadas na dialogicidade como ato primordial na busca do conhecimento daqueles que fazem o processo educativo no seu dia a dia (FREIRE, 1987).

Para essa construção, foram utilizados como referência, sobretudo, os documentos normativos nacionais e locais, a exemplo das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica (Resolução CNE/CEB nº 4/2010), dos Parâmetros Curriculares de Pernambuco (2012) e da Base Nacional Comum

Curricular (2017).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos definem currículo como “experiências escolares que se desdobram em torno do conhecimento, permeadas pelas relações sociais, articulando vivências e saberes dos estudantes com os conhecimentos historicamente acumulados e contribuindo para construir as identidades dos educandos” (Resolução CNE/CEB nº 7/2010, p.3). Os Parâmetros Curriculares de Pernambuco apresentam o Currículo “como sendo um conjunto de conhecimentos, habilidades e competências” (PERNAMBUCO, 2012, p.23).

Dessa maneira, considerando os conceitos já adotados por esses documentos, o currículo é aqui compreendido como fruto de uma construção coletiva que envolve diversas etapas, instâncias, sujeitos, intenções e finalidades. Pode-se assim dizer que ele traduz a escola, norteia as relações que são estabelecidas dentro e fora dela e se constitui como um dos elementos responsáveis pela formação humana na instituição escolar.

Nessa direção, a BNCC foi uma referência imprescindível para a elaboração curricular. A BNCC define uma série de orientações que direcionaram os partícipes na elaboração do Currículo de Pernambuco. Assim, a Base Nacional Comum Curricular é um documento normativo de referência que teve por objetivo direcionar as redes de ensino e as escolas para o desenvolvimento de práticas que conduzam à construção de competências, habilidades, atitudes e valores humanos na perspectiva de uma formação integral dos estudantes.

Compreendido dessa forma, o Currículo de Pernambuco se apresenta como um elemento que integra a dimensão humana aos requisitos necessários para a vida em sociedade, buscando ofertar uma formação integral aos sujeitos do processo educativo, possibilitando aos estudantes e professores compreenderem diferentes dimensões da vida e do ser social.

Reconhecendo o cenário de uma sociedade em permanente processo de mudança e sujeita a rápidas transformações, o Currículo de Pernambuco tem como perspectiva estar atrelado às práticas sociais dos estudantes, de modo a permitir-lhes (res)significar seus próprios saberes, a partir do diálogo com aqueles socialmente construídos pela humanidade; e garantir a todos a igualdade de acesso

aos conhecimentos no espaço escolar.

Dessa forma, faz-se necessário que as práticas pedagógicas promovam o desenvolvimento integral dos estudantes e sua preparação para a vida, para o trabalho e para a cidadania, a fim de que se tornem, progressivamente, sujeitos sociais e protagonistas aptos a contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária, ética, democrática, responsável, inclusiva, sustentável e solidária.

1.3 PRINCÍPIOS NORTEADORES

Ao reconhecer a educação como um direito humano, o Currículo de Pernambuco define como eixo norteador o fortalecimento de uma sociedade democrática, igualitária e socialmente justa. Para tanto, adota como princípios orientadores: equidade e excelência, formação integral, educação em direitos humanos e inclusão.

Considerar a equidade e a excelência como princípios norteadores é compreender que todos têm direito à aprendizagem e que as necessidades de uns diferem das de outros, cabendo ao sistema educacional atender a todos, em suas especificidades, com qualidade. A excelência nas aprendizagens só faz sentido se acompanhada da equidade.

Dessa forma, apenas garantir o acesso à educação não é suficiente para a promoção da justiça e da inclusão social como também não é para a consolidação da democracia. É imperativo que o Estado promova políticas públicas que assegurem a permanência com sucesso do estudante na escola, visto que se os processos educativos não forem de qualidade e adequados às reais necessidades, também o impedirão de ter acesso aos bens sociais e culturais, promovendo exclusões da vida do trabalho e do exercício pleno da cidadania.

É no bojo da equidade e do direito à aprendizagem, com vistas a uma educação de qualidade e comprometida com a justiça e a inclusão, que se dá a formação integral do ser. Essa perspectiva de formação visa ao desenvolvimento do sujeito em todas as suas dimensões, pois o enxerga não apenas cognitivamente, mas também social, emocional, cultural, espiritual e fisicamente. Nesse sentido, um currículo pautado na formação integral considera o estudante como centro do

processo pedagógico e compreende que todas as ações voltadas para as aprendizagens devem ser construídas, avaliadas e reorientadas a partir dos contextos, interesses e necessidades dos estudantes, proporcionando, portanto, o desenvolvimento integral e entendendo que todos são capazes de aprender, ainda que em tempos e formas diferentes.

Nessa ótica, é necessário não confundir formação integral com escola em tempo integral. Embora a ampliação da carga horária nos espaços de aprendizagem coopere para a formação integral dos sujeitos, mais do que aumentar o tempo e as atividades escolares, a formação integral se compromete com o diálogo entre os diversos conhecimentos curriculares e a realidade dos estudantes, com a transversalidade e a interdisciplinaridade. A formação dessa natureza defende, principalmente, que o respeito às diversidades culturais, religiosas, étnicas, raciais, sexuais e de gênero não seja apenas um princípio, mas também uma estratégia formativa para o desenvolvimento de crianças, jovens e adultos nas suas multidimensionalidades.

A Educação em Direitos Humanos contribui para esta visão quando parte do princípio de que todas as pessoas são iguais perante a lei e que, portanto, as diferenças são partes integrantes de cada pessoa e que as especificidades devem ser consideradas e respeitadas em todo processo social, cultural e educativo. Ao se falar de inclusão, pressupõe-se o respeito às diversidades, a valorização das diferenças e, portanto, a necessidade de se repensar as práticas pedagógicas, considerando as especificidades de cada estudante e seu projeto de vida, possibilitando o acolhimento e a aprendizagem de todos no espaço plural escolar (Lei nº 13.146/2015).

Por fim, esses princípios ora citados constituem os fundamentos de todas as práticas educativas apresentadas no Currículo de Pernambuco e, dessa forma, indicam para a sociedade os sujeitos que se deseja formar: indivíduos com valores éticos e humanos, conscientes de suas responsabilidades e direitos, dispostos a construir uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva, bem como capazes de intervir na realidade e contribuir para o desenvolvimento da humanidade.

1.4 EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO

O documento *A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva* (MEC/SECADI, 2008) é fundamental como referência para a construção da Base Nacional Curricular Comum – BNCC. Objetiva o acesso, a participação e a aprendizagem dos estudantes público-alvo da educação especial nas escolas comuns. Representa um importante marco teórico e político que define a educação especial como modalidade não substitutiva à escolarização, elabora o conceito de Atendimento Educacional Especializado – AEE, com enfoque exclusivamente pedagógico, complementar ou suplementar à formação dos estudantes e define o público-alvo da educação especial como aquele constituído pelos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

A Política defendida neste documento orienta as redes públicas dos estados e municípios para a promoção de respostas às necessidades educacionais específicas de cada estudante; propõe uma transformação social, pois parte do princípio do direito humano à educação e compreende a escola como um espaço realmente de todos os estudantes. Dessa forma, ao possibilitar a cada estudante reconhecer-se nas suas diferenças e singularidades como parte constituinte do ser humano, contribui para a efetivação e exercício de sua plena cidadania.

Coadunando com esta perspectiva, no Currículo de Pernambuco, a educação especial é definida como uma modalidade de ensino que transversaliza todas as etapas e modalidades, identifica e disponibiliza recursos e serviços, orientando quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem e realiza o Atendimento Educacional Especializado/AEE junto aos estudantes matriculados nas turmas comuns do ensino regular, garantindo ações pedagógicas a fim de proporcionar a plena participação dos estudantes com necessidades educacionais específicas.

Vale destacar o papel importante do AEE, que visa promover a autonomia e independência do estudante e deve ser ofertado em turno diferente, preferencialmente nas Salas de Recursos Multifuncionais/SRMs da mesma escola ou nas de escolas circunvizinhas. O sucesso desse atendimento depende da articulação entre o professor do AEE e o professor da sala regular; esta parceria é

fundamental para garantir maior qualidade do atendimento às necessidades específicas do estudante. Isto porque uma das premissas do AEE é a individualização do ensino, conduzindo a ressignificação da prática pedagógica do professor regente e a potencialização dos espaços educativos destinados ao estudante com deficiência com base no Plano de Desenvolvimento Individual – PDI, elaborado pelo professor do Atendimento Educacional Especializado.

Por fim, é preciso ressaltar a importância de contemplar o Plano de Ação Inclusiva no Projeto Político Pedagógico/PPP das escolas ao longo de todo o processo de escolarização, o que permitirá ao estudante reconhecer-se, no ambiente escolar, como parte integrante da comunidade a qual pertence.

1.5 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

Na sociedade atual, o processo de globalização e os impactos das novas tecnologias impulsionaram novos olhares, novos conceitos e, sobretudo, novas posturas no campo educacional. O processo de ensino e aprendizagem passou a exigir das práticas pedagógicas a organização de um currículo voltado para o desenvolvimento de competências e habilidades, novas formas de apropriação e compreensão de conhecimentos e saberes que possibilitem a formação dos sujeitos numa perspectiva integral, dinâmica e contemporânea.

Nesse cenário, a função da escola enquanto instituição formal é buscar adaptar-se aos novos valores culturais que a sociedade vem experimentando, bem como aos desafios de um mundo globalizado e conectado com as diversas formas de produção do conhecimento e seus usos nos diversos espaços e tempos da sociedade.

De fato, são mudanças que exigem do contexto educacional práticas pedagógicas que desenvolvam nos estudantes competências e habilidades para enfrentar desafios e resolver problemas. Por conseguinte, os conteúdos trabalhados não só precisam ser compreendidos e alcançados pela capacidade cognitiva, mas também relacionados com as demais capacidades (ZABALA, 1998) para que o processo de ensino e aprendizagem seja interessante e significativo.

Nessa perspectiva, a Base Nacional Comum Curricular – BNCC propõe, enquanto documento normativo, mudanças no como e para que construir as

aprendizagens que sejam essenciais às crianças, aos jovens e aos adultos da Educação Básica. É nessa lógica que compreendemos a escola enquanto espaço e tempo de aprendizagem que deve favorecer a formação de esquemas de ações e de interações estáveis que, de forma dependente, possam ser utilizadas nos diversos contextos sociais (PERRENOUD, 1999).

Dessa forma, educar por competências configura repensar e reorganizar os conteúdos, de tal modo que tenham sentido e significado para os estudantes. É criar situações-problema, contextualizando a prática educativa com as suas vivências e os seus saberes, como defendido por Silva e Felicetti (2014, p. 18) ao ressaltarem que “situações-problema necessitam ser criadas, inovadas e devem ter relação com o cotidiano do educando, para que assim possam ser desenvolvidas novas habilidades e competências”.

Isto posto, o Currículo de Pernambuco, fundamentado na BNCC, torna-se um instrumento de referência indispensável a todas as etapas e modalidades da Educação Básica, e a escola deve, por sua vez, oferecer situações que favoreçam o desenvolvimento de habilidades e, com efeito, novas competências que, nas práticas cotidianas, possibilitem a resolução do saber fazer e do saber agir nos diversos espaços sociais, bem como propor um redirecionamento para os pilares da educação de Aprender a conhecer, Aprender a fazer, Aprender a viver juntos e Aprender a ser (DELORS, 1996).

Nesse contexto, é necessário que os professores se apropriem desses pressupostos e planejem suas práticas pela abordagem de competências, desconstruam conceitos que ainda estão cristalizados nos modelos tradicionais que fragmentam os conhecimentos nos diversos componentes curriculares e considerem a necessidade de adaptações curriculares de acordo com as especificidades da população escolar atendida.

A BNCC, enquanto documento normativo, norteia a elaboração dos currículos voltados para a formação integral dos estudantes, possibilitando, no exercício da cidadania, superar as desigualdades sociais que, na atual conjuntura global e local, têm se intensificado sobretudo para as classes menos favorecidas, público prioritário e majoritário na escola pública.

Nessa perspectiva, retomamos as 10 competências gerais definidas pela

BNCC, as quais propõem como objetivos a formação integral dos estudantes. Em função disso, consideramos relevante descrevê-las.

1.6 COMPETÊNCIAS GERAIS

1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.
2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.
3. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.
4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artísticas, matemática e científica para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.
5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.
6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em

relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.

8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros com autocrítica e capacidade para lidar com elas.
9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.
10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

É nessa ótica que o Currículo de Pernambuco, ao lado da BNCC, mostra-se como um referencial para orientar pedagogicamente técnicos, gestores, professores e estudantes da Educação Básica. Em vista disso, urge repensar a prática pedagógica, os conteúdos, as habilidades e as metodologias com o intuito de assumir novas posturas, novos valores, os quais possam contribuir - mais significativamente - em prol do processo de construção e apropriação de conhecimentos e saberes para a formação de cidadãos autônomos, críticos e criativos.

1.7 CONCEPÇÕES SOBRE O PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

A observação e a análise das práticas educativas têm se intensificado nas últimas décadas no cenário nacional. Tal fato é decorrente da inserção, nesse meio, de ideias e referenciais que subsidiam as ações de ensinar e aprender, visando, de certa maneira, à compreensão do sistema educacional, que está centrado na escola, seu papel, seu currículo – como apresentado em seção anterior - e seus profissionais, principalmente os professores.

Sob a égide dos verbos ensinar e aprender se constitui a base para todo o processo de construção do conhecimento. Numa perspectiva histórica e de desenvolvimento da ciência, esses dois verbos já foram bastante questionados e

inferia-se que, se houve ensino, a aprendizagem aconteceu. Assim, era suficiente um professor que dominasse um determinado conhecimento e 'ensinasse' - transmitisse - esse saber para seu grupo de estudantes. Aquilo que os estudantes repetissem com exatidão e reproduzissem nas avaliações, resultando na medição do quanto tinham conseguido absorver, era a aprendizagem.

A partir das contribuições da epistemologia para os processos de desenvolvimento subjetivo humano e, mais recentemente, das neurociências, com o mapeamento cerebral de todas as condições do sujeito em situações de interação com os outros e com as ideias/fatos/experiências, muda a concepção do que é aprender, de como se aprende e, por correspondência, de como devem ser desenvolvidas práticas na sala de aula que despertem o interesse, o desejo e a motivação para os estudantes aprenderem.

Assim, transformam-se também as concepções de ensinar. Agora, em vez de apenas lembrar e repetir informações, o estudante deve ser capaz de encontrá-las e usá-las com autonomia. Dessa forma, a recente ciência da aprendizagem enfatiza a importância de se repensar o que é ensinado; a maneira de ensinar, centrando o processo no estudante; e o modo de avaliar a aprendizagem, compreendendo a avaliação enquanto processo, aspecto que será discutido adiante neste texto introdutório.

Faz-se necessário, no bojo do processo de ensino e aprendizagem, que o Projeto Político Pedagógico da escola se proponha a: (1) valorizar os conhecimentos prévios que os estudantes trazem de suas vivências para a escola; (2) auxiliá-los a desenvolver competências nas diversas áreas de conhecimento, valorizando sua base sólida dos fatos, relacionando esses às ideias dentro de um eixo conceitual, visando à mediação da aprendizagem; e (3) incentivá-los em sua autonomia de aprender, ajudando-os a compreender como podem e devem também, sendo autores do seu conhecimento, monitorar seus progressos (BRANSFORD, BROWN & COCKING, 2007).

Outro aspecto de suma importância tem sido os desafios que as mudanças tecnológicas e seus avanços ininterruptos têm provocado e trazido aos processos de ensino e de aprendizagem. As tecnologias digitais de informação e comunicação, além das tecnologias assistivas, favorecem novas situações de

aprendizagem, possibilitando ao estudante, por meio de seu uso, acessar e propagar informações que possam servir de ferramentas para o desenvolvimento de competências transversais para a aprendizagem colaborativa, motivando o protagonismo e práticas autorais.

É nesse âmbito denso de reflexões que o Currículo de Pernambuco encontra-se alinhado com a BNCC que traz, em sua apresentação, o foco no desenvolvimento de competências:

“o que os alunos devem ‘saber’ (considerando a constituição de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores) e, sobretudo, do que devem ‘saber fazer’ (considerando a mobilização desses conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho)” (BNCC, 2017, p. 13).

Tal discussão tem sido proposta por vários teóricos que abordam a prática educativa e do que se torna imprescindível desenvolver no processo de ensino e de aprendizagem: **aprender a conhecer**, apontando para o interesse do estudante pelo conhecimento (conteúdos factuais); **aprender a fazer**, que mostra a coragem de arriscar, de executar, até mesmo de errar, na busca de acertar (conteúdos procedimentais); **aprender a conviver**, oportunizando o desafio da convivência, do respeito ao próximo e **aprender a ser**, que traz o objetivo de viver como o papel central do estudante como cidadão (conteúdos atitudinais) (ZABALA, 1998; ZABALA & ARNAU, 2009).

Por fim, um aspecto extremamente relevante também nesse ‘novo’ processo do binômio ensino e aprendizagem é compreendê-lo como constituído mutuamente – ou seja, o ensino e a aprendizagem enquanto aspectos indissociáveis – assim como são constituídas no estudante as dimensões cognitiva e afetiva. O objetivo é promover o olhar para o desenvolvimento global deste, pensando na complexidade de sua construção e desenvolvimento integral, de forma que o olhar centrado no estudante considere a sua singularidade e o respeito às diversidades.

1.8 FORMAÇÃO DE PROFESSORES

As exigências cada vez mais complexas da sociedade, constituídas no

tocante ao acesso, domínio e produção do conhecimento, questionam a escola quanto às suas funções e a desafiam no sentido de se transformar constantemente, a fim de que o seu papel social seja cumprido. Conseqüentemente, essas exigências requerem professores cada vez mais engajados e competentes profissionalmente para responderem a elas.

Dessa forma, o currículo e a sua organização assumem-se como elementos de destaque, uma vez que eles revelam opções acerca de um determinado modelo de formação profissional caracterizado pelas articulações que se estabelecem, no seu interior, entre os saberes teóricos e os saberes práticos necessários à atividade do professor e ao desenvolvimento profissional cuja construção deve ser o objetivo de qualquer programa de formação.

É importante destacar que o saber do professor é, então, definido como “um saber plural, formado pelo amálgama, mais ou menos coerente, de saberes oriundos da formação profissional e de saberes disciplinares, curriculares e experienciais” (TARDIF, 2002, p. 36).

No que se refere às políticas públicas de formação continuada para professores, essas têm se mostrado extremamente variáveis em termos de seus formatos curriculares (cursos de curta, média e longa duração, seminários, palestras, assessorias no contexto escolar, entre outros), concernentes à Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica (Decreto nº 8.752/2016), aos Parâmetros de Formação Docente (2014) e ao Plano Estadual de Educação (PERNAMBUCO 2015-2025, Lei nº 15.533/2015). Sejam as ações definidas pelos órgãos centrais das redes de ensino, sejam aquelas que são contextualizadas na escola, os desafios de organizar processos integrados, sistemáticos e que respondam ao projeto pedagógico das instituições escolares estão colocados.

Na perspectiva de um modelo de colaboração, considera-se a corresponsabilidade dos professores pela sua formação, a legitimidade das instituições de ensino superior na organização de uma formação centrada na escola, assim como a responsabilidade das secretarias de educação na elaboração de critérios e de parâmetros para a formação docente. Assim, ressalta-se que as ações de formação continuada contam com a colaboração dos diversos sujeitos do

sistema educativo, orientados pelas necessidades formativas dos professores. Essa perspectiva supõe a escola como lócus privilegiado de formação e produção de conhecimentos.

Nóvoa (1997) destaca a necessidade de “(re)encontrar espaços de interação entre as dimensões pessoais e profissionais, permitindo aos professores apropriar-se dos seus processos de formação e dar-lhes um sentido no quadro das suas histórias de vida” (p. 25).

Nessa dimensão, a formação de professores contribui para a consolidação de espaços institucionalizados de trabalho coletivo; para direcionamento de metas comuns, oriundas das necessidades da comunidade escolar definidas em seu Projeto Pedagógico e parametrizadas pelas diretrizes e políticas educacionais.

A práxis dessa formação concebe-se como um movimento dialético de ação-reflexão-ação transformada, sendo alimentada por posturas metodológicas que privilegiam procedimentos investigativos, reflexivos e colaborativos, ancorando-se no constante diálogo e partilha entre os entes envolvidos no decorrer do processo formativo. Dessa forma, os professores são compreendidos como sujeitos em transformação e transformadores da realidade e do contexto socioeducacional no qual estão inseridos.

Esse cenário instiga a qualidade dos processos formativos, seja na formação inicial ou continuada de professores. Tais processos devem ir ao encontro do perfil de professor do contexto atual em que se observam mudanças sociais, culturais, tecnológicas, econômicas, entre outras, as quais demandam profissionais com competências que extrapolam o ato de “transmitir” conteúdos, que estejam abertos às inovações e às constantes aprendizagens, que respeitem as diversidades, que construam a partilha e o diálogo com seus pares, com seus estudantes, bem como com os demais agentes educativos, e que sejam voltados para a construção de um conhecimento holístico.

É possível perceber que os esforços empreendidos para a superação dos obstáculos para a formação de um profissional com o perfil descrito, ao mesmo tempo que se constituem como desafio, abrem horizontes para a construção de propostas curriculares formativas fundamentadas em outras lógicas para além da especialização disciplinar. A perspectiva do currículo, numa dimensão

interdisciplinar na formação inicial e continuada dos professores, constitui-se como um desses horizontes em que os saberes se relacionam em constante diálogo.

A integração curricular tem sido recorrente nos atuais discursos que orientam as políticas e as práticas curriculares da Educação Básica do Brasil. Essa tônica é apresentada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (Parecer CNE/CEB nº 7/2010) quando enfatiza que o trabalho do professor, que tem como um dos desafios a transposição didática, deve ser pautado na perspectiva de integrar as diferentes áreas do conhecimento, articulando-as com os saberes e experiências dos estudantes. O propósito dessa abordagem é superar a compartimentação disciplinar que predominou, por muito tempo, como característica do trabalho pedagógico.

Tal como instituem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada em Nível Superior de Profissionais do Magistério para a Educação Básica (Resolução CNE/CP nº 2/2015), entendemos que:

A formação docente inicial e continuada para a educação básica constitui processo dinâmico e complexo, direcionado à melhoria permanente da qualidade social da educação e à valorização profissional, devendo ser assumida em regime de colaboração pelos entes federados nos respectivos sistemas de ensino e desenvolvida pelas instituições de educação credenciadas (p.4). [...] Deverá ser garantida, ao longo do processo, efetiva e concomitante relação entre teoria e prática, ambas fornecendo elementos básicos para o desenvolvimento dos conhecimentos e habilidades necessários à docência (p. 11).

Diante do exposto, a formação inicial e a formação continuada compõem momentos distintos do desenvolvimento profissional, mas, ao mesmo tempo, constituem um percurso de formação, se considerarmos a história de socialização profissional do professor.

1.9 AVALIAÇÃO DA, PARA E COMO APRENDIZAGEM

A avaliação é um dos elementos do processo de ensino e de aprendizagem, estando, por isso, intimamente ligada à trajetória escolar do estudante e do professor. Nessa perspectiva, a avaliação precisa ser tratada, por um lado, como um instrumento que acompanha a construção do conhecimento do estudante e, por outro lado, servir ao professor como orientação e direcionamento nos processos de

(re)ensino, a partir dos resultados apresentados por eles no decorrer dos processos de construção de conhecimento.

Quando a avaliação é tratada numa perspectiva crítico-reflexiva, de forma processual e não apenas de mensuração de "quanto se aprende", considera-se o estudante em sua singularidade, oferecendo-lhe a oportunidade de construção do conhecimento de maneira integral. Ao ser compreendida como processo, a avaliação acompanha, conseqüentemente, a construção do conhecimento, podendo ser considerada um recurso de ensino e aprendizagem para tomada de decisões a partir de seus resultados. Dessa forma, promove o desenvolvimento de um trabalho que oferece um ambiente que valoriza e apoia a equidade e a construção de processos cognitivos.

Quando o professor utiliza a avaliação como um processo de análise, tanto de sua prática pedagógica como dos caminhos utilizados pelos estudantes para aprender, elevando-se o patamar de compreensão sobre os resultados, passa-se a considerar as necessidades de ensino, tomando como base as reflexões alcançadas nos resultados avaliativos. Tal atitude leva os professores a construir instrumentos de avaliação mais coerentes e assertivos, conduzindo-os a decisões mais acertadas no que diz respeito à garantia das aprendizagens em sala de aula.

Nesse caso, mais importante que identificar o sucesso ou o fracasso é entender o que subjaz aos desempenhos observados: a abordagem seguida pelo estudante para chegar à resposta que ele nos propõe e o sentido do procedimento utilizado. Segundo Santos (2005), avaliação é algo bem mais complexo do que apenas atribuir notas sobre um teste ou prova que se faz. Ela deve estar inserida no processo de aprendizagem do estudante para saber os tipos de avaliações que devem ser praticadas, as quais podem ser:

- I. **Formativa:** tem como objetivo verificar se tudo aquilo que foi proposto pelo professor em relação aos conteúdos está sendo atingido durante todo o processo de ensino-aprendizagem;
- II. **Cumulativa:** permite reter tudo aquilo que se vai aprendendo no decorrer das aulas e possibilita ao professor, por poder acompanhar o estudante dia a dia, usá-la quando necessário;
- III. **Diagnóstica:** auxilia o professor a detectar ou fazer uma sondagem daquilo que se aprendeu ou não, e assim retomar os conteúdos que o estudante não conseguiu aprender, replanejando suas ações, suprindo as necessidades e

atingindo os objetivos propostos;

- IV. Somativa: tem o propósito de atribuir notas e conceitos para o estudante ser promovido ou não de uma classe para outra, ou de um curso para outro, sendo normalmente realizada durante o bimestre;
- V. Autoavaliação: pode ser realizada tanto pelo estudante quanto pelo professor, para se ter consciência do que se aprendeu ou se ensinou e assim melhorar a aprendizagem.

É a partir dessa análise que a avaliação se constitui em um momento reflexivo sobre teoria e prática no processo ensino e aprendizagem e assume o protagonismo devido. Bevenutti (2002) diz que avaliar é mediar o processo de ensino e aprendizagem, é oferecer recuperação imediata, é promover cada ser humano, é vibrar junto a cada estudante em seus lentos ou rápidos progressos. Portanto, ao avaliar, o professor estará constatando as condições de aprendizagem dos estudantes para, a partir daí, prover meios para sua recuperação e não para sua exclusão, se considerar a avaliação um processo e não um fim. Nessa direção, aparece a oportunidade de aprender com os resultados.

Em razão disso, sem dúvida, existe também, na avaliação, um processo de transferência de conhecimentos, quando o estudante, por sua vez, consegue aprender enquanto está sendo avaliado e o professor tem a oportunidade de guiar a aprendizagem desse estudante, enquanto ele cria suas respostas e trabalha de forma a compreender o que se espera dele nesse momento.

A Lei nº. 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996, possibilita novos olhares sobre os princípios de avaliar como parte do processo de ensino e aprendizagem, o que é confirmado em seu Art. 24 quando estabelece que “a verificação do rendimento escolar observará critérios, dentre eles podemos destacar: a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre quantitativos, e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais”.

Para Vasconcelos (2005), deve-se distinguir avaliação de nota. A avaliação é um processo que precisa de uma reflexão crítica sobre a prática, podendo, dessa forma, verificar os avanços e as dificuldades, e o que fazer para superar esses obstáculos. A nota, seja na forma de número ou conceitos, é uma exigência do sistema educacional.

Sendo assim, a avaliação da aprendizagem deve buscar a obtenção de informações fidedignas sobre o trabalho realizado com os estudantes nas diferentes áreas do conhecimento e só tem sentido se for encarada pela comunidade escolar como uma aliada tanto do desenvolvimento de cada estudante, como do alcance da consecução das metas de eficácia e qualidade fixadas pela unidade escolar ou pelos sistemas educacionais. Ela deve ser o resultado de uma análise crítica permanente da prática pedagógica, possibilitando a leitura e a compreensão do seu desenvolvimento.

É nessa perspectiva que a avaliação, no Currículo de Pernambuco, deve ser vista como oportunidade de reflexão do fazer pedagógico, voltada para a garantia dos direitos de aprendizagem dos estudantes.

1.10 TEMAS TRANSVERSAIS E INTEGRADORES DO CURRÍCULO

O Currículo de Pernambuco contempla temas sociais e saberes que envolvem várias dimensões, como: política, social, histórica, cultural, ética e econômica. Tais dimensões são necessárias à formação integral dos estudantes e afetam a vida humana em escala local, regional e global, trazendo temáticas que devem integrar o cotidiano da escola.

Alguns desses temas estão diretamente relacionados às legislações específicas, enquanto outros são sugeridos em diretrizes curriculares, ou mesmo, demandados pela própria comunidade educativa. O que os une é o fato de se relacionarem a diferentes componentes curriculares, garantindo uma abordagem interdisciplinar, transversal e integradora. Citamos alguns desses temas, entendendo que outros poderão ser acrescentados em função de novas demandas legais ou por escolha das próprias escolas, inserindo-os em seus projetos político-pedagógicos por meio de práticas educativas voltadas para a criação de uma cultura de paz.

Educação em Direitos Humanos - EDH (Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, 2006, Decreto nº 7.037/2009, Parecer CNE/CP nº 8/2012 e Resolução CNE/CP nº 1/2012) - A Educação em Direitos Humanos - EDH, alicerçada no respeito e proteção à dignidade da pessoa humana, compreende o conjunto de práticas educativas fundamentadas nos direitos humanos, tendo como objetivo

formar o sujeito de direito. Nesse contexto, a Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco, nas últimas décadas, assumiu a EDH como norteadora das políticas educacionais do estado de Pernambuco e pautou-a no compromisso pela construção de uma escola que se reconheça como espaço pleno de vivências de direitos, premissa fundamental para embasar as relações humanas que acontecem na escola em todos os seus âmbitos.

As Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (Resolução CNE/CP nº 1/2012) prescrevem que, na Educação Básica, o currículo poderá ser estruturado tomando por base a perspectiva disciplinar, transversal ou mista, fundindo disciplinaridade e transversalidade. Ao fazer a opção por tratar a EDH na perspectiva transversal, o estado de Pernambuco filia-se ao entendimento de que a cultura dos direitos humanos, conteúdo da EDH, não cabe apenas em um componente curricular, devendo, assim, ganhar espaço no conjunto dos componentes que compõem o currículo. Materializada na perspectiva transversal, a EDH fortalece os paradigmas da educação integral, considerando os estudantes em todas as suas dimensões. Além disso, sedimenta uma cultura de paz na escola, fundamentada na defesa e reconhecimento da igualdade de direitos, valorização das diferenças e das diversidades, laicidade do estado e democracia na educação.

A escola, na perspectiva da EDH, deve desenvolver uma educação pautada em várias dimensões necessárias à formação cidadã: ciências, artes, cultura, história, ética, afetividade, entre outras. Assim, a escola é concebida como espaço sociocultural, lugar de convivência inclusiva, respeitosa e afetiva. O ambiente escolar deve proporcionar, também, uma convivência acolhedora, de auto responsabilidade com o desempenho de cada estudante, de cada professor, consigo mesmo, bem como de cuidado com o outro, considerando a dignidade de todo ser humano.

Direitos da Criança e Adolescente (Lei nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 12.852/2013 - Estatuto da Juventude, Lei nº 13.257/2016

- Marco Legal da Primeira Infância, de 08 de março de 2016) - No campo da discussão dos Direitos da Criança e do Adolescente, o direito de brincar da criança e também o direito de ser cuidada por profissionais qualificados, na primeira infância, devem ser prioridade nas políticas públicas. A criança tem, sobretudo, o

direito a ter a presença da mãe, pai e/ou cuidador em casa nos primeiros meses por meio da licença-maternidade e paternidade concedida para cumprimento dos cuidados.

Por sua vez, o direito à educação deve ser garantido a todas as crianças e adolescentes, observando o pleno desenvolvimento de suas potencialidades por meio de uma preparação cultural qualificada, uma base científica e humana na perspectiva de contribuir para a superação das desvantagens decorrentes das condições socioeconômicas e culturais adversas. Nessa direção, situamos também o Estatuto da Juventude, que vem corroborar a inserção social qualificada do jovem como lei complementar ao Estatuto da Criança e do Adolescente, visando garantir direitos de quem tem entre 15 e 29 anos de idade. O Estatuto da Juventude propõe expansão das garantias dadas à infância e à adolescência, além da compreensão de que o jovem deve ser visto nas suas necessidades no momento presente e não *a posteriori*.

Desse modo, as aprendizagens essenciais devem ser contempladas, proporcionando o desenvolvimento das competências e habilidades necessárias, e possibilitando às crianças, adolescentes e jovens o direito a uma educação de qualidade para que possam atuar socialmente na construção de um mundo mais justo, equitativo, democrático e humano.

O contexto escolar deve ser preparado visando a uma formação cidadã em que todas as crianças e adolescentes devem ser protegidos contra práticas que fomentem a exploração do trabalho infantil e discriminação étnico-racial, religiosa, sexual, de gênero, pessoa com deficiência ou de qualquer outra ordem.

Processo de Envelhecimento, Respeito e Valorização do Idoso (Lei nº 10.741/2003) - O envelhecimento é um fenômeno natural da condição humana. Para além da cronologia, há um conjunto amplo de aspectos que também configuram essa etapa do desenvolvimento humano: biológicos, culturais, históricos, psicológicos e sociais. Embora o envelhecimento humano seja uma condição natural, as representações e sentimentos são construídos socialmente. Dessa forma, faz-se necessário que as escolas incluam, em suas práticas curriculares, ações que visem ao desenvolvimento de comportamentos e atitudes que aproximam as gerações, estimulem os estudantes para o convívio, destituído

de preconceitos, com pessoas idosas e sejam educadas para o envelhecimento humano. O objetivo é garantir o respeito, a dignidade e a educação ao longo da vida. Assim, no âmbito escolar, deve-se também reconhecer o protagonismo da pessoa idosa enquanto estudante e como sujeito que, munido de experiências e saberes, aprende mais sobre si mesmo e sobre o mundo.

Educação Ambiental (Lei nº 9.795/1999, Parecer CNE/CP nº14/2012, Resolução CNE/CP nº 2/2012 e Programa de Educação Ambiental de Pernambuco - PEA/PE 2015) - A Educação Ambiental é um processo contínuo, dinâmico, participativo e interativo de aprendizagem das questões socioambientais. Dessa forma, a Educação Ambiental constitui uma das dimensões do direito ao meio ambiente equilibrado e sustentável, prioridade na garantia da qualidade de vida das pessoas por meio de concepções e práticas inter/transdisciplinares, contínuas e permanentes, realizadas no contexto educativo. Priorizando as questões ambientais, devemos despertar no estudante a importância de manter relações harmoniosas entre a sociedade e a natureza, preservando a biodiversidade e as culturas. É nessa perspectiva que as atividades educativas devem envolver a escola e a comunidade em seu entorno, refletir sobre atitudes de proteção e preservação da natureza, dialogando por meio dos diferentes componentes curriculares.

Educação para o Consumo e Educação Financeira e Fiscal (Parecer CNE/CEB nº 11/2010 e Resolução CNE/CEB nº 7/2010) - Esses temas apontam para abordagens na escola que proporcionem ao estudante ter uma compreensão sobre finanças e economia, consumo responsável, processo de arrecadação financeira e a aplicação dos recursos recolhidos como também sua importância para o valor social dos tributos, procedência e destinação. De modo geral, essas abordagens devem possibilitar ao estudante analisar, fazer considerações fundamentadas, tomar decisões e ter posições críticas sobre questões financeiras que envolvam a sua vida pessoal, familiar e da realidade social e, por conseguinte, compreender a cidadania, a participação social, a importância sobre as questões tributárias, o orçamento público, seu controle, sua execução e sua transparência, bem como a preservação do patrimônio público.

Educação das Relações Étnico-raciais e Ensino da História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena (Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008, Parecer CNE/CP nº 3/2004, Resolução CNE/CP nº 1/2004 e Parecer CNE/CEB nº 14/2015)

- essa temática deve ser trabalhada articulada a diferentes componentes curriculares, mas também no âmbito do currículo como um todo. Deve assegurar o conhecimento e o reconhecimento desses povos na formação cultural, social, econômica e histórica da sociedade brasileira, ampliando as referências socioculturais da comunidade escolar na perspectiva da valorização da diversidade étnico-racial, contribuindo para a construção e afirmação de diferentes identidades.

É necessário que as práticas escolares contemplem nos seus currículos o ensino da história e cultura afro-brasileira, africanas e indígenas como forma de reconhecimento da contribuição que diversos povos deram para a história e cultura nacional. Desta maneira, será alcançada uma educação das relações étnico-raciais que respeite a diversidade brasileira e que busque a erradicação da desigualdade e discriminação, ensejando a construção de uma sociedade baseada no reconhecimento das diferenças e na verdadeira democracia racial.

Diversidade Cultural (Parecer CNE/CEB nº 11/2010 e Resolução CNE/CEB nº 7/2010)

- Ao abordarmos a diversidade cultural, biológica, étnico-racial, devemos considerar a construção das identidades, o contexto das desigualdades e dos conflitos sociais. Este tema aborda a construção histórica, social, política e cultural das diferenças que estão ligadas às relações de poder, aos processos de colonização e dominação.

Este currículo propõe ações e práticas educativas que contemplem essa temática na sala de aula e em toda comunidade escolar para que se promova o combate ao preconceito e à discriminação. É importante, no contexto escolar, possibilitar a compreensão de que a sociedade humana, sobretudo a brasileira, é composta por vários elementos que formam a diversidade cultural e a identidade de cada povo e de cada comunidade. A partir dessa perspectiva, devem ser desenvolvidas atitudes de respeito às diferenças, considerando que a completeza humana é construída na interação entre as diferentes identidades.

Relações de Gênero (Parecer CNE/CEB nº 07/2010, Resolução CNE/CEB nº

02/2012, Lei nº 11.340/2006 - Lei Maria da Penha, Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, 2006, Instrução Normativa da SEE nº 007/ 2017 e Portaria MEC nº 33/2018) - A relação de gênero é entendida como uma categoria de análise que ajuda a pensar a maneira como as ações e posturas dos homens e das mulheres são determinados pela cultura em que estão inseridos (SCOTT, 1990). Deve ser também compreendida como um conceito baseado em parâmetros científicos de produção de saberes que transversalizar diversas áreas do conhecimento, sendo capaz de identificar processos históricos e culturais que classificam e posicionam as pessoas a partir de uma relação sobre o que é entendido como feminino e masculino, essencial para o desenvolvimento de um olhar referente à reprodução de desigualdades no contexto escolar. A perspectiva da 'igualdade de gênero', no currículo, é pauta para um sistema escolar inclusivo que crie ações específicas de combate às discriminações e que não contribua para a reprodução das desigualdades que persistem em nossa sociedade. Não se trata, portanto, de anular as diferenças percebidas entre as pessoas, mas sim de fortalecer a democracia à medida que tais diferenças não se desdobram em desigualdades.

A garantia desse debate e a elaboração de estratégias de enfrentamento às diversas formas de violência são, portanto, direitos assegurados por lei. Esses são pautados em demandas emergenciais e que reafirmam a necessidade dos espaços escolares serem lócus de promoção da cidadania e respeito às diferenças. Para efetivar isso, é necessária a implementação de ações com a perspectiva de eliminar atitudes ou comportamentos preconceituosos ou discriminatórios relacionados à ideia de inferioridade ou superioridade de qualquer orientação sexual, identidade ou expressão de gênero.

Educação Alimentar e Nutricional (Lei nº 11.947/2009) - Esse tema deve ser vivenciado por toda comunidade escolar de forma contínua e permanente, visando desenvolver práticas educativas, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional, que respeitem a cultura, as tradições, os hábitos alimentares saudáveis e as singularidades dos estudantes. Perpassa pela valorização da alimentação escolar, o equilíbrio entre qualidade e quantidade de alimentos consumidos, além do estudo sobre macro e micronutrientes necessários para a formação do indivíduo.

Dessa forma, o currículo traz a educação alimentar e nutricional, inserindo

conceitos de alimentação e nutrição nas diferentes etapas de ensino, considerando o acesso à alimentação saudável como algo fundamental para o crescimento e desenvolvimento dos indivíduos. Nessa dimensão, é necessário que o currículo desenvolva a percepção de que uma alimentação adequada e saudável é um direito humano, e que seja adquirida e consumida garantindo a segurança alimentar e nutricional.

Educação para o Trânsito - (Lei nº 9.503/1997) - A alta incidência de violência no trânsito, inclusive com mortes, remete à necessidade de incentivar a conscientização por meio de um trabalho de educação para o trânsito, envolvendo valores e princípios fundamentais para um convívio social saudável: respeito ao próximo, solidariedade, prudência e cumprimento às leis. É preciso promover práticas educativas e intersetoriais que problematizem as condições da circulação e convivência nos espaços públicos desde a própria escola, seja no campo ou na cidade, para que se promova a convivência mais harmoniosa nos espaços compartilhados, de modo a incentivar uma circulação mais segura de forma eficiente e, sobretudo, mais humana.

A educação para o trânsito deve prever, no currículo da Educação Básica, a construção de valores direcionados ao comportamento respeitoso, ao cuidado com as pessoas e com o meio ambiente, considerando o direito humano à vida, que se constitui no seu bem maior.

Trabalho, Ciência e Tecnologia (Parecer CNE/CEB nº 11/2010 e Resolução CNE/CEB nº 7/2010) - Trazer essa temática para o currículo da Educação Básica contribui para a compreensão do Trabalho enquanto princípio educativo que envolve não só discussões acerca do mundo do trabalho, mas também acerca do desenvolvimento de capacidades humanas para transformação da realidade material, social. Relaciona-se ainda à compreensão da Ciência e Tecnologia enquanto dimensões capazes de provocar reflexões e intervenções sobre o mundo nos aspectos sociais e naturais sem perder de vista o caráter da sustentabilidade.

Nesse sentido, é fundamental que os currículos e as práticas dos professores promovam a pesquisa, como princípio pedagógico, associada a uma abordagem reflexiva dos conteúdos que considere a relação complexa entre os

potenciais do Trabalho, da Ciência e da Tecnologia para resolução de problemas, a ampliação da capacidade produtiva e empreendedora, bem como para a garantia de um espaço de reflexão e atuação crítica e ética sobre suas influências nos impactos ambientais e sociais.

É importante que o currículo da Educação Básica, ao abordar essa temática, promova uma reflexão sobre as diversas formas de trabalho, o uso das tecnologias, às suas respectivas funções e organização social em torno de cada profissão, a contribuição dessas para o desenvolvimento da sociedade, bem como sobre as relações sociais e de poder que se estabelecem em torno do mundo do trabalho.

Saúde, Vida Familiar e Social (Parecer CNE/CEB nº 11/2010, Resolução CNE/CEB nº 7/2010, Decreto nº 7.037/2009, Parecer CNE/CP nº 8/2012 e Resolução CNE/CP nº 1/2012) - A temática saúde é um conceito que nos remete não só a ausência de doença, mas, sobretudo, ao completo bem-estar que permeia as pessoas saudáveis. A concepção que se entende por saúde tem relações diretas com o meio cultural, social, político, econômico, ambiental e afetivo em que se vive. A visão histórica dos diversos significados de saúde também sofre variações ao longo do tempo. O currículo, ao desenvolver esse tema, deve considerar a saúde numa perspectiva mais ampla que envolve as várias dimensões do ser humano, tais como: saúde mental, comportamental, atitudinal, orgânica, física, motora, afetiva, sensorial, entre outras.

É necessário que a pessoa se perceba em sua multidimensionalidade e que a esfera da saúde seja reconhecida sob os diversos aspectos que envolvem uma vida saudável. O contexto político relativo a como a sociedade está organizada também interfere na dimensão da saúde do cidadão. A estrutura da saúde pública, o planejamento das cidades, o saneamento básico, o estilo de vida do/no campo ou da/na cidade, o sistema de transporte e habitacional, as relações familiares e sociais poderão interferir na saúde das pessoas. Esses aspectos devem ser considerados e refletidos no currículo de forma a levar os estudantes a compreenderem e buscarem um estilo de vida mais saudável.

Os temas integradores, acima abordados, além de estarem presentes em habilidades e competências de diferentes componentes curriculares, devem estimular o desenvolvimento de atividades para serem vivenciadas no contexto da

escola, envolvendo todas as áreas do conhecimento que compõem o currículo. Por isso, é necessário que se realize um trabalho interdisciplinar, motivador, inclusivo, resultando em uma experiência mais enriquecedora para os estudantes, os professores participantes e também toda a comunidade escolar.

1.11. O DOCUMENTO E SUA ORGANIZAÇÃO

O currículo de Pernambuco tem por objetivo nortear as propostas pedagógicas dos municípios, os projetos políticos pedagógicos das escolas e as práticas pedagógicas vivenciadas em sala de aula. Está em consonância com a Base Nacional Comum Curricular e com as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, considerando a formação cidadã dos estudantes pernambucanos.

Constitui-se em documento orientador para a rede estadual, redes municipais e escolas privadas. Também é inspirador para as modalidades da educação básica, embora não contempladas diretamente nele. Essas, por suas especificidades e singularidades, deverão ter documentos curriculares específicos construídos em âmbito estadual e municipal.

Este volume, referente ao ensino fundamental, é formado pelos pressupostos teóricos, a apresentação da etapa e suas fases, introdução de cada área e seus componentes curriculares. Após a abordagem sobre cada componente, vem o seu respectivo organizador curricular que traz, na sua estrutura, os campos de atuação (para o componente Língua Portuguesa), a descrição das unidades temáticas (para os componentes de Educação Física, Língua Inglesa e Arte) e das práticas de linguagem (para os componentes Língua Portuguesa e Língua Inglesa), os objetos de conhecimento, os códigos e, por fim, as habilidades do Currículo de Pernambuco. Ao final de cada componente, encontram-se as referências bibliográficas.

No organizador curricular dos componentes do Currículo de Pernambuco, um código pode ser observado antes da descrição de cada habilidade. Foram utilizados os mesmos códigos da BNCC, entretanto, acrescentou-se PE ao final de cada código, indicando que a habilidade recebeu contribuição das redes públicas e/ou escolas privadas ou foi validada pelas mesmas. Assim, o código **EF 01 LP 01**

PE representa:

EF – Ensino Fundamental.

01 – 1º ano do ensino fundamental.

LP – Língua Portuguesa.

01 – Numeração da habilidade – primeira habilidade. Se tiver uma letra (X, Y Z, por exemplo) em vez de números, indica que esta habilidade não está presente na BNCC, sendo, portanto, exclusiva do Currículo de Pernambuco.

PE – As redes de ensino de Pernambuco realizaram alguma modificação nesta habilidade da BNCC ou validaram a mesma.

REFERÊNCIAS

BENVENUTTI, D. B. **Avaliação, sua história e seus paradigmas educativos.** Pedagogia: a Revista do Curso. Brasileira de Contabilidade. São Miguel do Oeste – SC: ano 1, n.01, p.47- 51, jan.2002.

BRANSFORD, J. D.; BROWN, A. L.; COCKING, R. R. (org.). **Como as pessoas aprendem: cérebro, mente, experiência e escola.** Comitê de Desenvolvimento da Ciência da Aprendizagem, Comitê de Pesquisa da Aprendizagem e da Prática Educacional, Comissão de Educação e Ciências Sociais e do Comportamento, Conselho Nacional de Pesquisa dos Estados Unidos. São Paulo: Editora SENAC, 2007.

BRASIL, Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº5, de 17 de dezembro de 2009.** Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Diário Oficial da União. Brasília, 2009.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Parecer nº 11, de 7 de outubro de 2010.** Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. Diário Oficial da União, Brasília, 2010, Seção 1, p.28.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 7, de 14 de dezembro de 2010.** Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. Diário Oficial da União, Brasília, 2010, Seção 1, p.34.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Parecer nº 7, de 7 de abril de 2010.** Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Diário Oficial da União, Brasília, 2010, Seção 1, p.10.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Parecer nº 14, de 11 de novembro de 2015.** Diretrizes Operacionais para a implementação da história e das culturas dos povos indígenas na Educação Básica, em decorrência da Lei 11.645/2008. Diário Oficial da União, Brasília, 2015.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Parecer nº3, de 10 de março de 2004.** Estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Diário Oficial da União, Brasília, 2004, Seção 1, p.11.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno. **Parecer nº 14, de 06 de junho de 2012.** Estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Diário Oficial da União, Brasília, 2012, Seção 1, p.18.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno. **Parecer nº 8, de 06 de março de 2012.** Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Diário Oficial da União, Brasília, 2012, Seção 1, p.33.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988).** Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009.** Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3 e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 2009.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.** Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 2003.

BRASIL. **Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003.** Dispõe sobre o estatuto do idoso e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 2003.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Lei Maria da Penha.** Diário Oficial da União, Brasília, 2006.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008.** Inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira e Indígena”. Diário Oficial da União, Brasília, 2008.

BRASIL. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.** Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nº 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 2009.

BRASIL. **Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013.** Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o sistema nacional de juventude SINAJUVE. Diário Oficial da União, Brasília, 2013.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, 2015.

BRASIL. **Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016.** Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera a Lei no. 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Decreto-Lei no. 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código do Processo Penal), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto- Lei no. 5.452, de 1o. de maio de 1943, a Lei no. 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Lei no. 12.662, de 5 de junho de 2012. Diário Oficial da União, Brasília, 2016.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 1990.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 1996.

BRASIL. **Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997.** Institui o Código de Trânsito

Brasileiro. Diário Oficial da União, Brasília, 1997.

BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999.** Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação; Secretaria de Educação Básica; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão; Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica.** Brasília: MEC; SEB; DICEI, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação; Conselho Pleno. **Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012.** Estabelece Diretrizes Nacionais Curriculares para a Educação em Direitos Humanos. Diário Oficial da União, Brasília, 2012, Seção 1, p.48.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010.** Institui Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Diário Oficial da União. Brasília, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 2, de 30 de janeiro de 2012.** Define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Diário Oficial da União. Brasília, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução nº 1, 17 de Junho de 2004.** Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico- Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Diário Oficial da União. Brasília, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 2, 1 de Julho de 2015.** Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada em Nível Superior de Profissionais do Magistério para a Educação Básica. Diário Oficial da União. Brasília, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto nº 8.752, de 9 de maio de 2016.** Dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica. Brasília: Diário Oficial da União, 10/05/2016. Seção 1, p. 5-6.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 33, de 17 de janeiro de 2018.** Brasília, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília, 2008.

BRASIL. Ministério de Educação. Conselho Nacional de Educação; Conselho Pleno. **Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012.** Estabelece as Diretrizes Curriculares

Nacionais para a Educação Ambiental. Diário Oficial da União, Brasília, 2012, Seção 1, p.70.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Ministério da Educação. Ministério da Justiça. UNESCO. **Plano Nacional de Educação e Direitos Humanos. Brasília, 2006.**

DELORS, J. (Coord.). Os quatro pilares da educação. In: **Educação: um tesouro a descobrir**. São Paulo: Cortez, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GOODSON, I. **A construção social do currículo**. Lisboa: Educa, 1997.

NÓVOA, A. Formação de professores e profissão docente. In: NÓVOA, A. **Os professores e sua formação**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1997.

PERNAMBUCO, Secretaria de Educação. **Base Comum Curricular (BCC)** para as redes públicas de ensino de Pernambuco, 2008.

PERNAMBUCO, Secretaria de Educação. **Orientações Teórico- Metodológicas** para o Ensino Fundamental. 2008. Disponível em: <http://www.educacao.pe.gov.br>. Acesso em 10 de outubro de 2018.

PERNAMBUCO, Secretaria de Educação. **Parâmetros Curriculares de Pernambuco**. Recife, 2012.

PERNAMBUCO, Secretaria de Educação. **Parâmetros Curriculares na Sala de Aula**. Recife, 2013.

PERNAMBUCO. **Lei Nº 15.533, de 23 de junho de 2015**. Aprova o Plano Estadual de Educação 2015-2025. Pernambuco: Diário Oficial do Estado de Pernambuco, 24/06/2015. Ano XCII, n. 117, p. 3-9.

PERNAMBUCO. Secretaria de Educação. **Instrução Normativa SEE no. 007/2017**. Estabelece procedimentos e normas para a realização do Cadastro escolar e da Matrícula do(a) estudante, na Educação Básica da Rede Estadual de Ensino do estado de Pernambuco. Diário Oficial do Estado de Pernambuco de 19 de janeiro de 2018. Recife, 2018.

PERNAMBUCO. Secretaria de Educação. **Padrões de Desempenho Estudantil**. Recife, 2014.

PERNAMBUCO. Secretaria de Educação. **Parâmetros de Formação Docente**. Recife, 2014.

PERNAMBUCO. Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade. **Programa de Educação Ambiental de Pernambuco - PEA/PE**, Recife, 2015.

PERRENOUD, P.. **Construir competências desde a escola**: trad. Bruno Charles Magne. Porto Alegre: ArtMed, 1999.

SANTOS, C. R. (et. al.) **Avaliação Educacional: um olhar reflexivo sobre sua**

prática., e vários autores, São Paulo: Editora Avercamp, 2005.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, vol. 16, no 2, Porto Alegre, jul./dez. 1990.

SILVA, G. N.; FELICETTI, V. L.. Habilidades e Competências na Prática Docente: perspectivas a partir de situações-problema. **Educação por Escrito**. Porto Alegre, v. 5, n.1, 2014.

SILVA, T. T. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 2. ed., 3ª reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2002.

VASCONCELLOS, C. **Avaliação: concepção dialética libertadora do processo de avaliação escolar**. 15. Ed. São Paulo: Libertad, 2005.

ZABALA, A. **A prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

ZABALA, A.; ARNAU, L. **Como Aprender e Ensinar Competências**. Porto Alegre: ArtMed, 2009.

2. ENSINO FUNDAMENTAL

2.1 O ENSINO FUNDAMENTAL E SUAS FASES

O ensino fundamental, segunda etapa da educação básica, passou por muitas mudanças ao longo de sua história. Nesse sentido, foi criada a Lei nº 11.274/2006 (BRASIL, 2006), que dispôs sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental com matrícula obrigatória de crianças a partir dos 6 (seis) anos de idade e, em 2010, foram publicadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos, trazendo orientações para os processos de (re)construção tanto dos currículos quanto dos Projetos Político-Pedagógicos (PPP) das escolas dos âmbitos estadual, distrital e municipal (BRASIL, 2010).

Por ser a etapa da educação básica de maior duração, atendendo crianças e adolescentes dos 6 (seis) aos 14 (quatorze) anos de idade, com especificidades diversas, físicas, cognitivas, afetivas, sociais, emocionais, dentre outras, o ensino fundamental sempre teve o desafio de proporcionar uma formação mais adequada aos estudantes. Nesse sentido, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), construída com participação das secretarias estaduais e da UNDIME, homologada em dezembro de 2017, trouxe grande contribuição ao indicar o conjunto de aprendizagens essenciais que todos os estudantes brasileiros devem desenvolver ao longo da educação básica, orientando a elaboração dos currículos e ao que deve ser ensinado em âmbito nacional, resguardando as características sociais e regionais existentes nos contextos dos entes federados.

O Currículo de Pernambuco pretende, em consonância com a BNCC, garantir com qualidade o direito que todos os estudantes têm de aprender. Caminhando nesse sentido, no ensino fundamental – anos iniciais, busca-se, em diálogo com as experiências oriundas da educação infantil, dar continuidade às situações lúdicas e progressivas de aprendizagem. No tocante aos dois primeiros anos, o trabalho pedagógico dará ênfase aos processos de alfabetização sempre associados às práticas do letramento. Tais engajamentos devem ocorrer imbuídos da perspectiva de progressão do conhecimento e para favorecer a consolidação das aprendizagens

anteriores e a “ampliação das práticas de linguagem e da experiência estética e intercultural das crianças”. (BRASIL, 2017, p. 57).

No ensino fundamental – anos finais, o perfil dos estudantes se modifica ainda mais. Além dos novos desafios relacionados às mudanças físicas e emocionais, recairá a responsabilidade de adaptação a um trabalho orientado por vários professores especialistas em suas áreas do conhecimento – ao contrário da fase anterior. É imprescindível que se retorne às aprendizagens adquiridas nos anos iniciais, ressignificando-as e aprofundando-as. A seguir, procura-se discorrer melhor sobre as transições.

2.2 A TRANSIÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS

É indispensável articulação curricular entre todas as etapas da Educação Básica. Além de ser consenso entre os educadores, tal articulação é preconizada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (Resolução CNE/CEB nº 4/ 2010). Em seu artigo 24, a continuidade da educação infantil no ensino fundamental é proposta na perspectiva de reconhecer que os objetivos da formação básica das crianças, estabelecidos para a educação infantil, devem estender-se durante os anos iniciais do ensino fundamental. Tais objetivos devem promover, ainda, a ampliação e a intensificação gradativa do processo educativo. Isso favorece a possibilidade de assegurar um percurso contínuo de aprendizagens às crianças, conforme estabelece o artigo 29 das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental (Resolução CNE/CEB no.7/2010).

No tocante a medidas com o intuito de articular a educação infantil com os anos iniciais do ensino fundamental, é importante o reconhecimento das aprendizagens da criança antes mesmo do seu ingresso no ensino fundamental, bem como a valorização do caráter lúdico na ação pedagógica. Além disso, a identificação das necessidades das crianças pode ajudar a escola a se transformar, a partir do momento em que ela percebe quem são essas crianças e de que forma é possível atender suas reais necessidades. Até porque, tanto na educação infantil quanto nos primeiros anos do ensino fundamental, as especificidades inerentes a ambas as etapas estão ligadas,

sobretudo, ao reconhecimento das especificidades da infância, tais como seus aspectos psicológicos, emocionais, cognitivos, físicos, dentre outros.

É de uma concepção ampla de infância e de criança que se deve partir, quando se pensa na criação de um currículo ou de propostas pedagógicas para essas duas etapas, visto que o ciclo da infância não termina aos 6 anos de idade, momento no qual a criança ingressa no primeiro ano do ensino fundamental.

A ampliação das aprendizagens deve ser um contínuo na vida das crianças, sendo a transição para essa etapa de escolarização um momento especial. Nesta perspectiva, a articulação entre conhecimentos e vivências da escola e de fora da escola, tão presente nos campos de experiência da educação infantil, deve ser preservada e enfatizada no ensino fundamental, abrindo-se também espaço para as novas possibilidades de aprendizagens.

Ao longo dos séculos, a concepção de criança modificou bastante, inclusive expressando visões contraditórias a seu respeito. Entre os moralistas e os educadores do século XVII, por exemplo, a criança era vista como fruto do pecado e, assim, deveria ser direcionada ao caminho do bem. Através desse pensamento, entendia-se que a formação moral e o direcionamento às aprendizagens deveriam ficar a cargo da igreja. É nesse momento que surge a explicação dos dois modos de atendimento aos quais se destinavam às crianças: um de caráter repressor e outro compensatório. É justamente nesse período que, para Kramer (2003), a criança ora é considerada ingênua, inocente e graciosa – daí a necessidade da paparicação –; ora compreendida como um ser imperfeito e incompleto – carecendo, por isso, passar pelo processo de moralização e de uma educação administrada pelos adultos.

Atualmente, a ideia de infância corresponde à consciência da singularidade infantil. É exatamente essa natureza singular que estabelece a diferença entre a criança e o adulto. A criança deve ser considerada como sujeito histórico e de direitos. É através das interações, das relações e das práticas cotidianas que ela vivencia e constroi sua identidade pessoal e coletiva. A criança deve, ainda, ser compreendida como pessoa cidadã e ser respeitada em seus aspectos integrais. Para isso, a educação deve se pautar na perspectiva da formação humana, no exercício da cidadania e no direito de aprender. Cabe à escola proporcionar experiências no campo das interações e explorar a ludicidade nos processos de ensino e nas propostas de

atividades cotidianas. Assim, estará valorizando as características e vivências do trabalho oriundo da Educação Infantil – sobretudo nos anos iniciais do Ensino Fundamental –, com as quais as crianças já estão familiarizadas.

As etapas possuem, portanto, suas dinâmicas e proporcionam níveis de complexidade diferenciados. Isso considerando os desafios que se apresentam e se constituem como elementos impulsionadores do desenvolvimento da criança. Assim, torna-se natural que ocorram períodos de transição, possibilitando novas aquisições na construção dos conhecimentos necessários ao desenvolvimento das aprendizagens de forma progressiva (BRASIL, 2017). Nesse movimento, é imprescindível o entrelaçamento de professores, crianças e suas famílias. Caminhando nesse sentido, aumenta a possibilidade de se promover ações, esforços e sentimentos capazes de contribuir para uma vivência segura e tranquila dos processos educativos e das práticas pedagógicas.

A família possui um papel fundamental na transmissão de valores às crianças, até porque se constitui como importante grupo social no qual elas estão inseridas desde muito cedo. Desse modo, o ambiente familiar acaba possibilitando aprendizagens diversas, envolvendo desde a solução de conflitos e o controle das emoções até a manifestação de sentimentos proporcionados pela convivência e possibilidade de aprender com a diversidade humana – e com as situações adversas vividas no seio familiar. O apoio e participação da família são imprescindíveis tanto na educação infantil como no início do ensino fundamental e ao longo do mesmo. É indiscutível que as aprendizagens são mais facilmente consolidadas, nessas etapas da educação, quando se tem a família como aliada aos processos que visam à aquisição e ao desenvolvimento das competências e habilidades estabelecidas ao longo do percurso escolar.

2.3 A TRANSIÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS PARA OS ANOS FINAIS

O processo de transição da fase dos anos iniciais para a fase dos anos finais, da etapa do ensino fundamental, requer uma atenção cuidadosa para a sua especificidade, pois esta última deverá consolidar o caminho alicerçado na fase

anterior. Reitera-se, portanto, a premência de uma formação para o respeito aos direitos humanos, à vida em comum, à coesão social, à cooperação, às práticas cidadãs ativas e à solidariedade no convívio comunitário, por meio da articulação entre todas as etapas da educação, como preveem as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos, em seu artigo 29:

A necessidade de assegurar aos alunos um percurso contínuo de aprendizagens torna imperativa a articulação de todas as etapas da educação, especialmente do Ensino Fundamental com a Educação Infantil, dos anos iniciais e dos anos finais no interior do Ensino Fundamental, bem como do Ensino Fundamental com o Ensino Médio, garantindo a qualidade da Educação Básica. (BRASIL, 2010).

A fim de promover uma transição integrada dos anos iniciais para os anos finais do ensino fundamental, é necessário que este último se articule ao direcionamento didático-pedagógico norteador da etapa e da fase precedentes: educação infantil e anos iniciais, respectivamente. Também é imprescindível considerar as particularidades integrantes do amplo arcabouço conceitual e metodológico dos anos finais, no sentido de garantir um processo continuado e progressivo de construção das aprendizagens previstas para o ensino fundamental (AGUIRRE, 2017).

Isso requer a sistematização de conhecimentos no sentido de proporcionar oportunidades para a elaboração de conceitos e a preocupação com o desenvolvimento cognitivo que reconheça os aspectos objetivos e subjetivos da prática educativa, enfatizando as transformações que ocorrem e que caracterizam essa passagem como momento de reflexão e reorganização da vida dos estudantes, bem como a dos professores (BONDÍA, 2002).

A articulação entre essas fases é de grande importância e nela inclui-se, principalmente, a relação entre os anos iniciais e os anos finais do ensino fundamental, haja vista serem nestas fases que se intensificam as rupturas decorrentes do gradativo desenvolvimento da maturidade dos estudantes e a conseqüente e necessária adequação teórico-metodológica às capacidades cognitivas destes por parte da escola, por meio das práticas pedagógicas ali desenvolvidas (MESOMO, 2014).

Acompanhamos, nas últimas décadas, propostas de mudanças para o ensino fundamental em nosso país. Isso se deve à concepção desta etapa como um direito fundamental dos cidadãos, uma vez que, sob tais termos, constituiu-se em uma garantia mínima de formação para a vida pessoal, social e política. Percebe-se, desde então, que todos os cidadãos têm o direito de obter o domínio dos conhecimentos escolares previstos para esta etapa da escolarização básica e de construir os valores, as atitudes e as habilidades derivados desses conteúdos e das interações que ocorrem no processo educativo.

Na transição entre as fases inicial e final do ensino fundamental, há que se considerar uma série de aspectos que incidem nas relações entre estudantes e professores. Entre as transformações deflagradoras de mudanças nesses relacionamentos, está a aplicação mais frequente e sistemática de instrumentos avaliativos, a elevação do quantitativo de conteúdos, o acréscimo de componentes curriculares - com decorrente aumento no número de professores, bem como a redução do tempo de convivência entre estes e os estudantes. Como consequência de tudo isso, há um aprofundamento da impessoalização no trato entre os sujeitos envolvidos no ato de ensinar e aprender que apresenta, entre outros reflexos, um maior distanciamento físico e uma dificuldade de construir empatia recíproca.

Com isso, faz-se *mister* a delimitação, em termos de concepção e elaboração, de diretrizes educacionais específicas para os anos finais do ensino fundamental, no que diz respeito à articulação da intencionalidade pedagógica e à delimitação de procedimentos didáticos e avaliativos, num processo contínuo e progressivo das aprendizagens previstas para a trajetória escolar dos estudantes nesta fase. Para que ocorra uma transição integrada e qualificada entre essas fases, será necessário considerar as diversas particularidades conceituais e metodológicas dos anos finais do ensino fundamental, além das características do desenvolvimento cognitivo dos estudantes, de modo a oportunizar o enriquecimento e a construção de aprendizagens previstas para esta fase.

O propósito do trabalho pedagógico será garantir a identificação dos saberes/conhecimentos escolares a serem sistematizados e que lhes são apresentados na fase a que acabam de chegar, realizando uma prática de ensino significativa para os estudantes em seu novo momento do processo educativo. Assim,

poderão ser superados, entre outros, problemas, como a indiferença de muitos estudantes a conteúdos e eles expostos sem os valores do sentido e da representatividade para a sua vida.

Diante disso, é primordial a atenção, o zelo e a aproximação entre professores e educandos, considerando a integralidade da relação entre esses sujeitos, uma vez que a familiarização com novos professores e novas dinâmicas, novos conteúdos e componentes curriculares constituir-se-á em aspecto relevante para o sucesso da transição entre as fases que compõem o ensino fundamental e para a própria aprendizagem, desenvolvimento, construção de habilidades e competências. Os afetos precisam ser garantidos nesse momento da vida escolar do estudante, já que sua convergência com os aspectos conteudísticos e cognitivos serão bastante relevantes na construção da aprendizagem.

Os processos de ensino-aprendizagem como ato contínuo, nos quais se insere o estudante dos anos finais do ensino fundamental, deve ter em conta uma perspectiva dialética e dialógica, além de observar as experiências vivenciadas nos espaços coletivos da escola. Para tanto, é preciso considerar o caráter progressivo entre as habilidades e competências já construídas e as que serão desenvolvidas, pois esse caráter progressivo corrobora a ideia de que o trabalho pedagógico deve acontecer de forma contínua e sem rupturas, garantindo aos estudantes um tempo maior de convívio escolar, mais oportunidades de aprender e, assim, assegurando-lhes uma construção de aprendizagem significativa e mais sólida.

REFERÊNCIAS

AGUIRRE, K. C. **A transição dos anos iniciais para os anos finais do ensino fundamental**: o que diz a produção nacional. 2017.24f. Graduação (Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul), Chapecó, UFFS, 2017.

BONDÍA, J. L. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**. n.19, jan/fev/mar/abr 2002.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 7, de 14 de dezembro de 2010**. Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. Diário Oficial da União, Brasília, 2010.

BRASIL. **Lei nº11.274, de 6 de fevereiro de 2006**. Altera a LDB, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. Brasília, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Diário Oficial da União. Brasília, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2017.

KRAMER, S. **A Política do Pré-Escolar no Brasil**: A arte do disfarce. 7ª edição. São Paulo: Cortez, 2003.

MESOMO, O. L. C.; PAWLAS, N. O. **Articulação entre as duas etapas do ensino fundamental**: anos iniciais (5º ano) e anos finais (6º ano). Unicentro, Paraná, 2014.

3. ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS FINAIS - HISTÓRIA DE PERNAMBUCO

3.1 A IMPORTÂNCIA DO COMPONENTE CURRICULAR HISTÓRIA DE PERNAMBUCO: MEMÓRIA, IDENTIDADE E CIDADANIA

A implementação do componente curricular História de Pernambuco nos Anos Finais do Ensino Fundamental está regulada pela Instrução Normativa nº 002/2026 e fundamenta-se na necessidade de promover uma educação que dialogue diretamente com o território, as identidades e as temporalidades que constituem o Estado. Este componente curricular estabelece-se como um exercício de compreensão das formas de registro, e das construções de memórias que moldaram a história e a sociedade pernambucana.

O ensino da História de Pernambuco deve estimular o(a) estudante a reconhecer-se como sujeito histórico. Isso implica compreender que a história não é um bloco monolítico de fatos passados, mas uma ciência que interroga o presente a partir de vestígios — sejam eles materiais, como as ruínas de engenhos e igrejas, ou imateriais, como o maracatu e os saberes ancestrais. Ao analisar as permanências e rupturas no tempo, o estudante desenvolve o pensamento crítico necessário para interpretar a realidade contemporânea.

3.2 PERNAMBUCO COMO PROTAGONISTA: INFLUÊNCIAS LOCAL, REGIONAL E NACIONAL

A trajetória histórica de Pernambuco é indissociável da formação da nação brasileira. O estudo deste componente permite ao estudante mapear como dinâmicas ocorridas em solo pernambucano irradiaram influências em múltiplas escalas:

Influência Local: No cotidiano dos municípios, a história manifesta-se no patrimônio artístico e cultural. A valorização das manifestações locais permite que o estudante perceba a cultura como uma forma de resistência e registro das ações humanas no tempo. O ambiente local torna-se, assim, um laboratório de investigação científica.

Influência Regional: Pernambuco consolidou-se como o epicentro de processos que definiram o Nordeste. A economia açucareira, a resistência do Quilombo dos Palmares e, posteriormente, a criação de

órgãos de planejamento como a SUDENE, revelam um estado que sempre liderou debates sobre desenvolvimento e justiça social na região. Estudar essas dinâmicas ajuda a compreender a formação das identidades nordestinas em sua diversidade.

Influência Nacional: A vocação libertária e republicana de Pernambuco antecipa debates centrais no Brasil. Revoluções como a de 1817, a Confederação do Equador em 1824 e a Revolução Praieira de 1848 não foram meros episódios provinciais, foram projetos políticos de vanguarda que questionaram o absolutismo e propuseram modelos federativos de cidadania. No século XX, movimentos como as Ligas Camponesas e o pioneirismo de figuras na defesa dos Direitos Humanos durante a ditadura militar reafirmaram o papel do estado na construção da democracia brasileira.

3.3 FUNDAMENTAÇÃO PEDAGÓGICA: PROGRESSÃO CURRICULAR E TEMPORALIDADES

A estrutura deste componente foi pensada para respeitar o desenvolvimento cognitivo e a maturidade crítica dos estudantes ao longo dos Anos Finais. Abaixo, detalham-se os eixos norteadores para cada ano do Ensino Fundamental Anos Finais.

No 6º Ano o foco é nos registros, na ancestralidade e na desconstrução de uma visão única de tempo. Pernambuco, com sua pluralidade de povos, oferece o cenário ideal para este exercício buscando contrastar o tempo linear europeu com as concepções de outros povos e outras culturas. O tempo aqui é trabalhado através dos ciclos da cana-de-açúcar e das festas populares como o Carnaval e o São João. O estudante é provocado a identificar o patrimônio material e imaterial do seu próprio município e do estado. Ao pesquisar uma igreja, um mercado antigo ou um mestre de Maracatu, ele compreende que a história está viva no seu entorno imediato.

No 7º Ano, Pernambuco é apresentado como um nó estratégico das redes de comércio e cultura globais entre os séculos XVI e XVIII. Analisa-se como o complexo

açucareiro definiu a hierarquia social e as tensões entre colonizadores, escravizados e indígenas. O "Engenho" é estudado como uma estrutura de poder e resistência. A presença de Nassau no Recife serve de base para discutir a liberdade religiosa (a Sinagoga Kahal Zur Israel) e o desenvolvimento urbano, mostrando Pernambuco como um espaço de encontros transatlânticos. Palmares é destacado não apenas como um refúgio, mas como o primeiro grande projeto político de liberdade no Brasil, essencial para a valorização da matriz africana.

O 8º ano foca no protagonismo político de Pernambuco e seu papel de "vanguarda" nos projetos de nação. O estudante analisa por que Pernambuco foi o epicentro do republicanismo no Brasil durante as Revoluções de 1817, 1824 e 1848. Discutem-se também, os ideais de liberdade e federalismo que influenciaram o país, conectando-os aos movimentos liberais europeus (como na Revolução Praieira) e as mudanças sociais do Segundo Reinado a partir da exclusão das populações pobres e a luta por direitos que perpassa todo o período imperial.

O 9º Ano foca na Modernidade, Crises e na Construção da Cidadania com foco na história recente e nos desafios do tempo presente como: Pós-Abolição e República a partir de investigações de como a população negra e indígena em Pernambuco lutou por espaços de cidadania após 1888 e como o "Coronelismo" moldou a política local. Além da resistência e dos direitos humanos, com destaque ao enfrentamento à ditadura militar, à resistência de Dom Helder Câmara e às Ligas Camponesas. O objetivo é compreender o processo de redemocratização e a importância da Constituição de 1988 para a garantia de direitos. Também é destacada a inovação do Porto Digital e o ativismo social contemporâneo, preparando o estudante para agir com ética e respeito em uma sociedade tecnológica e plural.

Para a efetivação deste currículo, o trabalho com fontes históricas é central. A fotografia, conforme a teoria histórica contemporânea, não deve ser vista apenas como ilustração, mas como um documento carregado de afetividade e técnica que registra sensibilidades de uma época. O uso de acervos locais, jornais históricos e relatos orais permite que o aluno exercite o fazer historiográfico, analisando as intencionalidades por trás de cada registro.

Ao cruzar diferentes fontes, espera-se que o estudante aprenda a questionar as narrativas oficiais e a construir sua própria interpretação sobre o mundo, fortalecendo sua autonomia intelectual e seu compromisso com a democracia.

3.4 COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DE HISTÓRIA DE PERNAMBUCO PARA O ENSINO FUNDAMENTAL

1. Compreender acontecimentos históricos, relações de poder e processos e mecanismos de transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais ao longo do tempo e em diferentes espaços para analisar, posicionar-se e intervir no mundo contemporâneo.
2. Compreender a historicidade no tempo e no espaço, relacionando acontecimentos e processos de transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais, bem como problematizar os significados das lógicas de organização cronológica.
3. Elaborar questionamentos, hipóteses, argumentos e proposições em relação a documentos, interpretações e contextos históricos específicos, recorrendo a diferentes linguagens e mídias, exercitando a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos, a cooperação e o respeito.
4. Identificar interpretações que expressem visões de diferentes sujeitos, culturas e povos com relação a um mesmo contexto histórico e posicionar-se criticamente com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.
5. Analisar e compreender o movimento de populações e mercadorias no tempo e no espaço e seus significados históricos, levando em conta o respeito e a solidariedade com as diferentes populações.
6. Compreender e problematizar os conceitos e procedimentos norteadores da produção historiográfica.
7. Produzir, avaliar e utilizar tecnologias digitais de informação e comunicação de modo crítico, ético e responsável, compreendendo seus significados para os diferentes grupos ou estratos sociais.



Organizador Curricular de
HISTÓRIA DE PERNAMBUCO
do Ensino Fundamental Anos Finais



Organizador Trimestral de História de Pernambuco do Ensino Fundamental dos Anos Finais

Apresentação

Olá, Professor(a)!

É com grande satisfação que apresentamos o Organizador Curricular de História de Pernambuco, componente que chega para fortalecer a identidade, o pensamento crítico e o reconhecimento da diversidade sociocultural dos nossos estudantes e para explorarmos a riqueza da nossa trajetória histórica com a profundidade que ela exige. Por ser um componente que lida com memórias, vestígios e múltiplas temporalidades, permite que você, professor(a), desenvolva projetos que integrem a pesquisa documental, a história oral e imagética.

Este organizador oferece a você a autonomia de ser um professor pesquisador. As orientações didático-metodológicas são caminhos para que você conecte os grandes marcos históricos às especificidades de sua localidade. Ao fazer isso, o ensino de História ganha sentido: ele deixa de ser sobre "o outro" e passa a ser sobre "nós".

Este material é, portanto, uma ferramenta para que possamos construir, juntos, uma educação que valorize o que temos de mais rico: a nossa gente, a nossa cultura, as nossas lutas e a nossa capacidade de reinventar a história todos os dias.

A avaliação neste componente também assume um caráter mais abrangente e holístico. Ao longo do trimestre, o progresso do estudante poderá ser aferido por meio de portfólios, curadorias de imagens, entrevistas com membros da comunidade e debates críticos. Isso permite que a nota reflita, de fato, a capacidade do estudante de se perceber como um sujeito histórico ativo na sociedade pernambucana. A colaboração entre você, seus estudantes e a equipe gestora será o alicerce para que Pernambuco seja lido, interpretado e valorizado em toda a sua pluralidade.

Bom trabalho e excelentes descobertas históricas!



Organizador Curricular de
HISTÓRIA DE PERNAMBUCO
do Ensino Fundamental Anos Finais

6º ANO



| HISTÓRIA DE PERNAMBUCO 6º ANO - 1º TRIMESTRE | | | |
|---|--|---|---|
| UNIDADE TEMÁTICA | OBJETOS DE CONHECIMENTOS | HABILIDADE DO CPE | HISTÓRIA DE PERNAMBUCO- orientações didático metodológicas |
| História: tempo, espaço e formas de registros | O tempo e suas representações | (EF06HI01PE) Identificar e discutir diferentes formas de compreensão da noção de tempo e de periodização dos processos históricos (continuidades e rupturas). | Apresentar outras e diversas concepções de tempo que contrastam com a noção de tempo linear. Utilizar exemplos locais como o ciclo da cana-de-açúcar ou o ciclo de festas populares como formas de periodização cultural, entre outros. |
| História: tempo, espaço e formas de registros | O tempo e suas representações | (EF06HI02PE) Reconhecer e utilizar medidas de tempo usadas pelos homens e mulheres em seu cotidiano e pelos historiadores em seus escritos (dia, mês, semana, ano, década, século, milênio, era), buscando selecionar e localizar informações e acontecimentos históricos em linhas do tempo e em outros modos de organização temporal. | Elaborar linhas do tempo visualizando a ocupação do território pernambucano, localizando: a) tempo da presença dos povos originários; b) da invasão europeia no século XVI; c) da diáspora de africanos; d) da chegada de outros povos; e) marcos importantes para a comunidade local do estudante como a fundação do bairro, o centenário de um mercado ou igreja. Incentivar o uso de mapas interativos ou Geoinformação para conectar tempo e espaço. |
| HISTÓRIA DE PERNAMBUCO 6º ANO - 2º TRIMESTRE | | | |
| UNIDADE TEMÁTICA | OBJETOS DE CONHECIMENTOS | HABILIDADE DO CPE | HISTÓRIA DE PERNAMBUCO- orientações didático metodológicas |
| História: tempo, espaço e formas de registros | Formas de registro da História e da produção do conhecimento histórico | (EF06HI03PE) Identificar a gênese da produção do saber histórico e perceber-se como sujeito social construtor da história. | Promover entrevistas com membros da comunidade (moradores mais velhos, artesãos, líderes comunitários e/ou religiosos) para coletar as histórias locais fortalecendo as identidades, a fim de promover o respeito às diferenças e a valorização da ancestralidade. O estudante se percebe como sujeito social construtor da história, focando na escala microrregional. Além das entrevistas com moradores, propor que o aluno identifique "vestígios" do passado em sua região. Discutir como o saber histórico é construído tanto pelo relato oral quanto pela descoberta de fósseis e vestígios materiais. O estudante deve compreender que, ao preservar uma memória ou um objeto antigo, ele atua como um guardião da história microrregional. |

| | | | |
|---|---|---|---|
| História: tempo, espaço e formas de registros | Formas de registro da História e da produção do conhecimento histórico | (EF06HI04PE) Analisar o significado das fontes/documentos/indícios que originaram determinadas formas de registro em sociedades e épocas distintas e compreendê-las como produções históricas, sociais e culturais. | Analisar pinturas e/ou inscrições rupestres encontradas em Pernambuco identificando-as como primeiras formas de registros e comparando-as com fontes mais recentes, fomentando a discussão sobre como as diferentes sociedades em tempos distintos utilizaram recursos diversos para narrar e registrar suas culturas. Utilizar fontes textuais regionais como biografias, letras de músicas e poemas, literatura de cordel, entre outros, que narram eventos e/ou costumes locais. Analisar fotografias antigas da região para identificar a lógica das construções e paisagens. |
| História: tempo, espaço e formas de registros | Formas de registro da História e da produção do conhecimento histórico | (EF06HI05PE) Conhecer e valorizar a diversidade do patrimônio artístico, histórico e cultural da humanidade, reconhecendo essas manifestações como formas de registro e representações construídas por diferentes sociedades em diferentes espaços e tempos históricos. | Fazer levantamento do patrimônio material (ex: ruínas de um engenho, igreja antiga, mercado) ou imaterial (ex: uma manifestação cultural local). A pesquisa poderá culminar na produção de um mural ou exposição que valorize o patrimônio estudado. Propor a pesquisa sobre o Patrimônio Arqueológico de Pernambuco, com foco nos parques nacionais, sítios locais (ex: Furna do Estrago ou as formações do Vale do Catimbau), patrimônio construído (igrejas/engenhos), patrimônio natural e ancestral (fósseis e figuras rupestres). |
| HISTÓRIA DE PERNAMBUCO 6º ANO - 3º TRIMESTRE | | | |
| UNIDADE TEMÁTICA | OBJETOS DE CONHECIMENTOS | HABILIDADE DO CPE | HISTÓRIA DE PERNAMBUCO- orientações didático metodológicas |
| História: tempo, espaço e formas de registros | As origens da humanidade, seus deslocamentos e os processos de sedentarização | (EF06HI08PE) Descrever modificações da natureza e da paisagem realizadas por diferentes tipos de sociedade, com destaque para os povos indígenas originários e povos africanos, e discutir a natureza e a lógica das transformações ocorridas em diferentes épocas. | Promover um diálogo interdisciplinar com Geografia para analisar o impacto da expansão da cana-de-açúcar e do gado nas paisagens do litoral ao sertão pernambucano, contrastando com as técnicas de manejo e o uso do solo pelos povos indígenas quilombolas. É interessante usar um estudo de caso da localidade para iniciar a reflexão. |

| | | | |
|--|--|--|---|
| <p>História: tempo, espaço e formas de registros</p> | <p>Povos antigos nas Américas: Astecas, Maias e Incas Os povos indígenas originários do atual território brasileiro e seus hábitos culturais e sociais</p> | <p>(EF06HI11PE) Identificar os povos indígenas que viveram no continente americano, em especial onde hoje é o território brasileiro, e conhecer os seus modos de vida, suas formas de organização social, econômica, cultural, política, religiosa e artística, suas mudanças e permanências ao longo do tempo e os processos históricos que as desencadearam.</p> | <p>Trabalhar com a identificação dos Povos Indígenas de Pernambuco e seus modos de vida, quebrando estereótipos. Utilizar mapas para localizar suas terras e discutir a questão da posse e do conflito por território.</p> |
| <p>As origens da humanidade, seus deslocamentos e os processos de sedentarização</p> | <p>Povos antigos nas Américas: Astecas, Maias e Incas Os povos indígenas originários do atual território brasileiro e seus hábitos culturais e sociais</p> | <p>(EF06HI12PE) Reconhecer, analisar e valorizar a participação dos diferentes povos indígenas nos vários períodos da história local, regional, nacional e continental, com especial atenção para os vários povos que ocuparam o território que hoje forma o estado de Pernambuco.</p> | <p>Pesquisar e apresentar o papel ativo dos povos indígenas nos processos históricos de Pernambuco, como nas Invasões Holandesas (a atuação de Felipe Camarão) ou nos conflitos e revoltas do século XIX. A resolução de problemas pode focar em como as comunidades indígenas atuais lutam pela preservação de seu território e cultura.</p> |

Organizador Curricular de
HISTÓRIA DE PERNAMBUCO
do Ensino Fundamental Anos Finais

Secretaria
de Educação



7º ANO



| HISTÓRIA DE PERNAMBUCO 7º ANO - 1º TRIMESTRE | | | |
|--|---|--|--|
| UNIDADE TEMÁTICA | OBJETOS DE CONHECIMENTOS | HABILIDADE DO CPE | HISTÓRIA DE PERNAMBUCO- orientações didático metodológicas |
| O mundo moderno e a conexão entre sociedades africanas, americanas e europeias | Saberes dos povos africanos e pré-colombianos expressos na cultura material e imaterial | (EF07HI04PE) Discutir aspectos referentes a semelhanças e diferenças sociais, políticas, econômicas e culturais nos modos de viver dos indivíduos e grupos sociais nos processos específicos das sociedades africanas e americanas antes da chegada dos europeus, com destaque para as formas de organização social e o desenvolvimento de saberes e técnicas. | Discutir as semelhanças e diferenças sociais, políticas, econômicas e culturais entre sociedades africanas e povos indígenas antes da chegada dos europeus, valorizando suas formas próprias de organização social, produção, circulação de saberes e desenvolvimento de técnicas. Analisar, a partir da história de Pernambuco, as contribuições de sociedades africanas historicamente relacionadas à formação da população local, bem como os modos de vida dos povos indígenas originários do território pernambucano, reconhecendo suas práticas econômicas, conhecimentos ambientais, tecnologias e expressões culturais. Problematicar como esses saberes e formas de organização constituem heranças fundamentais para a compreensão da identidade histórica, social e cultural de Pernambuco. |
| Humanismos, Renascimentos e o Novo Mundo. | A conquista da América e as formas de organização política dos indígenas e europeus: conflitos, dominação e conciliação | (EF07HI09PE) Descrever as formas de organização das sociedades americanas no tempo da conquista com vistas à compreensão dos mecanismos de alianças, confrontos e resistências econômicas, políticas, sociais, religiosas e culturais. | Apresentar trechos de fontes primárias (cartas de Pero Vaz de Caminha, crônicas de Fernão Cardim ou o olhar holandês) para identificar como os europeus descreviam os povos originários de Pernambuco. Focar na análise das alianças e confrontos na costa e no interior, como a Guerra dos Caetés e o papel da catequese jesuítica como instrumento de dominação e de (re)organização social. |
| Humanismos, Renascimentos e o Novo Mundo. | A conquista da América e as formas de organização política dos indígenas e europeus: conflitos, dominação e conciliação | (EF07HI10PE) Analisar os diferentes impactos da conquista europeia da América para as populações ameríndias e identificar as formas de resistência nos processos de colonização, com destaque para as formas de resistência operadas pelos povos indígenas que habitavam o território que hoje é o Brasil e, dentro dele, o atual Nordeste. | Focar nas Aldeias Indígenas remanescentes de Pernambuco (Xukuru, Pankararu, Atikum, etc.). Conduzir um projeto de pesquisa sobre a continuidade da luta por território e identidade dessas comunidades, relacionando a resistência colonial (guerra, fuga) com a luta contemporânea pelos seus direitos, conforme a Instrução Normativa sugere a valorização dos povos tradicionais. |

| HISTÓRIA DE PERNAMBUCO 7º ANO - 2º TRIMESTRE | | | |
|---|--|--|---|
| UNIDADE TEMÁTICA | OBJETOS DE CONHECIMENTOS | HABILIDADE DO CPE | HISTÓRIA DE PERNAMBUCO- orientações didático metodológicas |
| A organização do poder e as dinâmicas do mundo colonial americano | A estruturação dos vice-reinos nas Américas | (EF07HI11PE) Analisar e comparar, com base em documentos históricos, diferentes interpretações sobre as dinâmicas das sociedades americanas no período colonial, com destaque para os povos indígenas que habitavam o atual território brasileiro. | Utilizar documentários ou reportagens que apresentem a versão indígena ou quilombola sobre o período colonial. Promover um debate em sala onde os estudantes devem atuar como advogados de diferentes grupos sociais, utilizando documentos históricos (textuais, iconográficos, orais) para sustentar a tese de sua narrativa. |
| A organização do poder e as dinâmicas do mundo colonial americano | Resistências indígenas, invasões e expansão na América portuguesa | (EF07HI13PE) Identificar e analisar a distribuição territorial da população brasileira em diferentes épocas, considerando a diversidade étnico-racial e étnico-cultural (indígena, africana, europeia e asiática). | Criar um Mapa Temático de Pernambuco do século XVII, localizando: a) a concentração da população europeia (litoral e engenhos), b) os focos de população africana escravizada (Zonas Canavieiras) e c) as áreas de refúgio e resistência (interior/Agreste/Sertão, como Palmares). Discutir como essa distribuição inicial ainda reflete as desigualdades regionais atuais. |
| Lógicas comerciais e mercantis da modernidade | As lógicas mercantis e o domínio europeu sobre os mares e o contraponto Oriental | (EF07HI15PE) Descrever as dinâmicas comerciais das sociedades americanas e africanas e analisar suas interações com outras sociedades do Ocidente e do Oriente, considerando a presença dessas populações na América portuguesa, em especial no território pernambucano. | Analisar a economia colonial de Pernambuco (monocultura da cana) como parte da Dinâmica do Atlântico. Estudar o Porto do Recife como ponto nevrálgico do comércio, tanto do açúcar para a Europa quanto de pessoas escravizadas da África. Utilizar recursos visuais para demonstrar a rota do tráfico negreiro e a origem das mercadorias. |
| Lógicas comerciais e mercantis da modernidade | As lógicas internas das sociedades africanas | (EF07HI16PE) Discutir o conceito de escravidão moderna e suas distinções em relação ao escravismo antigo e à servidão medieval e reconhecer as ações, inter-relações e embates de homens e mulheres de diferentes grupos sociais, políticos, regionais, étnico-raciais, etários, culturais como responsáveis pela constituição do escravismo colonial. | Realizar um Júri Simulado onde os estudantes debatem a diferença entre a escravidão (como sistema de trabalho e posse) em Roma/Grécia (antiga), a servidão (medieval) e a Escravidão Moderna/Negreira (racializada, desumanizadora e mercantilista). Isso permite a identificação das relações de poder e a base ideológica do sistema. |

| HISTÓRIA DE PERNAMBUCO 7º ANO - 3º TRIMESTRE | | | |
|---|---|--|---|
| UNIDADE TEMÁTICA | OBJETOS DE CONHECIMENTOS | HABILIDADE DO CPE | HISTÓRIA DE PERNAMBUCO- orientações didático metodológicas |
| Lógicas comerciais e mercantis da modernidade | As formas de organização das sociedades ameríndias. | (EF07HI17PE) Analisar os mecanismos e as dinâmicas de comércio de escravizados em suas diferentes fases, discutindo as relações sociais e de poder específicas de cada forma de produção e organização social do trabalho existentes, em diversos tempos históricos e espaços sociais, discutindo como essas práticas se estabeleceram na relação com os povos indígenas e com a escravidão de negros africanos no Brasil. | Comparar o uso da mão de obra indígena (inicialmente predominante) com a mão de obra africana (posteriormente hegemônica) nos engenhos e na interiorização do gado com a fundação de fazendas em outras regiões de Pernambuco. Discutir as razões dessa transição, a violência implícita em cada sistema e a interconexão com o tráfico de pessoas. Focar em como a Lei de Terras e a estrutura do latifúndio mantiveram o poder nas mãos das elites. |
| Lógicas comerciais e mercantis da modernidade | escravidão moderna e o tráfico de escravizados. | (EF07HI18PE) Identificar os agentes responsáveis pelo tráfico e as regiões e zonas africanas de procedência dos escravizados, destacando a participação das elites brasileiras no comércio atlântico de pessoas, com especial atenção para a participação dos senhores de engenho de Pernambuco, apontando, também, para as diversas formas de resistência a essas práticas e processo. | Pesquisar nomes de famílias tradicionais ou senhores de engenho de Pernambuco envolvidos no tráfico e na produção açucareira. Em contraponto, focar nas formas de resistência cultural e política dos africanos e seus descendentes (Quilombo dos Palmares, irmandades religiosas, multiculturalismo). O objetivo é humanizar o tema, destacando a agência dos sujeitos. |
| Lógicas comerciais e mercantis da modernidade | A emergência do capitalismo | (EF07HI19PE) Discutir as razões da passagem do mercantilismo para o capitalismo e analisar as ações humanas e os conflitos sociais constituintes do processo histórico de formação e transformação de diferentes modos de produção e organização social do trabalho, ao longo do tempo, em nível local, nacional e mundial, destacando as variadas fases pelas quais o capitalismo foi transformando-se. | Analisar como a decadência do ciclo do açúcar em Pernambuco (concorrência antilhana) e a ascensão do Capitalismo Industrial na Europa (século XVIII/XIX) impactaram a economia regional. Discutir a persistência de relações de trabalho coloniais (ex: agregados e meeiros em fazendas) em contraste com o surgimento de novas relações capitalistas. |



Organizador Curricular de
HISTÓRIA DE PERNAMBUCO
do Ensino Fundamental Anos Finais

8º ANO



| HISTÓRIA DE PERNAMBUCO 8º ANO - 1º TRIMESTRE | | | |
|---|---|---|--|
| UNIDADE TEMÁTICA | OBJETOS DE CONHECIMENTOS | HABILIDADE DO CPE | HISTÓRIA DE PERNAMBUCO- orientações didático metodológicas |
| O mundo contemporâneo: o Antigo Regime em crise | Rebeliões na América portuguesa: as conjurações mineira e baiana | (EF08HI07PE) Explicar os movimentos, as rebeliões e as revoltas populares na América portuguesa, articulando as temáticas locais e suas interfaces com processos ocorridos na Europa e nas Américas, destacando os movimentos ocorridos no que hoje é o Nordeste brasileiro, em especial Pernambuco. | Promover a elaboração de um Mapa de Conflitos na Capitania/Província de Pernambuco (1700-1850), localizando focos da Guerra dos Mascates (1710), Revolução de 1817 (A Revolução dos Padres) e a Confederação do Equador (1824). Analisar as temáticas locais (crise do açúcar, antilusitanismo, ideal republicano) e como se articulavam com processos externos (Iluminismo, Independência dos EUA). |
| Os processos de independência nas Américas | A revolução dos escravizados em São Domingo e seus múltiplos significados e desdobramentos: o caso do Haiti | (EF08HI12PE) Identificar e explicar os protagonismos e a atuação de diferentes grupos sociais e étnicos nas lutas de independência no Brasil, na América espanhola e no Haiti, apontando para os desdobramentos políticos, sociais, econômicos e culturais dessas ações. | Analisar o protagonismo de diferentes grupos sociais, étnicos e de mulheres nos processos de independência do Brasil a partir das experiências históricas de Pernambuco, reconhecendo a participação de diversos segmentos da sociedade nas lutas políticas, nas formas de resistência e nas disputas por poder e direitos. Compreender como esses agentes articularam interesses, projetos e estratégias de ação coletiva, evidenciando conflitos, alianças e tensões sociais. Refletir sobre os impactos dessas mobilizações na formação do Estado brasileiro e na manutenção ou transformação das hierarquias sociais ao longo do século XIX, considerando as especificidades do contexto pernambucano. |
| Os processos de independência nas Américas | Os caminhos até a independência do Brasil | (EF08HI13PE) Caracterizar a organização política, social e econômica no Brasil desde a chegada da Corte portuguesa, em 1808, e seus desdobramentos para a história política brasileira, destacando a sua relação com as instituições sociais, políticas, econômicas, culturais e religiosas no país, compreendendo-as como produtos de relações sociais e de poder, como criações das | Examinar os impactos da chegada da Corte portuguesa ao Brasil (1808) sobre a organização política, econômica e social de Pernambuco, considerando mudanças nas relações de poder, na administração e nas dinâmicas comerciais da província. Analisar a Revolução Pernambucana de 1817 como expressão das tensões entre interesses locais, o centralismo monárquico e os ideais de autonomia, liberalismo e republicanismo. Discutir |

| | | ações humanas resultantes de práticas, conflitos e movimentos sociais desencadeados em diferentes contextos históricos. | como as instituições políticas, econômicas, religiosas e culturais em Pernambuco foram influenciadas por conflitos, negociações e ações coletivas ao longo do período joanino. |
|---|---|---|---|
| HISTÓRIA DE PERNAMBUCO 8º ANO - 2º TRIMESTRE | | | |
| UNIDADE TEMÁTICA | OBJETOS DE CONHECIMENTOS | HABILIDADE DO CPE | HISTÓRIA DE PERNAMBUCO- orientações didático metodológicas |
| Os processos de independência nas Américas | Movimentos emancipacionistas na América Latina | (EF08HI14PE) Analisar o processo de independência em diferentes países latino-americanos e identificar e comparar as formas de governo neles adotadas. | Destacar Pernambuco como um precursor da independência e do republicanismo a partir da Revolução Pernambucana de 1817. Comparar o projeto separatista/republicano pernambucano com a Independência do Haiti que foi liderada por escravizados e a fragmentação da América Espanhola. Discutir por que o Brasil adotou a monarquia e por que o projeto republicano pernambucano foi derrotado. |
| Os processos de independência nas Américas | A tutela da população indígena, a escravidão dos negros e a tutela dos egressos da escravidão | (EF08HI15PE) Discutir o lugar atribuído aos diversos grupos indígenas e a participação dos negros na sociedade brasileira do final do período colonial, identificando permanências na forma de preconceitos, estereótipos e violências sobre as populações indígenas e negras no Brasil e nas Américas, analisando as diversas formas de resistência dessas populações no espaço da construção de suas identidades. | Analisar a iconografia e a literatura da época para identificar como os indígenas e negros eram representados. Conectar as permanências desse preconceito (violência policial, racismo estrutural) com a sociedade atual. O trabalho deve ser centrado na ética e nos Direitos Humanos, conforme sugerido pela Instrução Normativa. |
| O Brasil no século XIX | Brasil: Primeiro Reinado O Período Regencial e as contestações ao poder Central. | (EF08HI16PE) Identificar e analisar o equilíbrio das forças e os sujeitos envolvidos nas disputas políticas durante o Primeiro e o Segundo Reinado. | Analisar a confederação do Equador (1824) no primeiro reinado e a Revolução Praieira (1848) como expressão das disputas políticas no Segundo Reinado, entre outras contestações ao poder central, destacando os conflitos entre liberais e conservadores em Pernambuco. Discutir o papel de lideranças locais e a participação de camadas populares, relacionando o movimento às tensões em |

| | | | |
|---|--|--|--|
| | | | torno da centralização do poder, das desigualdades sociais e dos limites da participação política no contexto pernambucano. |
| O Brasil no século XIX | Brasil: Primeiro Reinado O Período Regencial e as contestações ao poder Central.O Brasil do Segundo Reinado: política e economia | (EF08HI17PE) identificar, comparar e analisar a diversidade política, social e regional nas rebeliões e nos movimentos contestatórios ao poder centralizado, destacando as revoltas e movimentos ocorridos em Pernambuco e seus significados para o exercício da participação de diversos grupos sociais no campo de tensões e lutas pela conquista e exercício de direitos e deveres sociais e políticos. | Examinar as revoltas e os movimentos contestatórios ocorridos em Pernambuco — como a Revolução de 1817, a Confederação do Equador e a Revolução Praieira — destacando a diversidade de interesses políticos, sociais e regionais envolvidos. Analisar os discursos, manifestos e projetos políticos produzidos nesses contextos, identificando a participação de diferentes grupos sociais para além das elites. |
| HISTÓRIA DE PERNAMBUCO 8º ANO - 3º TRIMESTRE | | | |
| UNIDADE TEMÁTICA | OBJETOS DE CONHECIMENTOS | HABILIDADE DO CPE | HISTÓRIA DE PERNAMBUCO- orientações didático metodológicas |
| O Brasil no século XIX | A Lei de Terras e seus desdobramentos na política do Segundo Reinado. | (EF08HI18PE) Identificar como também relacionar as transformações territoriais, em razão de questões de fronteiras e da Lei de Terras, as tensões e conflitos durante o Império brasileiro com as relações de poder estabelecidas entre os diversos grupos sociais, culturais, étnico-raciais que reivindicavam a formação e a transformação de diferentes espaços territoriais e sociais. | Discutir a Lei de Terras de 1850 e seu impacto no Agreste e Sertão de Pernambuco, onde dificultou o acesso à terra por libertos e camponeses. Analisar como esta lei legalizou o latifúndio e intensificou os conflitos com povos tradicionais e posseiros, um tema de permanência histórica no interior do estado. |
| O Brasil no século XIX | Territórios e fronteiras: a Guerra do Paraguai | (EF08HI19PE) Problematizar as questões internas e externas sobre a atuação do Brasil na Guerra do Paraguai e discutir diferentes versões sobre o conflito. | Analisar como o recrutamento forçado para a Guerra do Paraguai (1864-1870) afetou a população pobre e rural de Pernambuco. Pesquisar e discutir as diferentes versões do conflito, focando na perspectiva do combatente nordestino e nas consequências sociais da perda de mão de obra para a região. |
| O Brasil no século XIX | O escravismo no Brasil do século XIX: plantations e revoltas de escravizados, abolicionismo e políticas migratórias no Brasil Imperial | (EF08HI20PE) Questionar os legados da escravidão nas américas, das políticas migratórias no Brasil imperial com base em fontes/documentos/indícios de diferentes naturezas, apontando para as impactos dessas estruturas para | Utilizar fotografias, jornais e censos do final do século XIX em Pernambuco para investigar a situação dos libertos e a ausência de políticas públicas para sua inserção social e econômica (o "legado da escravidão"). Discutir a tentativa de substituição da |

| | | | |
|----------------------|--|---|---|
| | | a construção das relações sociais e de poder constitutivas da sociedade brasileira. | mão de obra negra pela migração europeia e a negação de direitos à população negra. |
| Brasil no século XIX | O discurso civilizatório nas Américas, o silenciamento dos saberes indígenas e as formas de integração e destruição de comunidades e povos indígenas | (EF08HI28PE) Identificar, analisar e problematizar as tensões e os significados dos discursos civilizatórios, avaliando seus impactos negativos para os povos indígenas originários e as populações negras nas Américas, destacando as diversas formas de resistências desenvolvidas por essas populações e relacioná-las com questões da atualidade. | Problematizar os discursos civilizatórios do século XIX e seus impactos sobre povos indígenas e populações negras em Pernambuco, destacando processos de silenciamento, exclusão e hierarquização racial. Contrapor essas narrativas às formas de resistência de comunidades indígenas e quilombolas no estado, valorizando a preservação de saberes ancestrais, identidades e territórios, e relacionando esses processos a debates contemporâneos sobre direitos, memória e justiça social. |

Organizador Curricular de
HISTÓRIA DE PERNAMBUCO
do Ensino Fundamental Anos Finais

Secretaria
de Educação



9º ANO



| HISTÓRIA DE PERNAMBUCO 9º ANO - 1º TRIMESTRE | | | |
|---|--|--|---|
| UNIDADE TEMÁTICA | OBJETOS DE CONHECIMENTOS | HABILIDADE DO CPE | HISTÓRIA DE PERNAMBUCO- orientações didático metodológicas |
| O nascimento da República no Brasil e os processos históricos até a metade do século XX | A proclamação da República e seus primeiros desdobramentos | (EF09HI03PE) Caracterizar e compreender os ciclos da história republicana, considerando as mudanças e permanências nos contextos político, econômico, social e cultural a nível local, regional e nacional, dando ênfase às revoltas e aos movimentos sociais ocorridos durante a República Velha | Investigar a dinâmica do "voto de cabresto" nas oligarquias locais. Discutir as tensões sociais que geraram movimentos de contestação, analisando o impacto local de revoltas nacionais e a especificidade de conflitos rurais em Pernambuco, relacionando-os à estrutura fundiária da época. Analisar o Cangaço, os movimentos messiânicos, entre outras manifestações sociais, suas origens, contradições, principais personagens e o impacto na sociedade e no imaginário popular pernambucano. |
| O nascimento da República no Brasil e os processos históricos até a metade do século XX | A questão da inserção dos negros no período republicano do pós-abolição | (EF09HI04PE) Identificar os mecanismos de inserção da sociedade brasileira no pós-abolição e avaliar os seus resultados, reconhecendo, analisando e valorizando a participação dos povos africanos e dos afro-brasileiros nesse processo, em sua diversidade sociocultural, nos vários períodos da história local, regional e nacional | Compreender os processos de inserção da população negra no pós-abolição em Pernambuco, considerando os desafios sociais, econômicos, políticos e culturais enfrentados a partir de 1888. Problematicar a ausência de políticas públicas voltadas ao acesso à terra, à educação e ao trabalho, bem como os impactos dessas lacunas na reprodução das desigualdades. Valorizar as estratégias de resistência, organização e afirmação sociocultural desenvolvidas por africanos e afro-brasileiros no estado, como associações, irmandades religiosas, redes de solidariedade, práticas culturais e formas de ocupação urbana e rural, reconhecendo seu protagonismo na construção da sociedade pernambucana. |
| O nascimento da República no Brasil e os processos históricos até a metade do século XX | Os movimentos sociais e a imprensa negra; a cultura afro-brasileira como elemento de resistência e superação das discriminações. | (EF09HI05PE) Identificar e discutir a importância dos movimentos sociais e o papel da imprensa "negra" na construção da sociedade brasileira pós-abolição. | Pesquisar a atuação de associações, clubes de matriz africana e irmandades religiosas em Pernambuco no início do século XX, que eram espaços de sociabilidade e resistência. Analisar trechos de jornais e periódicos que circulavam na época, destacando como a imprensa negra denunciava o racismo e promovia a afirmação da identidade e da cultura afro-brasileira. |

| | | | |
|--|---|--|--|
| <p>O nascimento da República no Brasil e os processos históricos até a metade do século XX</p> | <p>Os movimentos sociais e a imprensa negra; a cultura afro-brasileira como elemento de resistência e superação das discriminações.</p> | <p>(EF09HI06PE) Discutir a importância da participação da população negra na formação econômica, política e social do Brasil, procurando analisar os processos de transformações sociais, econômicas, políticas e culturais na sociedade brasileira que visam erradicar formas de exclusão social em nível local, regional e nacional.</p> | <p>Promover a análise crítica de dados estatísticos que demonstrem as disparidades étnico-raciais (renda, educação, violência) em Pernambuco na atualidade. O objetivo é relacionar a exclusão histórica do pós-abolição com as desigualdades presentes, culminando em um debate sobre a relevância e a necessidade das ações afirmativas (ex: cotas) no estado como forma de reparação.</p> |
| <p>O nascimento da República no Brasil e os processos históricos até a metade do século XX</p> | <p>A emergência da vida urbana e a segregação Espacial</p> | <p>(EF09HI07PE) Identificar os processos de urbanização e modernização da sociedade brasileira e avaliar suas contradições e impactos sociais, políticos, econômicos, culturais e ambientais no país e na região em que vive.</p> | <p>Utilizar fotografias antigas e mapas da sua região para ilustrar as reformas urbanas do início do século XX. Discutir as contradições: a modernização de vias centrais resultou na expulsão da população mais pobre para os morros ou outros espaços, criando o cenário de desigualdade socioespacial (ex: favelização) que persiste nos diversos cenários locais.</p> |
| <p>O nascimento da República no Brasil e os processos históricos até a metade do século XX</p> | <p>A emergência da vida urbana e a segregação Espacial</p> | <p>(EF09HI08PE) Discutir as dinâmicas culturais da belle époque e a emergência de movimentos culturais como a Semana de Arte Moderna de 1922, o Movimento Regionalista e Tradicionalista e seus desdobramentos para a construção de uma identidade nacional.</p> | <p>Analisar o Movimento Regionalista e Tradicionalista em Pernambuco como um projeto intelectual e cultural voltado à construção de uma identidade nacional a partir do Nordeste, articulando-o às dinâmicas culturais da belle époque e ao modernismo brasileiro. Examinar o papel de intelectuais pernambucanos na valorização de tradições regionais e na idealização de elementos como a cultura do açúcar. Problematizar criticamente os limites dessa narrativa, refletindo sobre as tensões entre tradição e modernidade, bem como sobre as ausências, silenciamentos e a diversidade sociocultural da sociedade pernambucana. Investigar a relevância da produção cinematográfica pernambucana nas primeiras décadas do século XX.</p> |
| <p>O nascimento da República no Brasil e os processos históricos até a metade do século XX</p> | <p>O período varguista e suas contradições</p> | <p>(EF09HI09PE) Compreender e discutir a eclosão da chamada “revolução de 1930” para o estabelecimento do varguismo, procurando apontar para as transformações e tensões políticas, sociais, culturais e econômicas no período varguista.</p> | <p>Examinar a atuação de lideranças políticas pernambucanas na Revolução de 1930, relacionando disputas locais à ascensão do varguismo. Analisar os impactos da intervenção federal em Pernambuco, considerando a reconfiguração das elites políticas e as mudanças na administração pública. Discutir os efeitos</p> |

| | | | |
|---|---|--|---|
| | | | do período varguista sobre as relações de trabalho, a vida social e as tensões políticas no estado, evidenciando rupturas e permanências no contexto pernambucano. |
| O nascimento da República no Brasil e os processos históricos até a metade do século XX | A questão indígena durante a República (até 1964) | (EF09HI11PE) Identificar e explicar as relações sociais de poder e dominação envolvidas em torno das pautas dos povos indígenas no contexto republicano e das populações afrodescendentes, compreendendo suas dimensões políticas, econômicas, culturais, étnico-raciais e religiosas. | Investigar as relações de poder e dominação que envolvem povos indígenas e populações afrodescendentes no contexto republicano em Pernambuco, com foco em conflitos territoriais, políticas de tutela e disputas por direitos. Discutir as lutas de povos indígenas e comunidades quilombolas no estado, problematizando o racismo, a intolerância religiosa e os processos de resistência, afirmação identitária e defesa de seus territórios e culturas. |
| O nascimento da República no Brasil e os processos históricos até a metade do século XX | Anarquismo e protagonismo feminino | EF09HI12PE) Problematizar as transformações ocorridas no debate sobre as questões da diversidade no Brasil ao longo do século XX e compreender as relações sociais, econômicas, políticas e culturais entre os homens e mulheres, considerando a diversidade e identidade de gênero, em diferentes contextos históricos, assim como as mudanças de abordagem sobre o tema. | Investigar as transformações nos debates sobre diversidade sexual e de gênero e direitos no Brasil ao longo do século XX, tomando como referência experiências históricas em Pernambuco. Examinar a atuação de mulheres em diferentes espaços sociais, políticos e culturais no estado, problematizando as relações de gênero, poder, trabalho e participação social. Utilizar fontes históricas, jornalísticas e narrativas de memória para discutir as mudanças na abordagem pública sobre identidade de gênero, diversidade sexual, refletindo sobre processos de invisibilização, violência, resistência e reconhecimento em distintos contextos pernambucanos. |
| O nascimento da República no Brasil e os processos históricos até a metade do século XX | Anarquismo e protagonismo feminino | (EF09HI13PE) Identificar e relacionar as conquistas de direitos políticos, sociais e civis à atuação de movimentos sociais e reconhecer as ações, inter-relações e embates de homens e mulheres de diferentes grupos sociais, políticos, regionais, étnico-raciais, etários e culturais como responsáveis pelas transformações da sociedade e da cultura em diferentes espaços e tempos. | Analisar a efervescência social do pré (1964) em Pernambuco. Estudar a organização das mulheres na luta contra a carestia e nas Ligas Camponesas lideradas por Francisco Julião, bem como o protagonismo do MCP - Movimento de Cultura Popular liderado por Paulo Freire e outros intelectuais, como exemplos de movimentos que, através da organização popular e da educação, lutaram por direitos políticos e sociais no campo e na cidade, sendo centrais para a história nordestina. Analisar o papel de Dom Helder |

| | | | |
|---|--|--|--|
| | | | Câmara e das Cebbs - Comunidades Eclesiais de Base, na resistência à Ditadura Militar em Pernambuco. |
| Totalitarismos e conflitos mundiais | A Revolução Russa A crise capitalista de 1929 | (EF09HI14PE) Identificar e relacionar as dinâmicas do capitalismo e suas crises, as políticas imperialistas dos séculos XIX e XX com as duas Grandes Guerras e os demais conflitos bélicos ocorridos no mundo ao longo do último século. | Perscrutar as relações entre as crises do capitalismo, as políticas imperialistas dos séculos XIX e XX e os conflitos bélicos globais, articulando esses processos aos impactos econômicos e sociais em Pernambuco. Contextualizar os efeitos das Grandes Guerras sobre a economia açucareira, o modelo agrário-exportador, as transformações no mundo do trabalho e as dinâmicas migratórias no estado. Discutir como esses processos históricos contribuíram para reconfigurar o desenvolvimento econômico, as relações de poder e as desigualdades sociais em Pernambuco ao longo do século XX. |
| Totalitarismos e conflitos mundiais | A Revolução Russa A crise capitalista de 1929 | (EF09HI15PE) Discutir as especificidades e os desdobramentos mundiais da Revolução Russa e seus significados históricos para diferentes regimes políticos, formas e sistemas de governo existentes em diferentes contextos e países, em especial o Brasil. | Analisar os impactos da Revolução Russa e do ideário socialista/comunista na organização do movimento operário em Pernambuco entre as décadas de 1920 e 1940. Relacionar essas influências à atuação das Ligas Camponesas no estado, destacando lideranças locais e disputas políticas no campo. Discutir como o discurso anticomunista foi mobilizado pela Ditadura Civil-Militar (1964–1985) para justificar a repressão a movimentos sociais em Pernambuco. |
| Totalitarismos e conflitos mundiais | A Revolução Russa A crise capitalista de 1929 | (EF09HI16PE) Analisar a crise capitalista de 1929 e seus desdobramentos em relação à economia mundial e brasileira. | Compreender os impactos da Crise de 1929 sobre a exportação de açúcar, algodão, entre outras culturas produzidas em Pernambuco. Discutir como a crise acelerou o fim da República Oligárquica e forçou o Brasil a buscar políticas de industrialização e de intervenção estatal. |
| HISTÓRIA DE PERNAMBUCO 9º ANO - 2º TRIMESTRE | | | |
| UNIDADE TEMÁTICA | OBJETOS DE CONHECIMENTOS | HABILIDADE DO CPE | HISTÓRIA DE PERNAMBUCO- orientações didático metodológicas |
| Totalitarismos e conflitos mundiais | A emergência do fascismo e do nazismo. | (EF09HI17PE) Descrever e contextualizar os processos da emergência do fascismo e do nazismo, a consolidação dos estados totalitários no mundo e as práticas de perseguições étnico- | Promover práticas pedagógicas que possibilitem descrever e contextualizar a emergência do fascismo e do nazismo, a consolidação de regimes totalitários e as políticas de perseguição étnico-racial, incluindo os |

| | | | |
|--|--|---|--|
| | | raciais, as experiências dos campos de concentração, a tortura e as práticas de extermínio de judeus, ciganos, entre outros povos (como o holocausto). | campos de concentração, a tortura e o extermínio no Holocausto. Analisar as repercussões dessas ideologias em discursos, práticas autoritárias, censura, controle social e manifestações de intolerância no contexto pernambucano ao longo do século XX e na atualidade. Incentivar o uso de fontes históricas locais, como imprensa, documentos, produções culturais e memórias, para compreender as relações entre autoritarismo, propaganda, racismo e violência de Estado. |
| Totalitarismos e conflitos mundiais | A Organização das Nações Unidas (ONU) e a questão dos Direitos Humanos | (EF09HI19PE) Discutir as motivações que levaram à criação da Organização das Nações Unidas (ONU) no contexto do pós-guerra e os propósitos dessa organização e sua atuação na atualidade. | Utilizar a criação da ONU como marco para a defesa internacional dos direitos humanos. Analisar o papel da organização em conflitos sociais e ambientais no Nordeste e em Pernambuco, como a defesa de comunidades ameaçadas pela disputa por terra ou questões de segurança alimentar, relacionando o propósito global com a ação local. |
| Totalitarismos e conflitos mundiais | A Organização das Nações Unidas (ONU) e a questão dos Direitos Humanos | (EF09HI20PE) Relacionar a Carta dos Direitos Humanos ao processo de afirmação dos direitos fundamentais e de defesa da dignidade humana, valorizando as instituições voltadas para a defesa desses direitos e para a identificação dos agentes responsáveis por sua violação. | Utilizar a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) como um parâmetro para analisar o histórico de violações de direitos em Pernambuco (ex: tortura na ditadura, violência policial atual, racismo). Identificar instituições estaduais (ex: Comissões de Direitos Humanos, OAB-PE) que atuam na defesa da dignidade humana. |
| Modernização, ditadura civil-militar e redemocratização o Brasil após 1946 | O Brasil da era JK e o ideal de uma nação moderna: a urbanização e seus desdobramentos em um país em transformação | (EF09HI22PE) Identificar e analisar processos sociais, econômicos, culturais e políticos do Brasil a partir de 1946. | Analisar o período democrático de 1946-1964. Focar na efervescência cultural em Pernambuco (ex: o surgimento do Cangaço novo, o Movimento de Cultura Popular - MCP), que expressava as intensas demandas sociais e políticas da população nordestina neste breve período de liberdade. |
| Modernização, ditadura civil-militar e redemocratização o Brasil após 1946 | O Brasil da era JK e o ideal de uma nação moderna: a urbanização e seus desdobramentos em um país em transformação | (EF09HI23PE) Discutir os desdobramentos do retorno democrático do varguismo ao poder de Estado, as dinâmicas do desenvolvimentismo de JK e o contexto social, cultural, econômico e político anterior ao golpe civil-militar de 1964, destacando os desdobramentos desses | Estudar a criação da SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) em Recife e a atuação de Celso Furtado. Discutir como o projeto desenvolvimentista (econômico) se chocou com a mobilização política popular (Ligas Camponesas, |

| | | | |
|--|--|---|--|
| | | processos no e para o Nordeste e o estado de Pernambuco. | MCP), criando o ambiente de tensão e radicalização que levou ao Golpe de 1964 no estado. |
| Modernização, ditadura civil-militar e redemocratização o Brasil após 1946 | O Brasil da era JK e o ideal de uma nação moderna: a urbanização e seus desdobramentos em um país em transformação | (EF09HI24PE) Descrever e analisar as relações entre as transformações rurais e urbanas e seus impactos ambientais, econômicos e sociais no Brasil entre 1946 e 1964 e na produção das desigualdades regionais e sociais, destacando a região Nordeste e o Estado de Pernambuco, notadamente a questão das ligas camponesas e o papel da imprensa nesse processo. | Realizar um estudo de caso sobre o Engenho Galiléia (Vitória de Santo Antão). Analisar o protagonismo de Francisco Julião e a organização dos camponeses pernambucanos na luta pela terra, explicando como esse movimento rural influenciou as tensões políticas que levaram ao golpe de 1964. |
| Modernização, ditadura civil-militar e redemocratização o Brasil após 1946 | Os anos 1960: revolução cultural? | EF09HI25PE) Problematizar e compreender o processo político e econômico que resultou na ditadura civil-militar no Brasil e discutir a emergência de questões relacionadas à memória e à justiça sobre os casos de violação dos direitos humanos, tomando como ponto de partida os acontecimentos e os eventos ocorridos em Pernambuco e no Nordeste como um todo. | Focar no início da ditadura em Pernambuco: a prisão e cassação de líderes (políticos, intelectuais, sindicais) e a repressão imediata às Ligas Camponesas. Analisar as violações de direitos humanos no estado (ex: centros de tortura) e a importância das Comissões da Verdade em resgatar a memória das vítimas locais, buscando justiça de transição. |
| Modernização, ditadura civil-militar e redemocratização o Brasil após 1946 | A ditadura civil-militar e os processos de resistência | (EF09HI26PE) Discutir os processos de resistência e as propostas de reorganização da sociedade brasileira durante a ditadura civil-militar, levando em consideração a expansão da teologia da libertação, representada pelo protagonismo dos movimentos sociais do campo e da cidade e do arcebispo Dom Helder Câmara. | Estudar o papel internacional de Dom Hélder Câmara (Arcebispo de Olinda e Recife) como voz de resistência moral e política contra a ditadura. Analisar a influência da Teologia da Libertação na formação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e no ativismo social, que atuaram na clandestinidade em Pernambuco, organizando a resistência popular. |
| Modernização, ditadura civil-militar e redemocratização o Brasil após 1946 | As questões indígena e negra e a ditadura | (EF09HI27PE) Identificar e relacionar as demandas indígenas e quilombolas como forma de contestação ao modelo desenvolvimentista da ditadura, tomando como ponto de partida os processos ocorridos em Pernambuco e no Nordeste. | Promover práticas pedagógicas que analisem as demandas de povos indígenas e comunidades quilombolas como formas de contestação ao modelo desenvolvimentista da ditadura civil-militar, considerando os impactos de políticas econômicas e territoriais sobre seus direitos, terras e modos de vida. Investigar estratégias de resistência, mobilização, luta por demarcação, reconhecimento identitário e autonomia, compreendendo esses movimentos como enfrentamentos à lógica autoritária e expropriatória do regime. Incentivar o uso de fontes históricas locais, |

| | | | |
|--|---|---|---|
| | | | como documentos oficiais, notícias, registros comunitários e memórias, para a análise crítica dos conflitos territoriais e dos direitos coletivos. |
| Modernização, ditadura civil-militar e redemocratização o Brasil após 1946 | A ditadura civil-militar e os processos de resistência | (EF09HI28PE) Discutir os impactos políticos, econômicos, sociais e culturais dos atos institucionais sobre a sociedade brasileira durante a ditadura civil-militar | Desenvolver atividades que analisem os impactos políticos, econômicos, sociais e culturais dos Atos Institucionais durante a ditadura civil-militar, considerando seus efeitos sobre direitos, instituições, imprensa, cultura e educação. Investigar práticas de repressão, censura e resistência a partir de fontes históricas locais, como jornais, documentos oficiais, produções culturais e memórias do período. |
| Modernização, ditadura civil-militar e redemocratização o Brasil após 1946 | O processo de redemocratização | (EF09HI29PE) Identificar, contextualizar e discutir as questões políticas, econômicas e sociais e o papel da mobilização da sociedade brasileira do final do período ditatorial até a Constituição de 1988, destacando os movimentos pela anistia, a emergência de novos movimentos sociais no final da década de 1970 e início dos anos 1980 e o movimento pelas diretas já. | Desenvolver atividades que possibilitem analisar a mobilização da sociedade pernambucana no processo de transição do período ditatorial para a redemocratização, destacando os movimentos pela anistia, a emergência de novos movimentos sociais no final dos anos 1970 e início dos anos 1980 e o movimento pelas Diretas Já. Investigar o protagonismo, em Pernambuco, de sindicatos, movimentos populares urbanos e rurais de mulheres, organizações religiosas, lideranças políticas, coletivos estudantis, e culturais, relacionando suas pautas às transformações políticas, sociais e econômicas e à atuação de representantes pernambucanos no processo constituinte que resultou na Constituição de 1988, a partir da análise de fontes históricas locais. |
| HISTÓRIA DE PERNAMBUCO 9º ANO - 3º TRIMESTRE | | | |
| UNIDADE TEMÁTICA | OBJETOS DE CONHECIMENTOS | HABILIDADE DO CPE | HISTÓRIA DE PERNAMBUCO- orientações didático metodológicas |
| Modernização, ditadura civil-militar e redemocratização o Brasil após 1946 | Os protagonistas da sociedade civil e as alterações da sociedade brasileira | (EF09HI33PE) Relacionar as transformações da sociedade brasileira aos protagonistas da sociedade civil após 1989 e reconhecer as ações, inter relações e embates de homens e mulheres de diferentes grupos sociais, políticos, regionais, étnico-raciais, etários, culturais como responsáveis pelas transformações da natureza, | Engendrar o protagonismo da sociedade civil após 1989, reconhecendo as ações e os embates de diferentes grupos sociais, políticos, étnico-raciais, geracionais e culturais. Investigar a atuação de movimentos sociais urbanos e rurais, povos indígenas, comunidades quilombolas, organizações comunitárias e iniciativas culturais em diversos territórios do estado, |

| | | | |
|--|---|--|--|
| | | da sociedade e da cultura, em diferentes espaços e tempos, em especial no estado de Pernambuco e no Nordeste brasileiro. | compreendendo seus impactos na transformação da sociedade, da cultura e do espaço. |
| Modernização, ditadura civil-militar e redemocratização o Brasil após 1946 | A questão da violência contra populações marginalizadas | (EF09HI34PE) Discutir e analisar mudanças e permanências das causas e atitudes da violência contra populações marginalizadas (negros, indígenas, mulheres, LGBTQ+, camponeses, pobres, etc.) com vistas à tomada de consciência e à construção de uma cultura de paz, empatia e respeito às pessoas. | Promover um Fórum de Cidadania para discutir a violência estrutural contra grupos marginalizados (racismo, violência de gênero, homofobia, conflitos no campo) em Pernambuco, usando dados e notícias atuais. O foco é a tomada de consciência e a proposição de soluções (respeito, empatia) baseadas em princípios éticos e nos Direitos Humanos. |
| A história recente | A Guerra Fria: confrontos de dois modelos políticos | (EF09HI38PE) Comparar as características dos regimes ditatoriais latino-americanos, com especial atenção para a censura política, a opressão e o uso da força, bem como para as reformas econômicas e sociais e seus impactos na sociedade regional e local. | Orientar o estudante a comparar os regimes ditatoriais latino-americanos, analisando práticas de censura, repressão, uso da força e reformas econômicas e sociais. Relacionar esses processos aos impactos vivenciados em Pernambuco, considerando a atuação da repressão no estado, as resistências políticas e culturais e os efeitos na vida social, econômica e democrática em nível regional e local. |
| A história recente | Políticas econômicas na América Latina | (EF09HI42PE) Analisar as transformações nas relações políticas locais e globais geradas pelo desenvolvimento das tecnologias digitais de informação e comunicação, discutindo os seus impactos nas relações sociais, afetivas e profissionais. | Discutir o impacto da revolução digital na economia e na paisagem urbana do Recife. Analisar como a tecnologia altera as relações sociais e profissionais no estado, problematizando o acesso desigual às ferramentas digitais em diferentes regiões de Pernambuco. |
| A história recente | Os conflitos do século XXI e a questão do terrorismo | (EF09HI44PE) Analisar os aspectos relacionados ao fenômeno do terrorismo na contemporaneidade e discutir os impactos dos movimentos migratórios e dos choques entre diferentes grupos e culturas para as diversas sociedades contemporâneas, em especial a brasileira. | Discutir o fenômeno das migrações e do refúgio no século XXI, identificando a presença de novas comunidades de imigrantes (ex: venezuelanos) no estado. Analisar as tensões culturais e a importância de uma cultura de paz e acolhimento, combatendo a xenofobia e o preconceito. |
| A história recente | Pluralidades e diversidades identitárias na atualidade | (EF09HI45PE) Identificar e discutir as diversidades identitárias e seus significados históricos no início do século XXI, combatendo qualquer forma de preconceito e violência. | Valorizar a diversidade de identidades que compõem Pernambuco. Discutir o significado histórico de cada grupo e a importância do pluralismo e do combate à intolerância e ao preconceito na construção de uma sociedade democrática e justa. |

Secretaria
de Educação



PERNAMBUCO

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018.

LIMA, Gustavo Henrique de. **O Ensino de História entre consensos e dissensos: relação entre formação continuada docente e currículo rizomático**. 2025. Dissertação (Mestrado em Ensino de História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2025.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra. **A fotografia como documento** - Robert Capa e o miliciano abatido na Espanha: sugestões para um estudo. Revista Tempo Presente, n. 14, 2002.

OLIVEIRA, Alexsandra Flávia Bezerra de. **Feira Livre de Bodocó como Espaço Educativo das Africanidades Bodocoenses**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

OLIVEIRA, Alexsandra Flávia Bezerra de. Feira Livre de Bodocó: memória, africanidades e educação. Curitiba: **CRV**, 2014.

PEREIRA, José Neilton; ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro. A arte e o ofício de Luís Alves Pinto: Uma trajetória de cores e tons mestiços da música entre Pernambuco e Portuga (1719-1789). **Revista de História Regional**, v. 17, n. 1, 2012.

PERNAMBUCO. Secretaria de Educação. **Currículo de Pernambuco: Ensino Fundamental**. Recife, 2019.

SANTOS, Mário Ribeiro dos; COSTA, Valéria (org.). **Festas de pretos: celebrações, formas de expressão e algazarras da população negra no Brasil**. Recife: Ed. UFPE, 2024.

SILVA, Gabriel Ericsson Correia da. **A Lei 10.639/03 e os Saberes Locais: o Maracatu de Baque Solto como Ferramenta Didática no Ensino Médio**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Pernambuco, Nazaré da Mata, Pernambuco, 2025.

SOARES, Sandra Maria Veríssimo. Autoritarismo e Política Pública Educacional: O projeto educativo para a população civil do Arquipélago de Fernando de Noronha (1976 – 1986). In: anais da XX Semana de Educação. III Congresso Internacional de Educação. IV Encontro de Egressos do Programa de Pós-graduação em Educação - vol. 2, 2024, Londrina. **Anais eletrônicos**, Galoá, 2024. Disponível em: <<https://proceedings.science/sedu/sedu-2024/trabalhos/autoritarismo-e-politica-publica-educacional-o-projeto-educativo-para-a-populaca?lang=pt-br>>. Acesso em: 16 jan. 2026

FICHA TÉCNICA DO CURRÍCULO DE PERNAMBUCO

COMISSÃO ESTADUAL DE CONSTRUÇÃO CURRICULAR

TITULARES

Ana Coelho Vieira Selva
Frederico da Costa Amâncio
Manuel Messias Silva de Sousa
Maria Elza da Silva
Ricardo Chaves Lima
Sônia Regina Diógenes Tenório

SUPLENTES

Abraão Barbosa da Silva
Arthur Ribeiro de Senna Filho
Cláudia Roberta de Araújo Gomes
Claudison Vieira de Albuquerque
Shirley Cristina Lacerda Malta
Vaneska Maria de Melo Silva

COORDENAÇÃO ESTADUAL DO CURRÍCULO

Ana Coelho Vieira Selva
(Secretária Executiva de Desenvolvimento da Educação de Pernambuco)

Sônia Regina Diógenes Tenório
(Vice Presidente da UNDIME/PE)

ARTICULAÇÃO MUNICIPAL

Adriana Maria das Neves

ANALISTA DE GESTÃO

Beatriz Lobato da Silva

COORDENAÇÃO DE ETAPA

José Pereira de Assis Filho
Rosinete Salviano Feitosa

TEXTO INTRODUTÓRIO

REDATORES

Alison Fagner de Souza E Silva
Ana Coelho Vieira Selva
Anair Silva Lince Melo
Ângela Cristina Pascarella Gallo
Cláudia Mendes de Abreu Furtado
Cláudia Roberta de Araújo Gomes
Dayvi Santos

Durval Paulo Gomes Júnior
Edney Alexandre de Oliveira Belo
Evandro Ribeiro de Souza
Evanilson Alves de Sá
Geny Pereira Mendes
Josebias José dos Santos
Marcos Aurélio Dornelas da Silva

Maria Cândida Sérgio
 Maria do Carmo de Oliveira
 Maria Jussara de Oliveira
 Marieta Pinho Barros
 Marinaldo Alves de Souza
 Miguel Rodrigues Menino
 Naedva Santiago Burgos

ENSINO FUNDAMENTAL

LEITORES CRÍTICOS

Júlio Ricardo de Barros Rodrigues
 Rilva José Pereira Uchoa Cavalcanti
 Zélia Granja Porto

LÍNGUA PORTUGUESA

REDADORES

Ana Maria Morais Rosa
 Bernadete de Andrade Sotero
 Danielle da Mota Bastos Alves

Nelino Azevedo de Mendonça
 Shirley Cristina Lacerda Malta
 Sunnye Rose Carlos Gomes da Silva
 Suzana Maria Brainer
 Suzane Bezerra de França
 Vera Lúcia Braga de Moura
 Vitória Teresa da Hora Espar

REVISÃO

Ana Carolina Ferreira de Araújo
 Jamersson Marcelino da Silva
 Salmo Sóstenes Pontes
 Samuel Lira de Oliveira

LEITORES CRÍTICOS

Diego Bruno Barbosa Felix Geam Karlo
 Gomes Hérica Karina Cavalcanti De Lima
 Jaciara Josefa Gomes
 Jailson de Oliveira da Silva
 Jailton Ferreira de Oliveira
 Jamesson Marcelino da Silva Maria Clara
 Catanho Cavalcanti
 Maria da Conceição B. de Albuquerque
 Maria da Conceição Gonçalves
 Maria Luisa Araújo Guimarães
 Patrícia Roberta Almeida
 Salmo Sóstenes Pontes
 Samuel Lira de Oliveira
 Sérgio Claudino de Santana
 Wanda Maria Braga Cardoso

EDUCAÇÃO FÍSICA**REDATORES**

Júlio Ricardo de Barros Rodrigues
Marcel Anderson Ferreira

LEITORES CRÍTICOS

Alexandre Araújo Albuquerque
Ana Paula Leandro
Dayana da Silva Oliveira
Denis Foster Gondim
Fábio Marques Bezerra
Henrique Kohl
Marcos André Nunes Costa
Suelen Wanessa Oliveira
Verônica de Moraes dos Santos

LÍNGUA INGLESA**REDATORES**

Adriana Santos Lima
Socorro Regina de Souza Conrado

LEITORES CRÍTICOS

Alexandre José Figueiredo Lippi
Ana Carolina Ferreira de Araújo
Jamesson Marcelino da Silva
Luciano Carlos Mendes de Freitas Filho
Márcia Telma Pereira da Silva
Maria Valéria Pontes Guerra
Marília Sheyla Domingues G. Yachoua
Rozineide Novaes Ferraz
Vinicius Gomes Pascoa

ARTE**REDATORES**

Rafaella de Mélo Cavalcante
Ricardo Luiz da Silva Freire

LEITORES CRÍTICOS

Ana Paula Leandro da Silva
Frederico do Nascimento
Guilherme Panho
Maria Cristina Francelino Sena
Simoni Pimentel Ly

MATEMÁTICA**REDADORES**

Fabio Belarmino Bezerra
Mariluce Maria da Silva
Regina Celi de Melo André

LEITORES CRÍTICOS

Abraão Juvêncio de Araújo
Adalberto Teles Marques
Ana Amara da Silva
Anderson Marcolino de Santana
Bruno Simões da Costa Guimarães
Cristiane de Arimatéa Rocha
Demóstenes Soares Pessoa
Fabiana dos Santos Faria
Givaldo da Silva Costa
Iran Rodrigues de Oliveira
Isaías Júlio de Oliveira
Ítalo Moras de Melo Gusmão
Jaelson Dantas de Almeida
José Ivanildo Felisberto de Carvalho
José Ricardo Machado Castro
Lúcia de Fátima Durão Ferreira
Marcelo Câmara dos Santos
Marilene Rosa dos Santos
Miguel Rodrigues Menino
Rosa de Fátima Gomes Cavalcanti

CIÊNCIAS**REDADORES**

Jacineide Gabriel Arcanjo
Maria Selma Augusta de Melo
Monica Dias do Nascimento

LEITORES CRÍTICOS

Guilherme de Coimbra Santos
Josefa de Abreu Aguiar Galvão
Maria de Fátima de Andrade Bezerra
Renato Lima da Silva Barros
Sandra Vasconcelos Oliveira Silva
Sueli Tavares de Souza Silva
Suzane Bezerra França

GEOGRAFIA**REDATORES**

Carlos Antônio Avelar de Melo
Sônia Magali Alves de Souza

LEITORES CRÍTICOS

Alcione Cabral dos Santos
Gabriela Monteiro Cabral de Arruda
Gisélia Maria Sátiro
Rosalia Soares de Sousa

HISTÓRIA**REDATORES**

Maria Lúcia Cavalcante
Wagner Geminiano dos Santos

LEITORES CRÍTICOS

Délio Roberto Freire
Juliana Alves de Andrade
Marta Maria de Andrade Lima
Pablo Francisco de Andrade Porfírio
Pablo Henrique Spíndola Torres
Zuleica Dantas Pereira Campos
Prof. Dr. Erinaldo Vicente Cavalcanti
Prof. Dra. Mariana Albuquerque Dantas

ENSINO RELIGIOSO**REDATORES**

Constantino José Bezerra de Melo
Rosalia Soares de Sousa
Wellcherline Miranda Lima

LEITORES CRÍTICOS

Maria da Conceição Barros Costa Lima
Marize Messias Barbosa Ribeiro

Colaboradores**TEXTO INTRODUTÓRIO**

Aclécia Alves de Oliveira
Adélia de Assis Mousinho Leite
Adonias José da Silva
Adriana Higino de Oliveira Trovão
Adriana Maria Alves da Silva Lopes
Adriana Rodrigues da Silva
Adriano Ricardo da Silva
Alexsandra Felix de Lima Sousa

Aliny Karla Alves de Freitas Lira
Alyne Roberta Sobral Alves Jacinto
Ana Célia Bulhões de Albuquerque
Ana Cláudia Medeiros Soares
Ana Cristina de Barros Amaral
Ana Cristina de Oliveira Silva
Ana Lúcia Barbosa dos S. Paes de Souza
Ana Lúcia Lopes da Silveira

Ana Maria Xavier de M. Santos
Ana Nery da Silva
Ana Paula de Medeiros Paes
Ana Regina Torres S. Santos
Ana Tereza de Aquino
Anderson Leonardo de Araújo Silva
Andreia Limeira Brito Loiola
Anselmo Aparecido de Lemos
Antonio Carlos Pereira
Aparecida Barbosa da Silva
Áurea Maria Costa Rocha
Avany Pereira Barbosa
Bruno Bezerra dos Anjos
Carla Patricia de Brito Granja
Carlos Eduardo Barbosa Alves
Cícera Cruz Leite Pereira
Cinderlândia Paula Gameleira
Cintia Cristina Targino de Carvalho
Claudete da Silva Barbosa
Cláudia Barroso Silva de Souza Sá
Claudinês de Carvalho Mendes
Cleidimar Barbosa dos Santos
Clemilda Dias de Souza
Darllene Virgínia Ribeiro dos Santos
Dulcinéia Iva da Silva
Edilene Maria Gomes da Silva
Edinéa Barbosa Cordeiro
Edla Soares
Edvania Arcanjo de Nascimento Barros
Egineide Edilene S P de Lucena
Eliete Ferreira Oliveira de Paula
Eliete Marques de Oliveira Souza
Elkydóritt da Silva Santos
Enilson Quintino de Assis
Erk Sonia Alves dos Santos
Evanilson Alves de Sá
Fabiana Moraes Rito
Fabiana Santos Silva
Flávia Veras Pereira Xavier
Francineide de Souza Maia Sá
Francisca de Jesus Flor Pereira
Francismar de Jesus Flor Pereira
Gilvando Gabriel Arcanjo
Gilvania Muniz Oliveira Veloso
Helena Patrícia da Silva C. Albuquerque
Herlan José Tenório Ferreira
Iolanda Maria dos Santos Sá
Iracema Dantas dos Santos Alves
Ivanice Fernandes de Q Viana
Jakeline dos Santos Arcanjo
Janaína Bezerra de Souza
Jeannine Aládia Macêdo dos Santos
Sales
Jerusa dos Santos Moura
Jocileide Bezerra de Oliveira Carvalho
José Ferreira de Castro
José Luciano Tenório da Silva
José Paulino Peixoto Filho
Joseana Feitosa Dantas
Josefa Josiana Bezerra Brito
Joselayne Dayse de Souza Santos
Joselito Alves Arcanjo
Josenilda dos Santos Silva
Josineide Lira Pimentel de Vasconcelos
Josivânia Gomes da S. Nascimento
Jussara Bezerra Mergulhão
Kátia Monteiro da Silva
Laudijany Duarte Ferreira Soares
Lúcia de Fátima Freitas Faelante
Luciano Luíz Lopes

Lucilene Gomes da Silva
Lucimery Cavalcante M. de Oliveira
Lurdinalva Pedrosa Monteiro
Marcia Leocadia D. Amorim Rodrigues
Marcia Peres Alencar Cruz
Marcilene Maria de Lira Siqueira
Margarida Lacerda do Amaral Neta
Maria Alves Galdino
Maria Angélica Alves Dantas
Maria Aparecida Costa da Silva
Maria Aparecida Freire de O. Couto
Maria Aparecida Gomes Ferreira
Maria Claudiana da Silva
Maria Conceição Santos e S. Silva
Maria Cristina do n. Silva Brandão
Maria da Conceição da Silva Pereira
Maria da Glória Carlos de Araújo
Maria de Fátima da Silva Nascimento
Maria de Fátima de Santana
Maria de Fátima dos Santos
Maria de Fátima Ramos de Queiroz
Maria de Lourdes Moura Fonseca
Maria Dilma Marques T Novaes Goiana
Maria do Carmo de Oliveira
Maria do Socorro Batista Duarte
Maria do Socorro de Souza Freire
Maria do Socorro Modesto Valões
Maria do Socorro Valois Alves
Maria Edvânia da Silva Cavalcanti
Maria Erica de Oliveira
Maria Eugenia Nunes Bastos Sá
Maria Eunice de Matos Souza
Maria José da Conceição Silva
Maria José Ferreira da Silva
Maria José Henrique da Silva
Maria Magdala Lima Rodrigues
Maria Nereide Martins Araújo
Maria Rejane Campos Pereira Freitas
Maria Zélia J. de Araújo Galdino
Marileide Rosa de Oliveira
Marilene Rosa dos Santos
Marta Barbosa Travassos
Marta Lúcia Silva de Melo
Marta Maria de Lira
Marta Maria Silva dos Santos
Mayara Cyntia Pereira Mendes
Michelly Silva França Nascimento
Mizia Batista de Lima Silveira
Mônica da Silva Marques
Nádja Cristina Freire
Natsha Ferraz Canto Pessoa de Luna
Nilma Lúcia de Sales Silva
Noêmia Karina Araújo da Silva
Odair José da Silva
Paula Joelma Soares Ferreira
Reginaldo Araújo de Lima
Rilma Lêda Macário
Rivaldo José Barbosa Alves
Rosângela da Costa Castro
Rosileide Gomes Pereira de Melo
Rosilene Braz da Costa
Rosilene Braz da Costa
Sandra Albuquerque de Souza
Sandra de Souza Gusmão
Selma Medeiros de Araújo Aguiar
Silvana Alves Teixeira
Silvana Maria Brainer
Silvia Helena Vasconcelos da Silva
Sílvia Maria Lopes de Oliveira
Simone da Silva Guimarães

Simoni Patrícia Sena da Silva Campos
 Sinmonia Ribeiro de Arruda
 Solange da Silva Batista Lopes
 Sonia Regina Diógenes Tenório
 Suelly Bezerra
 Sylmara Kélbya Silvestre Wanderley
 Tarcísia Rose de Souza Farias

Tayanne Rafaely Lima e Silva
 Valdenice da Silva
 Valéria Conegundes Barbosa Marques
 Valmira Matias da Silva Santos
 Vanda Maria Rodrigues Garcez
 Veridiana Carvalho de M. e Brito
 Vitória Tereza da Hora Espar

LÍNGUA PORTUGUESA

Adailton Brandão de Melo
 Adicélia Mércia Araújo
 Adriana Henrique Alves Pereira
 Adriana Kelly M. Cavalcanti
 Aisllane Maraisa A. dos Santos
 Alessandra dos Santos Laurindo
 Ana Cláudia Medeiros Soares
 Ana Freire Vilela
 Ana Marcia dos Santos
 Ana Maria da Silva
 Ana Markdalva Pires de Moura
 Ana Paula B. dos A. Lima
 Ana Paula Moreira de Albuquerque
 Ana Paula Souza Bezerra
 Ana Tereza de Santana
 Anderson José Alacoque Dias
 Andrea Cristina de Santana
 Andréa Giordana de C. Barbosa
 Andrea Maria da Silva
 Andreza Rejane N. O. Souza
 Ângela Maria dos Santos
 Atalia Barbosa e Silva
 Audenice Coelho Cavalcanti
 Auriclecia Pereira de Souza
 Aurikelly Alves de Paiva Souza
 Carla Barbosa de Sá Leal

Cesar Murilo Cordeiro da Silva
 Cibele Farias de Araújo
 Cícera Freitas Miranda
 Cícera Maria de Araújo Santos
 Cinthia Henrique Galindo
 Cirlyne Rossana do S. V. de Oliveira
 Cláudia Nunes de Assis
 Clicidauba Farias da Anunciação
 Cristiane Severina da Silva
 Daniela C. da Silva Ferreira
 Daniella Cavalcante Silva
 Dayvesson Deleon B. da Silva
 Diana Gomes Ferreira
 Diana Pereira Costa Alves
 Doralice de Miranda Lima
 Duciane Maria Guedes
 Dulcicleide Maria Bezerra
 Edgar José de Barros Dias
 Edilene Maria da Silva
 Edilma Couto de Miranda Amorim
 Edinéia Maria do Bonfim Silva
 Edmar Roberto Silva
 Edna Batista Siqueira
 Edna Maria da Silva Santana
 Édna Maria lira dos Anjos
 Eduardo Luís Silva Pina

Elayne Michelle A. Aragão Albério
Elieth Quirino de Sá
Elineide Alves dos Santos
Elineide Pereira Oliveira
Elisiária Maria Gomes de Melo
Elizama de Lima
Elizangela Conceição Lourenço de Gomes
Elizângela Soares do Nascimento
Elyne Paiva de Moraes
Emanoel Jackson Lisboa
Emanuel Artur de Albuquerque
Emanuele Ferreira de Melo
Erasmus Carlos Gonçalves Damasceno
Erica Daniela Borba
Eva Coelho Rodrigues de Melo
Ezilda Cavalcanti Vasconcelos
Fábria Soraia Gomes
Fábio Pereira de Lira
Filomena Maria de Souza Yoyô ferraz
Flávia Cristina dos Santos
Francisca E. Guedes da Silva
Francisca Eleneide de Sá
Francisca Rosselene Rodrigues Coelho
Geam Karlo Gomes
Geysa Lidiane de Lira
Gilka Nascimento de Novaes
Gilsakleide Verissimo Ferreira
Girândia da Conceição de Souza Ferreira
Girlania da Conceição de Souza Ferreira
Guiomar Alves de Sá Neta
Helena Santos Freire Lima
Heloisa Helena Gomes Ramos
Hildebrando Lino de Albuquerque
Ieda Alves da Silva Mariano
Inalda Jasmelina da Silva
Iraneide Lucas Santos
Iranilda Maria Ribeiro da Silva
Isabel de Souza Figueirêdo
Ivanice Fernandes de Q. Viana
Ivanilda Cavalcante do Nascimento
Jaciará Bezerra Ferraz
Jacilene Gomes de O. Torres
Jacilma Batista de Melo
Jamil Costa Ramos
Jaqueline Gomes da Silva
Jaqueline Sales da Silva
Jarmesson Marcelino da Silva
Jatinan da Silva
Jefferson Alves da Rocha
Jodyza Silvana da Silva
Joelha Gomes da Luz
Joelma de Melo Torres
José Augusto Pereira da Silva
José Bruno da Silva
José Messias Pinto dos Santos
Joseane Maria do Nascimento
Josefa Joelma dos Santos
Josefa Rocha de Souza
Josemar Barbosa de Almeida
Josiane Maria da Silva
Joyce Vieira Galindo
Jucelia Henrique da Silva
Junielson Laurentino Duarte
Karla Magalhães Freitas
Karla Roberta Ferreira da Silva
Katia Simone Rodrigues Pereira Lima
Kleonara ferreira da Rocha
Kleonara Ferreira da Rocha
Lediana Costa Marques
Ledjane Maria Alves Oliveira

PÁGINA 595

Leutânia Gomes Oliveira

Lilian Jordão Pessoa Duarte

Liliane Alves de Oliveira

Lucia Ribeiro de Vasconcelos

Luciana Cristina Vilarim da Silva

Lucille Maia Batista

Luedna Sheyla C. Cavalcante

Luiz Antonio B. do Nascimento

Lutiane Duarte Souza

Magdalha Gomes Gonçalves

Marcella Cristina Gomes

Marcia Helena de Freitas

Marciana Gomes Falcão Alves

Marcio Alessandro de Melo

Maria Conceição Gonçalves Ferreira

Maria Adriana Moraes da Silva

Maria Andrade da Silva Noia

Maria Aparecida da S Maia Rodrigues

Maria Aparecida de Melo

Maria Aparecida Ferreira da Silva

Maria Aparecida Morato

Maria Betânia da Silva

Maria Cecilia Nunes

Maria Celene Muniz Andrade

Maria da Conceição Borba de

Albuquerque

Maria da Conceição S. Gomes

Maria da Conceição Souza

Maria da Soledade Barbosa

Maria de Fátima R. de S. Marques

Maria de Lourdes Gomes lins

Maria do Carmo Pimentel

Maria do Socorro da Silva Sobral

Maria do Socorro de Sá Pereira

Maria do Socorro Ribeiro

Maria do Socorro Silva

Maria Edilene

Maria Emilia Andrade Rodrigues de Ó

Maria Estelita de Araújo Ferreira

Maria Gorett S. Andrade da Costa

Maria Itamar Gomes

Maria José da S. Baltazar

Maria José da Silva

Maria José Marques Portugal

Maria Laurismar Paulino

Maria Lucia Lira da Silva

Maria Luiza Araújo

Maria Madalena C. de Brito

Maria Maricélia Muniz da Silva

Maria Neuza Leite Herculano Barros

Maria Nubia de Jesus

Maria Rejane da Silva

Maria Santana Aguiar Souza

Maria Selma Nepomuceno da Silva

Maria Simone Araújo de Oliveira

Maria Vaneide de melo Santana

Mariajanete Sousa Silva

Marijane Alves Andrade

Marizelda Inácio Guedes dos Santos

Marleide da Rocha Moura

Marluze de Oliveira Ferro Vianna

Maysa Niedja Guimaraes

Michelle de melo Ferreira

Miriam Alves dos Santos

Mislene dos Sandos Diniz

Mônica Fernanda dos S. Dias

Monica Patricia da Silva pires

Nadja Xavier Silva

Neuza Maria Pontes de Mendonça

Nívea Clea Alves Galindo
 Oremir Arruda da Silva
 Palmymeque Benicio Cavalcanti
 Patricia Roberta A. Almeida
 Patricia Roberta Aves Xavier
 Paula Cesielle Tenório Ferro de Andrade
 Paulo Roberto de Farias Souza
 Prisciana Renata Galvão de Oliveira
 Raimunda Souza da S. Barros
 Ranuze Mercês da Silva
 Rejane Silva da Costa
 Renato Lira Pimentel
 Risonete Barbosa de Assis Souza
 Rita Auxiliadora Costa
 Rita de Cássia Santana da Silva
 Rivoneide Pereira de Souza
 Rizolanda Luiza Vauthier
 Robério nunes Cavalcante
 Rosa Edite Moreira Gonçalves
 Rosemere Gonçalves de Oliveira
 Rute Maria da Costa
 Salmo Sostenes Pontes
 Samuel lira de Oliveira
 Sandra do Socorro Oliveira de Alencar
 Sandra Jaciara Lopes

Sandra Monica V. lima
 Shirley Bianca S. D. Vicente
 Silma Diniz Bezerra
 Simone Aparecida de Sá
 Simony de Cácia Arruda
 Solange Leite Costa
 Stella Marcia de Alencar
 Susana Danielle Prado de Andrade
 Sydcleide da Silva Novaes
 Tâmara Viviane Oliveira
 Tamires Cristina Ribeiro
 Thais Maria Cecilia
 Thaís Maria Ceclia da Paz
 PÁGINA 596
 Valentins Avelino Viana Neto
 Vanderlania Marciana de Souza
 Vanúbia Carla da Silva
 Verônica de Almeida Calado
 Viviane Cristina de Lima Freitas
 Viviane da Silva Ferreira
 Viviane Maria da Silva
 Wagner Alves de Almeida
 Wagney Alves de Almeida
 William Francisco da Silva
 Zildete Aparecida Milfont Modesto

EDUCAÇÃO FÍSICA

Ailton José dos Santos Silva
 Alessandra de Oliveira Andrade
 Alexandre Ferreira Paes de Lira
 Alysson da Rocha Silva
 Ana Roberta Wanderley Coutelo
 Anderson Viana da Silva
 André Correia de Lima Pontes
 André Gustavo F. M. de M. Araújo

Antônio Carlos Gomes Martins
 Antonio Dionísio Marques
 Antonio Francisco do Rêgo Netto
 Antonio Gilnadson Lopes de Sá
 Aureni Nogueira de Santana
 Aurilene de Araújo Galindo
 Auzani Alves Ferraz de Castro
 Carla Camila S. dos Santos

Cinthia Rafaelly Campos de França
Cláudio Antônio F. de Lima
Cleides Rodrigues de Lima
Clesia Carneiro da Silva
Clovis Artur do Nascimento Júnior
Cristiano Dias de Carvalho
Cristiano Robson Nunes de Melo
Daniel Oliveira de Almeida
Danilo Amaro da Silva
David Alves Torres
David de Lima Ramos
Dayse Lucy Lima Ramos de Meneses
Dêmeson Gomes da Silva
Denilson Rocha de Brito
Diógenes Domingos Vieira
Dojival Pereira da Silca
Douglas Rodrigues Torres
Eder Leite Cardoso Barbosa
Edson Murilo A. de Holanda
Edvânia Barros Correia do Nascimento
Elton Carlos Bezerra Horas
Emmanuela de Lourdes de Araujo Albino
Enaile de Albuquerque Brito
Erasmus Vieira do Nascimento
Fernando de Barros e Silva Júnior
Flávio Henrique de M. S. Chaves
Francisco Eduardo Gomes Mororó
Genival Manoel de Andrade
Geová Barbosa de Oliveira
Geovan Batista da Costa
Geraldo Anacleto da Silva
Girleine Monique de Moraes Silva
Glaucio Ricardo Ribeiro
Hélio Andrade dos Santos
Heloise Manso Ferreira
Henrique Cícero Cordeiro da Silva
Igor Ruan Soares da Silva
Isabella Pedrosa de A. Rodrigues
Isaias Ferreira Tavares
Jameire Mônica da Costa Sousa
Janaína Barbosa de Almeida
Janine Furtunato Q. Maciel
Januce Lima de Carvalho Roseno
João Ferreira Marques Filho
João Victor Tavares Cavalcante
Joelma Dantas Braga
Jonas Rogaciano da Silva
José Carlos do Nascimento
José da Cunha Silva Júnior
José Djailson da Silva
José Evaldo Gomes dos Santos
José Joeldson Gomes
José Maria da Silva Júnior
José Romero de Souza Barros
Juliane Suelen Gonçalves Rabelo Galvão
Júlio Cesar de Lima Barbosa
Julio Cesar Silva Siqueira
Jurandir Francisco da Silva
Karla Emmanuely Alves Santos
Karla Simone de Carvalho Capengue
Kathyússia Dináh Vieira da Silva
Katia Lopes Ferreira
Katuscha Gantois Massa D. dos Santos
Lindinalva Leite Mariano Rodrigues
Luiz Henrique Araújo
Luiza Carla dos Santos
Luziara da Silva Costa
Mallu Dias Soares
Manoel de Queiroz Lima Neto
Marcello Raphael Tavares Martins

Marcelo Menezes de Souza
 Maria Betânia Ferreira dos Santos
 Maria das Dores Marcolino de Santana
 Maria das Dores Marcolino de Santana
 Maria Dayse da Silva
 Maria de Fátima Veloso Ferreira da Silva
 Maria Eduarda Felipe Alves
 Maria Eutália Gomes de Matos Mesquita
 Maria Solange Nascimento Vilela
 Maria Zildaneide Gonzaga
 Marinaldo Clébson de Lima e Silva
 Marizalva Aguiar de Araújo
 Nadja Maria Silva Paulino
 Neci Zeferino de Santana Filha
 Odair José de Farias Lima
 Otaliane Almeida Tenório de Lima
 Patrícia Cristina Ferreira Maia
 Patrícia Galvão da S. Jota
 Patrícia Morgana Andrade Santana
 Pedro Botelho de Oliveira
 Plinio Raphael Almeida Leite
 Pricila de Assis Lima
 Rafael Lenilson dos Santos
 Rafaelly Teixeira Monteiro
 Rayane Thaís Caitano
 Rebeka Marina Rocha Sales
 Rhandsson Alcântara
 Rivone Freitas de Lima
 Robson Pedro da Silva

Rosenilda Nunes da Silva Melo
 Rosilene Menezes de Castro Barbosa
 Sergio Menezes Dias
 Silvana Cristina Ramos de Brito Almeida
 Simone de Fátima Araújo de O. Figueredo
 Sônia Maria de Melo
 Suellen Wanessa Oliveira da Silva
 Suzana de Souza Ferreira
 Suzi Alves Amaro Carneiro
 Tatiany Leal Santos
 Terezinha Abel Alves
 Tiago André Ferreira
 Tiago Leite Ramos
 Valdemir Almeida Diniz
 Valdemir Almeida Diniz
 Valdemiro Barros
 Valdenice de Melo
 Valdir Bezerra da Silva Souza
 Valeria Ramos Oliveira de Sousa
 Veronica de L. Beltrão de Oliveira Mendes
 Verônica de Moraes dos Santos
 Verônica Machado Lins
 Viviane Maciel de Gouveia
 Wanderson Rafael da Silva Gonçalves
 Wesley Patric Alexandre Soares
 Wilka Aparecida Rodrigues Bezerra
 Willyvania Maria da Conceição Fontes
 Zelma Vieira Demelo Loureiro Ferreira

ARTE

Adeilza de Souza Ramos
 Adriana de Fátima Aguiar Araujo Marinho
 Aiane Cristina de Souza Leite
 Alex Gomes de Souza Nunes

Aline Cristina dos Santos Magalhães
 Ana Lucia Rocha de Souza Godoi
 Ana Patrícia Avelino de Souza Barros
 Ana Paula Carneiro dos Santos

Ana Paula Leandro da Silva
Anderson Carlos Moura Rodrigues
André Vasconcelos de Arruda
Andrea Karla Lina e Silva
Angelina Bandeira de Sousa Santos
Antero Madureira Ferreira
Antonio Fernando da Silva
Beatriz Cássia da Silva
Carmelúcia Ferreira de Souza
Carmem Maria Soares Galvão
Célia Teixeira Vitor da Silva
Celiane Maria da Silva
Cristiana Maria S. Lopes de Lima
Deyze Alexandrino da Silva
Dulcineide Coelho Bezerra
Edna Alves da Silva Santos
Edna Pereira da Silva Rosa
Edylla Maria Pereira Costa
Elenilda Bezerra da Silva
Eliane Alves de Souza
Elineide Maria Vilela de Melo Silva
Elisafã Menezes Adriano
Elisângela de Moraes Araújo
Elizangela Machado Araújo
Elizângela Paz Paiva
Erissandra Almeida de Melo
Etiene Maria Da S. Souza
Francielba Paiva Leite
Francisco de Assis Gouveia
Francisco Ilacio Pereira da Costa
Genivalda Bastos da Silva
Giane Siqueira Barbosa Souza
Gielba Lira da Silva
Gilvan Assis de Araújo
Gustavo Rogério S. de Araújo
Iolanda de Barros Silva Tenório
Janaína Vieira I de Santana
Jeandia Yucaid Rodrigues Tenório
Joelma Gonçalves de Melo Vilaça
Joelma Nunes Honorato de Macêdo
José Emanuel de Barros Aquino
José Roberto Barbosa de Amorim
Josefa Andrade do Nascimento
Jussara Bezerra Magalhães
Laize Carla Simoes Pimentel
Laurinalva Maria Pinto Nascimento
Lenira Alexandre de Lima
Lenôra Maria A. S. S. Farias
Lílian Maria Simoni W. de Moraes
Lindinalva Maria Costa Andrade
Lindinalva Vicente de Almeida Santos
Luciana Alves da Silva
Luciana Maria da Silva
Lucicleide Alves Alexandre da Silva
Mabel Milany Leão
Madileine Maria Alves
Maicon Adalberto da Silva Costa
Marcelo Cordeiro de Queiroz
Marcia Alves Silva
Maria Alcione de Siqueira Falcão
Maria Alves Silva
Maria Aparecida Coelho de Araújo
Maria Auxiliadora de Almeida
Maria Betânia da Silva Gomes Pompeu
Maria Celeste de Almeida Sá Barreto
Maria Cilene Belarmino O de Paula
Maria Cristina Francilino Sena
Maria das Graças da Silva
Maria de Fátima Gomes Couto
Maria de Jesus da Silva

Maria de Lourdes Gomes Santos
 Maria do Rosário Ferreira de Oliveira
 Maria do Socorro Brito de Mendonça
 Maria do Socorro Gomes de Lima Lira
 Maria Elidiângela da Silva
 Maria Ivete de Vasconcelos Camelo
 Maria José Pereira Diniz
 Maria Lucinete de Oliveira Lima
 Maria Madalena Lopes da Silva
 Maria Mercês de Oliveira Silva
 Maria Naedja Pinheiro de Carvalho
 Maria Niédja das Neves Alves
 Maria Olívia Pinheiro Evangelista
 Maria Rúbia Viana de Freitas
 Maria Suely Fonseca do Nascimento
 Marileide Esbaltar da Silva
 Marlene Barbosa da Silva
 Marlene Maria da Silva
 Mary Ruth S. Gomes
 Neide Gonçalves dos Santos Torres
 Otaciana Nogueira Aciole Paulino
 Patricia Maria da Silva Santos
 Paula Francinete Rodrigues G. Valdevina
 Paulo Henrique Phaelante Camara Lima
 Pedro Paulo da Silva
 Regina Lúcia Viana C. De Souza
 Rejane Barros de Albuquerque

Rejane Maria Pereira Antas
 Richelly Cavalcanti de Sousa
 Rita Maria de Oliveira
 Rízia Firmino da Silva Tavares
 Rogerio Guimarães de Souza
 Ronaldo da Silva
 Rosangela de Oliveira
 Sandarina Alves Vicente
 Sandra Eliene Ferreira Fernandes
 Sandra Helena Francelina Vieira
 Sélia Maria Lima
 Sérgio Douglas Bezerra Martins
 Silene da Luz Novaes
 Silene Tereza da Silva
 Silvia Karla de Souza Silva
 Suelma Cristina Bernardo Da Silva
 Suely Maria Barbosa
 Tania Maria da Silva
 Thalita Gabrielle N. Silva
 Vanielle Cristina Dourado Borba
 Vera Lucia de Sousa Carvalho
 Verônica Cristina de Albuquerque Silva
 Verônica de Barros Gomes Costa
 Verônica Maria Toscano de Melo
 Vilma Cavalcante Cordeiro Barbosa
 Virginia Cleide Nunes Marques

LÍNGUA INGLESA

Abeval Soares do Nascimento
 Adina Pereira de Lima Silva
 Adna Rolim Silva
 Adriana Mirtes Melo Moura
 Albanise Bezerra de Oliveira Santos

Alexandre Lucas da Silva
 Ana Clara Alves dos Santos Vasconcelos
 Ana Cláudia dos Anjos
 Ana Paula de Sousa
 Ana Virgínia Silva de Souza Coutinho

Andrea Karina Nascimento de Miranda
Andrea Karlla de Souza Gomes
Andrezza Ferreira de Souza
Ângela Maria dos Santos
Antônio Marcos de Sales
Carla Mary dos Santos Barros
Carla Zaíra Martins de Mélo Siqueira
Carlos Henrique de Oliveira Lopes
Carlos José da Silva
Cícera Maria de Araújo
Cícera Maria Freire Cavalcanti
Cizeleide Inácio da Silva
Cledmma Maria S. M. D. de Moraes
Danuza Kryshna da Costa Lima
Dayse Manuela da Silva
Deborah A Barros Leal
Deise Alves Diniz
Délvia Cristine Araújo dos Santos
Dimison Cesar Vieira Gomes
Dvanete Nunes Barros
Ecia Mônica Leite de Lima Freitas
Edjane Silva de Lima
Edvânia Lúcia da Silva Freire
Eliane da Silva Brito
Ellen Cristina Carneiro
Emanuela Joana S. Souza
Erica Rosangela de Lima Pereira
Ervaides Icelda Rodrigues de Santana
Ezequias Felix de Andrade
Fabiano Severino Monteiro
Flávia de Souza
Franciane Maria Amaral N M Dias
Geórgia Virgínia Lins de oliveira
Gilvano Vasconcelos Neves Pereira
Gisélia Coelho de Castro e Souza
Glauce Lins da Silveira
Heldelene Pereira Rocha Cavalcanti
Heusa Renilde dos Santos Oliveira
Hugo Henrique Pessôa da Silva
Humberta Lucena de Alencastro
Indira de Alencar Araújo
Jamerson Kleber F da Silva
Joelma Paixão de Lima
José Marcelo Saraiva Rufino
José Wilton de Menezes Alves
Josean Santos Ferreira
Josefa da Conceição Marques
Josefa Ivone de Lima
Joseilton Cavalcanti Ferreira
Joselma Paixão de Lima
Josué Gomes
Josué Matias Hilário
Jussiara Maria da Silva Tôrres
Kalmarcos Emanuel Xavier
Karina Costa Lima
Karolaine Xavier de Amorim
Kelly Pereira de Sá Rodrigues
Késia Girlane Santos de Medeiros
Lanirtson Agra Barbalho
Laudicéia de Souza Torres
Lucas de Almeida Cordeiro
Luciana Maria Mendes de Oliveira
Luciana Onofre Silva
Luciano José Pereira
Lucicleide Marinho da Silva
Lucineia Maria Carneiro da Silva Palha
Magali Silva Duarte
Manoel Lopes da Silva Júnior
Manoel Lopes da Silva Júnior
Márcia Candido dos Santos Lima

Márcia Telma Pereira da Silva
 Marcílio Bastos Gomes
 Maria Andréa Gonçalves de Oliveira
 Maria Betania Coelho Soares de Souza
 Maria Betânia da Silva Gomes Pompeu
 Maria Betânia da Silva Torres
 Maria Cristina Xavier
 Maria das Graças da Silva
 Maria de Lourdes Souza Nunes Silva
 Maria do Carmo Cavalcanti
 Maria do Socorro Lira
 Maria Fabrícia Bomfim da Silva
 Maria Helena Lopes de Souza
 Maria Isabel B. da Silva Correia
 Maria Jane Claudia da Silva
 Maria José dos Santos Costa
 Maria Juscilene da Silva Delmondes
 Maria Lucélia Bezerra Alves
 Maria Zoraide Alves de Moura
 Marileide Guedes Justino
 Marina Soares de Albuquerque C Silva
 Mauriceia Helena de Almeida
 Maykon Fernando da Silva Almeida
 Miguel Orlando Justino da Silva

Monique Mendes de Lima
 Natelma Veras Cristovão
 Nilma Karlla Cavalcante de Siqueira
 Paulo Rodrigo Pereira da Silva
 Priscila Magda Gonçalves Anselmo
 Rita Márcia Lima Braz
 Roberta Maria da Silva Muniz
 Rosyelly de Araújo Cavalcante
 Rubia Simone de Almeida
 Ruthy Freitas Silva
 Sandra Valéria de Arruda Santos
 Selma Valentim de Lima
 Silvânia Irene de Oliveira
 Silvia Leon Ramos Martins
 Simone Regina de Moura Borba Queiroz
 Sofia Homem de Mello Faria
 Suênia Cordeiro Valério
 Valdenes Cícero da Silva
 Valdete Nunes Xavier
 Vanusia Guilherme da S Figueiredo
 Vanusia Guilherme da S Figueiredo
 Vilma Lucia Pereira Silva da Cruz
 Yammy Shirley C. L. da Silva

MATEMÁTICA

Adalberto Teles Marques
 Adélio Severino da Silva Junior
 Adriana Alves Gondim Pereira
 Ailton Gomes da Silva
 Alberlins Celestino de Santana
 Aleone Sandra Pereira da Silva
 Alexandre Medeiros da Silva
 Aluisio Miguel de Oliveira
 Álvaro Jorge de Assis Bezerra

Amanda Cristina Lourenço da Silva
 Ana Amara da Silva
 Ana Carolina de Souza Assis
 Ana Lúcia Costa Arteiro
 Ana Paula Batista Alexandre Silva
 Ana Paula Bezerra da Silva
 Ana Rosemary Pereira Leite
 Anderson Avelino Oliveira Sousa
 Anderson Douglas Ferreira da Silva

Anderson Irineu Soares Silva
Anderson Marcolino de Santana
Anderson Renê Alves da Rocha
Andrezza Vicência Rodrigues Sacramento
Antonia Luzimar de Brito Vieira Torres
Aparecida Elzita Pereira dos Anjos
Aparecida Sobral Pereira Félix
Audenice dos Santos Rodrigues
Azenilda S. Araújo
Bethania Souza de Oliveira Silva
Bruno Simões C. Guimarães
Carlos Wilson Pimentel de Lacerda
Celia Maria da Silva Oliveira
Célia Maria da Silva Oliveira
Cibele Vanessa Pereira Figueiredo
Cícera Aline Justino Bezerra
Cícero Vicente de Sena Junior
Claudemir José Gomes da Silva
Cláudia Danielle da Silva Oliveira
Daiane da Silva Tavares
Danniella Patrícia Araújo de Almeida
Dênis de Andrade Santos Cruz
Deuzimar Machado Barroso
Diana Lúcia G. de Lira
Diego José da Silva
Drayton José da Costa
Eber Alberto de França C. e Silva
Edinaldo Daniel da Silva
Elba Poliana Cavalcanti Claudino
Eliana Nogueira Brito Saturnino
Eliane Vieira Galindo
Emanuela Maria dos Santos
Enilson de Almeida Lima
Erinalva da Silva Bezerra
Ernandes Felix da Silva
Espedito Fidelis de Araújo
Eudes de Andrade Lima
Fabiana dos Santos Faria
Flaveliny Costa da Silva Almeida
Francemary Deyse dos Santos Lima
Francisco Cláudio Batista Ferreira
Francisco de Assis de Souza
Gemima Antonia de Oliveira Dias
Genilson Bezerra da Silva
Genival Gomes de França
George Marcelino Silva
Geraldo Alves da Silva
Gilberto Rodrigues da Silva
Gilson Alves da Silva
Gilvani Marques Pereira
Girlene Pereira da Conceição
Hélio Inácio dos Santos
Hilda Soares de Oliveira
Iarineide Silva Santos Rezende
Inaly Maria da S. Lima
Iraqitan Secundino da Silva
Ítalo Moraes de Melo Gusmão
Ivana Maria Ramos Borges Beserra
Izaías de Barros Torres
Izamara Rafaela Ramos
Jacqueline Feitosa
Jailton de Araújo Maciel
Janilton Mendes dos Santos
Jannina Alves de Brito
Jaqueline Genuíno da Silva
Jemima Valentim da S. Belarmino
Jennifer Pereira Freitas da Silva
Joelma Maria Gomes da Silva
Joelsa Melo de Almeida
Joffre Cavalcanti de Albuquerque

Jonas Bertino de Paula
José Cristiano da Silva
José Dionísio de Araújo Junior
José Edivan Braz Santana
José Felix da Silva
José Fernando Barbosa dos Santos
José Luciano Omena de Freitas
José Ricardo Machado Castro
José Robson de Araújo
Joseane Michele Melo Moreira
Josefa Adeilda Batista de Araújo Lopes
Josefa Zeneide de Torres Santos Bezerra
Josilane Maria Gonçalves de Souza
Jucele Carvalho Viana de Santana
Kátia Adriana de Lima Ferraz
Keuma Rejane Brasil Gomes
Leandro Rafael Cunha de Oliveira
Lenilson Felix de Santana
Lígia Vasconcelos de Santana
Lucélia de Sá Vital Carvalho
Luciana da Silva Máximo
Luciana Holanda Gomes
Madalena Maria da Silva
Manoel Marcos de Souza Rafael
Marcela Maria A. Teixeira da Silva
Márcia Rodrigues Belarmino
Marcos Cândido de Andrade
Marcos José da Silva
Maria Alice Vaz França
Maria Augusta Kallene Ferreira
Maria Cilene da Silva
Maria Claudineide N. O. de Sá
Maria das Graças Jacome Vieira
Maria de Fátima Almeida
Maria de Jesus dos Santos Santana
Maria de Jesus Gomes da Cunha
Maria de Lourdes Alves de Queiroz
Maria do Socorro de Sá Tavares
Maria do Socorro Ferreira
Maria Elyara Lima de Oliveira
Maria Emília G. de Melo Nogueira
Maria Florisdete de Menezes Leite
Maria Gorete Lopes de Oliveira
Maria Iraniza de Souza
Maria Josileide da Silva Souza
Maria Luciene da Silva
Maria Madalena Batista B. da Silva
Maria Risoneide Novaes Silva
Maria Socorro Brito de Mendonça
Maria Tereza Justino de Lima
Maria Zivaneide de Carvalho
Marta Michele de Oliveira Lima
Marta Poliana Ferreira dos Santos
Martinele Marinho de França Sales
Mary Feitosa de Lima
Monica Iracy Soares de Moraes
Morelli Soares de Souza Melo
Nadja Cristina Freire de Menezes
Neide Aparecida Rocha Moreira
Pablo Egídio Lisboa da Silva
Pâmela Dayseana Menezes da Silva
Patrícia Moura Pinheiro
Pedro Henrique de Souza Viana
Pedro Manoel de Carvalho Filho
Poliana de Vasconcelos C. Alves
Raynielle Dias Coelho
Renato Duarte Gomes
Ricardo da Silva Farias
Ricardo Felling de L. Gonçalves
Richardson Wilker da Silva Melo

| | |
|-------------------------------------|--------------------------------------|
| Roberto da Silva | Severina Martins da Silva |
| Robson Freitas de Almeida | Sheila Cristina da Silva |
| Robson Soares de Melo | Silvaneide Mendes da Silva Cordeiro |
| Rochelly de Carvalho Ferreira | Silvia Cristina F. da S. Santos |
| Romero Nunes da Silva | Sônia Maria dos Santos Campos Neves |
| Rosa da Silva Gomes Cavalcanti | Stael Mesquita Bandeira |
| Rosângela Batista de Carvalho Ramos | Tania Maria de Almeida |
| Rosanna Jordão Pinto Maranhão | Terezinha de Jesus Ferreira C. Muniz |
| Roseani Maria da Silva | Thiago Alves Cordeiro |
| Rosilene da Silva | Thiago Soares Menezes Lins |
| Rossivando Pereira da Silva | Tilma M. O. Leite Calado |
| Rozângela Maria dos Santos Maciel | Uildo Bezerra de Almeida |
| Samuelita de Albuquerque Barbosa | Wagner Felipe Brayner da Silva |
| Sandra Mery Acioli Costa | Walmir Pires dos Santos Neto |
| Sarah Alves Campos Pereira | Walter de Sousa Pessoa do Nascimento |
| Sergina Maria Xavier Falcão | Wendel Luiz da S. Santos |
| Sérgio Gomes de Moura | Wilma Pessoa de Albuquerque Andrade |

CIÊNCIAS

| | |
|---|--|
| Adeilma Teixeira Amorim | Ana Lúcia Gomes Cavalcanti Neto |
| Adolfina Assis Arraes | Ana Lucia Leite Cavalcanti de Gois |
| Adriana Cecília Dantas C. S. dos Santos | Ana Maria Soares Silva |
| Adriana Gilvete F. Cavalcante | Ana Paula da Silva Cajueiro |
| Negromonte | Ana Paula de Almeida Magalhães |
| Adriane Risoneide de Almeida Oliveira | Ana Paula S. G. Santos |
| Aguida Cristina de Almeida Calado | Ana Regina Sant'Ana de Oliveira Ferraz |
| Alda Marques de Araújo | Andrea Cristina Costa do Prado |
| Aleandro Heitor da Silva | Andrea Ferreira de Barros |
| Aleci Calixto Pereira | Andrea Patrícia Alves |
| Alessandra Maria Gomes de Souza Silva | Andrea Viviane B. da Cunha e Silva |
| Alessandra Maria Pereira Martins da Silva | Andreza Estefany da Silva Oliveira |
| Alexsandro Ivanildo da Silva | Anne Damiana Araújo Vieira |
| Álvaro Diangelles Pereira Florentino | Arthur Vinicius de O. Marrocos de Melo |
| Ana Cláudia C. Vasconcelos | Carlos Eduardo da Costa Vieira |
| Ana Cristina Barbosa de Souza | Catiana Cavalcante de Barros Silva |

Cícera Pereira da Costa Ferraz
Cláudia Maria de Santana Melo
Cleiton Cunha Nascimento
Climeria Beserra Ramalho
Cristineide Teixeira Jorge
Daniel Silva Santos
Débora Ithamar dos Santos Silva
Deilde dos S. S. Higino
Edivaldo Ferreira da Silva
Edna de Almeida Alves
Eliane Carmina de Souza Ferraz
Eliane Fernandes da Gama Dourado
Eliane Ribeiro de O. Lopes
Eliane Romão de Araújo
Elisângela da Silva Araújo Carvalho
Elissandra Ferreira da Gama
Elizabeth Pereira de Medeiros
Fabiana Matias Barreto
Fabricio Barbosa de Aguiar
Felipe de Sousa Ferreira
Filipe Henrique Cabral de Albuquerque
Franciadeline de Souza Oliveira
Gemima Manço de Melo
Geovanna Layme Barretto Lins
Getúlio José de Carvalho Júnior
Gilliard Silva de Assunção
Gilson Alves do N. Filho
Gilvanio Borba de Andrade
Gislaine Luciano Pereira e Silva
Gislainy Daniella da Silva Rezende
Gislânia Cesária Feliz da Silva Lira
Gorete de Fátima F. A. Almeida
Guilherme de Coimbra Santos
Hidelane Pereira de Moura Silva
Hilma Soares Pereira
Ialle Albuquerque Silva Almeida
Ilka Rejane Barros Melo
Irene Carla Gonçalves
Isa Coelho Pereira
Isaac Moizes da Silva Paiva
Isabel Cristina Jacinto
Isis Borba Barros Bacelar de Andrade
Itamar Justo Lucas
Jaciana Patrícia de Oliveira Silva
Jackeliny Cordeiro Peixoto Brito
Jackson Vinícius José da Silva
João Batista Mariano de Melo
Joelma Aline Pereira dos Santos
José Edmar Rodrigues de Magalhães
José Ednaldo da Silva
José Jefferson de Oliveira Silva
José Leandro da Silva
José Osvaldo Silva Cunha
Josemeri Lira Soares
Joyce Marinho da Silva Patriota
Juciane Andresa de Lima Sousa
Juliana Alaíde de Freitas Chagas
Juliana Maria Cavalcanti Barreto
Jussiclecia Pereira de Alencar
Kaline Melo do Nascimento
Karla Lilian da Silva Carvalho
Kátia Barros Cabral dos Santos
Ledjane Maria Alves Oliveira
Ligia Maria da Silva
Lilian Magda da Silva Alves
Lucélia Maria da Silva Borba
Luci Germana da Silva Barbosa
Luciana Martins das Chagas
Luiz Antonio Vasconcelos Gama
Luzinete Umbelina Torres

Macia Sueli da Silva Espinhara
Magda Oliveira Mangabeira Feitoza
Magda Verônica Alves da Silva
Manuel dos Santos Silva
Manuela Moura Costa de Lima
Márcia Maria de Carvalho
Marcos Alexandre de Melo Barros
Marcos Antonio Coelho Júnior
Maria Aparecida Zilma de Souza
Maria Áurea Sampaio
Maria da Conceição Moreno de Andrade
Maria da Conceição Silva
Maria das Graças Nasario Barbosa
Maria do Socorro Almeida de Moraes
Maria do Socorro de Sá Souza
Maria do Socorro Santos Alcântara
Maria Eliane Cândido de Almeida
Maria Helena Souza P. R. Novaes
Maria Jocedilma Antunes de Oliveira
Maria José Brito Silva Crispim
Maria José de Almeida Anjos
Maria José de Andrade Santos
Maria José de Sales Araújo
Maria Josenilda do N. de Souza
Maria Luzia de N. Souza
Maria Marcia Assunção Oliveira Cordin
Maria Mithiê de Moraes Lopes
Maria Nielista A. Souza C. Lima
Maria Roberta de Carvalho Lima
Maria Rubia Viana de Freitas
Maria Vilani Moraes da Silva Sales
Maria Vilma Saraiva de Aquino
Marly Chaves dos Santos
Natiemy dos Santos
Niedja Soares de Lima
Niza Pereira Silva da Fonseca
Pablo José da Cunha Melo
Petrônio Franklin Queiroz de Aragão
Quitéria Emília de Melo Gomes
Rejane Alves de Freitas
Rejane Barbosa da Silva
Renato Alves de Lima
Rita de Cássia Araújo Albuquerque
Rita de Cássia do Nascimento
Rosana Rocha do Nascimento
Rosângela Assunção Gomes
Rosangela Moraes da C. Silva
Roseane Gomes da Silva Nascimento
Rosineide da Costa Soares
Rozana Cláudia dos Santos Silva
Rozeli Joele Maciel Sobral Vicente
Sandra Soares da Luz
Shirley Almeida Calado
Silvana Alves de Souza
Silvana Sandra de Souza
Solânia Fernandes Moreira
Sueli Lundgren Austregésilo
Suellen Tarcyla da Silva Lima
Suzana M. de Castro Lima
Theane Karen Leite Barros Medrado
Umberto Maciel dos Santos
Valter Rodrigues de Almeida
Vanessa Lima de Oliveira
Vanusa Alencar Oliveira
Verônica Alves de Almeida
Vivian Albertins de Souza Azevedo

GEOGRAFIA

| | |
|---------------------------------------|-----------------------------------|
| Acidália Gomes dos Santos Brito | Elizangela Rosa Daniel Oliveira |
| Alcione Cabral dos Santos | Emanuela Moreira Tavares |
| Amália Dias dos Santos | Emanuelly de Alcântara Passos |
| Ana Maria da Silva | Érica Vanessa dos Santos |
| Andréa Ferreira de Arruda | Ezequiel de Paula da Silva |
| Andreia Rodrigues de Souza | Fabíola Lins Santos |
| Andrêza Nailza de Moraes | Francisco Macário Araújo de Souza |
| Angela Maria Brandão de Lima | Genivaldo Batista de Sobral |
| Anna Kalina B. C. de Melo | Georgos de Assunção Santos |
| Antonia Carmelita Gomes Martins | Gerlaene Godói da Selva |
| Antonio Marcos Coutinho | Giovana Targino Freire Simão |
| Artemir Monteiro Lima de Almeida | Girláine Godoi da Silva |
| Avreneide de Souza Xavier | Ioneide Damasceno Luz |
| Benedita Ângelo Cordeiro Torres | Iranesse Alves da Costa |
| Betania Cristina Santos de Pina | Janaína Carla Dornelas Rocha |
| Carline Gisele Pires de Moura | Janaíne José Alves |
| Carmelita Maria da Siva | Janete Lopes Lacerda |
| Carolina Barbosa da Silva | Jaqueline dos Santos Silva |
| Célia Maria Alves da Silva | João Dyego da Cunha Amaral |
| Célia Maria dos Santos C. Andrade | João Euzébio da Silva |
| Cicera Maria da Silva Alves | João Francisco da Silva |
| Cícera Quitéria de Oliveira Campos | João Tavares Marques Filho |
| Claudemar Manoel dos Santos | Joaquim Batista Silva Santos |
| Cláudia Martins de Oliveira | Joara Martins Soares |
| Claudia Ribeiro | Jódio Antony de Gusmão |
| Clébson Costa do Nascimento | Joelma Melo de Almeida |
| Dalma de Carvalho Novaes | José Alves Honorato Filho |
| Daniel Manoel de Oliveira | José Antonio Pacheco Neto |
| Danielly Freire de Oliveira | José Inaldo de Amorim |
| Débora Conceição Gonçalves dos Santos | Joseildo Cavalcanti Ferreira |
| Denise Maria Guedes Braga | Josué Martins da Silva |
| Edeltrudes Cavalcanti de Melo Silva | Jussara Fitipaldy Gomes Silva |
| Edna Maria dos Santos Duarte | Kevelen Daiane da Silva |
| Edymarie Lemos da Silva | Lilian Alves Pereira Queiroz |
| Elias Ramos | Liliane Maria Freire de Freitas |

Lindhiane Costa de Farias
Lindinalva Ferreira de Queiroz
Lucineide Cícera de Souza
Luiz Carlos Nogueira Botelho
Luiz Wanderson Evangelista Silva
Luzia do Socorro Fonseca
Manoel Gilberto da Silva
Marcia Limeira do Amaral Azevedo
Marconi Rodrigues de Lima
Maria Aparecida Freire de Souza
Maria Betania do Nascimento
Albuquerque
Maria Betânia Ferreira da Silva Santos
Maria Bezerra das Neves
Maria das Dôres Florencio de Araújo Silva
Maria das Graças Silva
Maria do Socorro Liberal Souza
Maria do Socorro Santos Cavalcanti
Maria do Socorro Venancio Silva
Maria Eliane dos Santos Oliveira
Maria Fernandes da Silva
Maria Gizelia Pereira de A. Araújo
Maria Goreti Tavares de Moura
Maria Jaqueline Alves Santos
Maria José Leite Brasileiro
Maria Josilma Soares da Silva
Maria Josimere da Silva
Maria Lourdes da Silva
Maria Luciana da Silva
Maria Luciana Martins Ramos
Maria Regicleide Nunes da Silva
Maria Rita da Silva Oliveira
Maria Tyene Eufrásio de Souza
Maria Virginia Virginia da Fonsêca
Maria Wiljânia de Souza
Marianne Rodrigues dos Santos
Marileide Maria da Silva
Marineide de Sousa Alcântara
Marineide Neves O. Assis
Marizalva Ferreira Tavares Lourenço
Marlene de Oliveira Lucas
Miriã Leyne Anunciada Paixão
Monica de Moraes Leite
Mônica Nayaria Araújo Meneses Vieira
Mosa Maria da Rocha
Nelicleide das Neves Santos de Mélo
Nicleícia Sirlei Silva Santos da Costa
Olindina Maria Cruz do Nascimento
Paulo Rodrigues da Silva
Rafaell José de Brito Gomes
Railde Costa Silva
Raul Antonio da Silva
Renato de Menezes Pereira
Rita de Cássia Pessôa de Andrade
Rogilda Jorge Nunes
Ronald dos Anjos Silva
Rosangela Ramalho de Oliveira Alencar
Sandra do Nascimento Amaral
Severina José de Souza Freitas
Severino Flávio Pereira do Nascimento
Silvana Maria Nogueira Leite Cabral
Silvio Leandro Alves da Silva
Solange Marla dos Santos
Suzana Georgia Nobrega Farias Alves
Telma Maria da Silva Barbosa
Ubiratan Luiz Vieira Olímpio
Valdivete Guimarães de Souza
Valma Alaena da Silva
Valter Gomes da Silva
Valter José do Nascimento

Vanderlania Freitas de Siqueira
 Verailza Maria Monteiro
 Verônica Maria Ramos Silveira

Vicente Natanael Lima Silva
 Zenildo da Silva Pereira

HISTÓRIA

Adriano Martins de Oliveira
 Alba Valéria de Santana
 Alison Fagner de Souza e Silva
 Allan Melky de Lima
 Almir Santos Araújo
 Alvaro de Melo Rodrigues
 Amarildo Elias das Chagas
 Ana Carla Castanha Ferraz
 Ana Cláudia de Melo Santos Oliveira
 Ana Patrícia de Almeida Brito
 André José do Nascimento
 Andreia Magalhães Vieira Andrade
 Arilenice Barbosa da Silva
 Arley Anderson Alves e Silva
 Bárbara Maria Gouveia
 Benedita Erivangela Lopes da Silva
 Carla Barbosa de Lima
 Claudia Maristela Tenório de Almeida
 Ferro
 Clóvis Ferreira Lima
 Danielle Berto de Oliveira Melo Moraes
 Dayane Mayara Bezerra de Araújo
 Délio Roberto Freire
 Diego Ramon de Freitas Neves
 Edilene Alves dos Santos
 Edinaldo do Nascimento Silva
 Elanne Karla Bezerra Correia Cavalcante
 Eliete Lopes Delmondes Filgueira
 Elineide de Arruda Carvalho
 Enoque Estevão Gomes

Eridiane Évellin da Silva Lemos Oliveira
 Ezir George Silva
 Fabiana Christina Couto Barreto de Souza
 Fabiana Ferreira
 Fábio Carmo dos Santos
 Felipe Santos de Lima
 Fernanda de Araújo Oliveira
 Fernanda Moura dos Santos
 Flávia Cordeiro dos Santos
 Franciela Quesado Lopes
 Francineide Maria de Oliveira
 Francisco Ferreira Santana
 Gilfrance Rosa da Silva
 Givaneide Dionisio Roque
 Givanildo Pedro de Lima
 Glaucia Maria Lopes Gouveia
 Henry Pereira da Silva
 Inácio de Loiola da Silva
 Ingrid Samiro
 Iraci Pereira de Goés
 Itamar Glaucio Gomes de Souza
 Itamar Reis da Silva
 Ivanira Maria da Conceição
 Ivanize Giulyane Minervino Ferreira
 Ivonete Azevedo Ferreira
 Jaciara Lourenço Teixeira
 Jair Gomes Santana
 Jakline Rodrigues Vasconcelos
 James Davidson Barboza de Lima
 Jammille Barbosa de Moraes

Jara de Lima Alencar
Jerlandia Soares Leal
João Paulo de Lemos
João Tadeu dos Santos
Joelma Maria Raimundo Farias
Joelma Santana do Nascimento
José Ademilton Marinho da Silva
José Claudemiro Vilaça de Lima
José Renato da Silva Feitosa
José Ricardo de Sá Barbosa
José Walter Soares de Oliveira
Josebias José dos Santos
Josefa Geny Pereira Dantas
Josevania Rodrigues Bezerra da Silva
Jucilene Ramos dos Santos
Jucilene Rodrigues Silva
Karla Bárbara Silva de Albuquerque
Kátia Maria Batista da Silva
Katiana Cristina da Silva Gomes
Kerlianny Bezerra da Silva
Kleber Menezes da Silva
Laudenice Maria Silva Santos
Luciene Lopes dos Santos
Luiz Antônio Gonçalves de Lima
Manoel Luís da Silva Neto
Márcia Maria Alves e Silva
Marco Aurélio Gomes de Souza
Marcos Aurélio Dornelas da Silva
Maria Alcione da Silva Santos
Maria Angélica da Silva Trovão
Maria Aparecida Barbosa
Maria Aparecida Martins
Maria Aparecida Pereira Alves
Maria da Conceição de Souza Cruz
Maria da Glória Felix de Santana Xavier
Maria de Fátima dos Santos
Maria de Fátima Soares dos Santos
Maria de Lourdes Ferrão Castelo Branco
Maria do Carmo da Silva
Maria do Carmo dos Santos Rabelo
Maria Edivania Moraes de Souza
Maria Freire da Silva
Maria Goretty Barbosa de Melo
Maria Ivaneide da Silva
Maria Izabel Silva Costa
Maria José dos Santos
Maria José Fideles do Nascimento Silva
Maria José Gomes
Maria José Martins de Queiroz Santos
Maria José Nunes Figuerêdo Silva
Maria Jucicleide Rodrigues Wanderley
Maria Madalena Neta Soares
Maria Neide Bezerra Gondim da Silva
Maria Neuricéia Alves de Mariz
Maria Neuzete dos Santos
Maria Santos Saraiva Barbosa
Maria Sueli Matias da Silva Araújo
Marielça Balbino Cunha de Moraes e Silva
Marivalda Ferreira de Souza
Mariza Branquinho Silva
Martleusa Raimunda da Silva
Mikaele Cristina Marques de Souza
Moacir Freira da Silva
Morôni Laurindo do Nascimento
Natália Kécia Vieira Landim Oliveira
Norma Ferreira Zendron
Pedro Henrique Torquato
Quitéria Chalegre dos Santos Silva
Reginaldo Gomes Salvino
Reginaldo Seixas Fonteves

Ricardo Chaves Lima
 Ricardo Domingos da Silva
 Ricardo Francisco de Araújo
 Rivoneide da Silva Nascimento
 Roberto Laurentino de Souza
 Rodolfo Barreto de Lima
 Romário de Andrade Silva
 Romilda da Silva Dória
 Rosenilda Nunes da Silva
 Rosilene Maria da Silva
 Rosimere Nascimento Silva
 Sandra Maria da Silva Tenório
 Sandra Maria de Silva Araújo
 Sandra Santana Freira

Serusa Vidal de Negreiros
 Sheila Mayara Ribeiro do Carmo
 Sílvia Souza Santos
 Sônia Maria Pereira de Lima
 Suzete Sueli Pinheiro Campelo
 Thereza Cristina Sales Faria
 Valdirene Alves dos Santos
 Vandivaldo da Costa Piancó
 Vera Cheila Lima Nogueira
 Vilmar Antônio Carvalho
 Waldilma Batista de Santana
 Zeranilda C. B. da Costa
 Zirneide Correia Aprigio
 Zoraylda Maria Carneiro de Almeida

ENSINO RELIGIOSO

Adriana Alvim Vaz
 Adriana Patrícia de Oliveira
 Alan Bruno Félix de Souza
 Aldenice de Souza Araújo
 Allan William de França Silva
 Amanda Leitão de Mélo Peixoto
 Amanda Pimentel Pereira de Carvalho
 Ana Cristina de Asevedo Lima Pires
 Ana Karla Pereira Andrade Silva
 Ana Márcia Sousa Ribeiro
 Ana Nery Marques Santana
 Ana Paula do Amaral
 Andréia Pollyanna dos Santos Calado
 Ângela Monteiro Cavalcanti
 Antônio Giovanio de Carvalho
 Antônio Manuel da Silva Júnior
 Cacilda Freire Novaes Bezerra
 Carla Rogéria Rosa Ferraz
 Carlos Alberto Oliveira da Silva

Carlos Fred da Silva
 Cássia Simone Souza C Lima
 Cleilson Gomes da Silva
 Cleonildes Cordeiro da Silva
 Débora Maria Bezerra Gonçalves
 Delzuita Campos Dias
 Denice Barreto Gomes
 Denise Maria da Silva
 Diana Maria do Nascimento
 Diana Maria do Nascimento
 Diogenes de Araújo Ramos
 Diogo Pereira de Lucena
 Dione Maria dos Santos
 Dulcinéia Alves Silva Ribeiro
 Edilton da Silva
 Edna Maria da Costa Amorim
 Ednaldo Francisco Leão da Silva
 Ednário Lopes de Oliveira
 Elaine Pereira Lopes da Veiga

Elisabete Ramos Magalhães
Elizante Lopes de Araújo Tenório
Ellen Jaqueline Muniz Pessôa
Eva da Fonseca Dourado
Evandro Alvares de Lira
Evaneide Gomes de Sá Silva
Fabiana Casé Malaquias Pontes
Fábio Alixandre Camelo de Lima
Fabíola Marinho Baralho
Francisco Adãomilson Coelho Souza
Gilvaneide Maria Serafim Ferreira
Glória de Souza Silva
Irailda Leandro da Silva
Ivana Carla Soares Pereira
Ivanice Trajano da Silva
Janete Pereira da Silva
Jéfferson Iran de Souza Lima
Jéssica Dayane Eufrásio de Luna
Joana D'arc Bento
José Adriano da Silva
Joseane da Cruz Cardoso do Nascimento
Josefa Pereira da Rocha Paiva
Josefa Rosilane da Silva Xavier
Joselita Alves da Silva
Josenildo Henrique da Silva
Jucileide de A Leite
Jucimeire Gonçalves Feitosa Félix
Juliana Alves Pereira
Leidilma Santos de Oliveira
Leiliane Pereira da Silva
Lúcia de Fátima Honório da Silva
Lucijane Athayde Fonseca
Márcia Barcelos de Oliveira
Márcia Marques de Souza
Marcos Alessandro de Oliveira Galindo
Maria Aparecida Alves da Costa Oliveira
Maria Aparecida da Silva
Maria Auxiliadora dos Santos Souza
Maria Betânia de Oliveira
Maria Cristina do N S Brandão
Maria da Natavidade Freitas Silva
Maria Dalvani Soares da Silva
Maria de Lourdes Leonel da Silva
Maria do Carmo Amaral Pereira
Maria Dolores Ribeiro de Sousa
Maria Izabel Costa Moreira
Maria José da Silva
Maria José Onorato de Melo Araújo
Maria Josévania de A Proxedes
Maria Simone Xavier Santos
Marinês Faustino dos Santos
Marliete Maria de Sousa
Mavíael Maciel da Silva
Milca Cruz Lima
Mônica Adriana Melo França
Oliveira Miguel Antônio de Souza Júnior
Paulo Jorge da Silva
Paulo Manuel Lins
Rejamaría da Mota
Risonete Bezerra Martins
Rosa Maria de Souza Leal Santos
Rosangela Rodrigues de Souza
Roseane Maria Cavalcanti de Almeida
Roseane Ribeiro de Lima
Rosemary Leite de Freitas Almeida
Rosiane Helena da Mata
Rosilene Melânia da Silva
Rosinete Teodora de Lima Santana
Samuel do Nascimento Pereira
Sandra Aparecida Vasconcelos

Soraya de Omena Silva
Soraya Lúcio Silvestre e Silva
Suely de França Silva Albuquerque
Valquíria de Lima Ramos dos Santos
Vandeilson da Silva Santos
Vanuzia Pereira de Macedo Machado
Vera Lúcia dos Santos
Vilma Maria Crispim da Silva
Yeda Luis de Sousa Pereira de Lima

Secretaria
de Educação

